



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM E SAÚDE**

MÁRCIA LÚCIA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA
PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE EM ADOLESCENTES**

**SALVADOR
2022**

MÁRCIA LÚCIA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA
PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE EM ADOLESCENTES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Enfermagem e Saúde, área de concentração “Enfermagem, Cuidado e Saúde”, linha de pesquisa “Cuidado no Processo de Desenvolvimento Humano”.

Orientadora: Profa. Dra. Climene Laura de Camargo

Coorientadora: Profa. Dra. Helenadja Santos Mota

**SALVADOR
2022**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Santos, Márcia Lúcia dos
Educação escolar quilombola: ações pedagógicas para
prevenção e controle da obesidade em adolescentes /
Márcia Lúcia dos Santos. -- Salvador, 2022.
167 f.

Orientador: Clime Laura de Camargo.
Coorientador: Helenadja Santos Mota.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Enfermagem e Saúde) -- Universidade Federal da Bahia,
Universidade Federal da Bahia, 2022.

1. Educação Escolar Quilombola. 2. Projeto Político
Pedagógico. 3. Diretrizes Curriculares Nacionais para
a Educação Escolar Quilombola. 4. Obesidade. 5.
Adolescentes. I. Camargo, Clime Laura de. II. Mota,
Helenadja Santos. III. Título.

MÁRCIA LÚCIA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA
PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE EM ADOLESCENTES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Enfermagem e Saúde, na área de concentração “Enfermagem, Cuidado e Saúde”, na linha de pesquisa “Cuidado no Processo de Desenvolvimento Humano”.

Aprovada em 27 de setembro de 2022.


BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Climene Laura de Camargo 


Orientadora. Dr^ª. em Saúde Pública. Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Amâncio António de Sousa Carvalho 

1º Membro. Dr. em Estudos da Criança. Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Dr. Alisson Araújo 

2º Membro. Dr. em Saúde da Criança e do Adolescente. Universidade Federal de São João Del-Rei

Prof^ª. Dr^ª. Maria Carolina Ortiz Whitaker 

3º Membro. Dr^ª. em Enfermagem Materno Infantil e Saúde Pública. Universidade Federal da Bahia

Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Nery Teixeira Palombo 

4º Membro. Dr^ª. em Enfermagem. Universidade Federal de São Paulo

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Maria Carneiro Oliveira

1º Suplente. Dr^ª. em Medicina e Saúde. Universidade Federal da Bahia

Prof^ª. Dr^ª. Rivalda Dias Martins 

2º Suplente. Dr^ª. em Saúde Pública. Universidade Federal da Bahia

Dedico esta Tese a meu filho Cauê e aos meus netos Théo, Enzo e Sofia, minhas fontes de inspiração. Em especial, aos adolescentes quilombolas, protagonistas deste estudo, por todo conhecimento adquirido, e ao grupo de pesquisa do qual faço parte: o CRESCER

Sem vocês, esta pesquisa não seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que é a minha fortaleza, luz diária e que me oportunizou a realização do sonho do doutorado.

Ao meu filho Cauê da Mata, que é meu alicerce e me incentiva na busca dos meus sonhos. Muito obrigada pelo carinho, dedicação, palavras de apoio e amor incondicional em todos os momentos.

Aos meus netos, amores eternos, Enzo, Théo e Sofia, que renovam o desejo das minhas buscas.

Em especial, à Professora Dr^a. Climene Laura de Camargo, orientadora deste trabalho, pela oportunidade e confiança em mim depositada. Obrigada pela disponibilidade, compreensão, amizade e conhecimento transmitido.

À minha coorientadora Dr^a. Helenadja Santos Mota, pela escuta, disponibilidade, e relevante contribuição, apoio e incentivo.

A todos os professores e colegas da Pós-Graduação e do grupo de pesquisa CRESCER. As experiências transmitidas e o nosso convívio me estimularam, ainda mais, a buscar o conhecimento. Agradeço do fundo do coração.

À coordenação da Escola de Enfermagem e todos os funcionários pelo constante apoio, agradável convivência e ajuda na resolução dos problemas.

À minha família, que é a minha maior herança, e ao meu companheiro Jair Carvalho por entenderem a minha ausência e, ainda assim, demonstrarem tanto amor e carinho.

A Liz Rodrigues e a Itala Silva, dois anjos maravilhosos que encontrei para contribuir nas questões tecnológicas. Agradeço imensamente.

Aos professores e gestores do Colégio Estadual Marcílio Dias, que diretamente ou indiretamente contribuíram para este trabalho.

Em especial, meu agradecimento aos estudantes e comunidade de Ilha de Maré e São Tomé. Vocês são os responsáveis por esta construção. Meu muito obrigada por tudo.

À Universidade Federal da Bahia (UFBA).

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos. “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”. "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo apoio financeiro aprovado em edital.

RESUMO

SANTOS, Márcia Lúcia dos. **Educação escolar quilombola: ações pedagógicas para prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade em adolescentes**. Salvador, Bahia. 169 fls. [Tese] Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde. Universidade Federal da Bahia. 2022.

As ações de saúde, implementadas nos espaços escolares, são de grande relevância social e educacional para o cuidado da saúde do estudante, principalmente no que tange à prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis na adolescência. As práticas educativas em saúde em um processo contínuo podem desenvolver conhecimentos, para o autocuidado da saúde e para a prevenção das condutas de risco à saúde dos adolescentes escolares. Assim, torna-se inegável o papel da instituição de ensino *locus* desta pesquisa tratar de temas ligados à saúde. O objetivo deste trabalho consiste em analisar, no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, ações que contribuam para prevenção de sobrepeso e obesidade de adolescentes quilombolas em diálogo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Escolar Quilombola. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa cuja a estratégia metodológica é a pesquisa ação, realizada em uma escola pública. Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo temática proposta por Bardin para categorização dos dados coletados, que foi dividida em duas fases: descritiva exploratória, através de análise documental de curriculares, e fase de ação, através da implementação de ações concretas pedagógicas como alternativas para auxiliar a resolução das situações-problemas mapeadas pela pesquisa. A produção de dados se deu por meio análise documental e de entrevistas semiestruturadas com a equipe escolar (gestores, docentes, coordenação pedagógica, merendeiras) e líderes comunitários. A escola do presente estudo é uma instituição pública do estado da Bahia, localizada no subúrbio de Salvador que atende estudantes quilombolas, onde foi identificado anteriormente o índice de 11,88% de estudantes com sobrepeso e obesidade, a coleta ocorreu no período de outubro a dezembro de 2021. Foram respeitados todos os aspectos éticos da resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Os resultados desta pesquisa são apresentados a partir de três manuscritos e uma cartilha de orientações educativas, na prevenção e controle do sobrepeso e obesidade de adolescentes quilombola. Manuscrito: 1) Ações Pedagógicas Voltadas para Educação de Adolescentes Remanescentes Quilombolas; 2) Prevenção da Obesidade em Escolares Quilombolas: Ações de Interculturalidade na Percepção de Merendeiras; 3) Um Olhar sobre o Planejamento Pedagógico para a Prevenção e Controle da Obesidade em Adolescentes Quilombolas. Esta pesquisa permitiu o intercâmbio de experiências entre a equipe escolar e poderá fortalecer estudos posteriores na formação continuada de docentes que atuem em escolas que atendam estudantes quilombolas, de modo que possam ter potencial para implementar ações contribuintes para prevenção e controle do sobrepeso e obesidade em adolescentes quilombolas cujas realidades sejam semelhantes.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola; Projeto Político Pedagógico; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; Obesidade; Adolescentes.

ABSTRACT

SANTOS, Márcia Lúcia dos. **Quilombola school education: pedagogical actions for prevention and control of overweight and obesity in adolescents.** Salvador, Bahia. 169 fls.

[Thesis] Postgraduate Program in Nursing and Health. Universidade Federal da Bahia. 2022.

Health actions, implemented in school spaces, are of great social and educational relevance for the care of student health, especially with regard to the prevention and control of chronic non-communicable diseases in adolescence. The educational practices in health in a continuous process can develop knowledge, for the self-care of the health and for the prevention of the behaviors of risk to the health of the school adolescents. Thus, it becomes undeniable the role of the educational institution locus of this research to deal with issues related to health. The objective of this work is to analyze, in the Political Pedagogical Project (PPP) of the school, actions that contribute to the prevention of overweight and obesity of quilombola adolescents in dialogue with the National Curriculum Guidelines of Quilombola School Education. This is a qualitative research whose methodological strategy is action research, carried out in a public school. The thematic content analysis technique proposed by Bardin was used to categorize the collected data, which was divided into two phases: exploratory descriptive, through documentary analysis of curriculum, action phase, through the implementation of concrete pedagogical actions as alternatives to assist the resolution of the problem situations mapped by the research. The production of data was through documentary analysis and semi-structured interviews with the school staff (managers, teachers, pedagogical coordination, cooks) and community leaders. The school of the present study is a public institution in the state of Bahia, located in the suburb of Salvador that serves quilombola students, where it was previously identified the percentage of 11.88% of students – the data collection took place from October to December 2021. All ethical aspects of Resolution 510/2016 of the National Health Council (CNS) were respected. The results of this research are presented from three manuscripts and a booklet of educational guidelines, in the prevention and control of overweight and obesity of quilombola adolescents. Manuscript: 1) Pedagogical Actions for the Education of Quilombola Remaining Adolescents; 2) Prevention of Obesity in Quilombola Schoolchildren: Interculturality Actions in the Perception of Lunch Ladies; 3) A Look at Pedagogical Planning for the Prevention and Control of Obesity in Quilombola Adolescents. This research allowed the exchange of experiences among the school staff and may strengthen further studies in the continuing education of teachers who work in schools, which serve quilombola students, so that they can have the potential to implement contributing actions for prevention and control of overweight and obesity in quilombola adolescents whose realities are similar.

Keywords: Quilombola School Education; Political Pedagogical Project; National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education; Obesity; Adolescents.

RESUMEN

SANTOS, Márcia Lúcia dos. **Educación escolar quilombola: acciones pedagógicas para prevención y control del sobrepeso y de la obesidad en adolescentes**. Salvador, Bahia. 169 fls. [Tesis] Programa de Posgrado en Enfermería y Salud. Universidad Federal de Bahía. 2022.

Las acciones de salud, implementadas en los espacios escolares, son de gran relevancia social y educativa para el cuidado de la salud del estudiante, principalmente en lo que concierne a la prevención y control de las enfermedades crónicas no transmisibles en la adolescencia. Las prácticas educativas en salud en un proceso continuo pueden desarrollar conocimientos, para el autocuidado de la salud y para la prevención de las conductas de riesgo a la salud de los adolescentes escolares. Por lo tanto, se hace innegable el papel de la institución educativa locus de esta investigación se ocupan de temas relacionados con la salud. El objetivo de este trabajo consiste en analizar, en el Proyecto Político Pedagógico (PPP) de la escuela, acciones que contribuyan para prevención de sobrepeso y obesidad de adolescentes quilombolas en diálogo con las Directrices Curriculares Nacionales de Educación Escolar Quilombola. Se trata de una investigación de abordaje cualitativo cuya estrategia metodológica es la investigación acción, realizada en una escuela pública. Fue utilizada la técnica de análisis de contenido temática propuesta por Bardin para categorización de los datos recogidos, que fue dividida en dos fases: descriptiva exploratoria, a través del análisis documental de curriculares, y fase de acción, a través de la implementación de acciones concretas pedagógicas como alternativas para auxiliar la resolución de las situaciones-problemas mapeadas por la investigación. La producción de datos se dio por medio de análisis documental y de entrevistas semiestructuradas con el equipo escolar (gestores, docentes, coordinación pedagógica, merenderas) y líderes comunitarios. La escuela del presente estudio es una institución pública del estado de Bahía, localizada en el suburbio de Salvador que atiende a estudiantes quilombolas, donde fue identificado anteriormente el índice de 11,88% de estudiantes con sobrepeso y obesidad, la recolección tuvo lugar en el período de octubre a diciembre de 2021. Se respetaron todos los aspectos éticos de la resolución 510/2016 del Consejo Nacional de Salud (CNS). Los resultados de esta investigación son presentados a partir de tres manuscritos y una cartilla de orientaciones educativas, en la prevención y control del sobrepeso y obesidad de adolescentes quilombola. Manuscrito: 1) Acciones Pedagógicas Volcadas para Educación de Adolescentes Remanentes Quilombolas; 2) Prevención de la Obesidad en Escolares Quilombolas: Acciones de Interculturalidad en la Percepción de Merendeiras; 3) Una Mirada sobre el Planeamiento Pedagógico para la Prevención y Control de la Obesidad en Adolescentes Quilombolas. Esta investigación permitió el intercambio de experiencias entre el equipo escolar y podrá fortalecer estudios posteriores en la formación continuada de docentes que actúen en escuelas, las cuales atiendan a estudiantes quilombolas modo que puedan tener potencial para implementar acciones contribuyentes para prevención y control del sobrepeso y obesidad en adolescentes quilombolas cuyas realidades sean similares.

Palabras clave: Educación Escolar Quilombola; Proyecto Político Pedagógico; Directrices Curriculares Nacionales para la Educación Escolar Quilombola; Obesidad; Adolescentes.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Roteiro para análise documental - PPP.	p. 42
QUADRO 2	Descrição das fases para coleta de dados de acordo com a pesquisa-ação proposta por Thiollent.	p. 45
QUADRO 3	Temas que resultaram da análise das Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola no Sistema de Ensino da Bahia.	p. 52
QUADRO 4	Síntese das distintas formas de coleta de dados utilizada na pesquisa. Salvador, Bahia, Brasil, 2022.	p. 61
QUADRO 5	Ações desenvolvidas com e pelas merendeiras quilombolas na primeira e segunda fases. Salvador, Bahia, Brasil. 2022.	p. 82
QUADRO 6	Ações pedagógicas desenvolvidas com as merendeiras da escola em estudo 1ª, 2ª e 3ª. Salvador, Bahia, Brasil. 2022.	p. 83
QUADRO 7	Materialização das DCNEEQ em escolas quilombola	p. 97

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Fase do percurso metodológico	p. 35
FIGURA 2	Fachada da unidade escolar. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.	p. 35
FIGURA 3	Imagem de Ilha de Maré. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.	p. 37
FIGURA 4	Meio de transporte utilizado na comunidade de Ilha de Maré. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.	p. 38
FIGURA 5	Documentos norteadores para análise do Projeto Político Pedagógico.	p. 40
FIGURA 6	Cartilha educativa na prevenção e controle da obesidade de adolescentes escolares quilombolas	p. 56
FIGURA 7	Relação entre o que é preconizado pelas Diretrizes Nacional e Estadual, o que consta no PPP e os relatos das profissionais em estudo. Salvador, Bahia, Brasil, 2021	p. 65
FIGURA 8	Correlação entre as Diretrizes, o PPP da escola em estudo e o ensino em comunidades quilombolas. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.	p. 66
FIGURA 9	Correlação entre as Diretrizes, o PPP da escola em estudo e o ensino em comunidades quilombolas. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.	p. 67
FIGURA 10	Desconhecimento das comunidades quilombolas. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.	p. 68
FIGURA 11	Conhecimento das comunidades quilombolas. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.	p. 69

LISTA DE SIGLAS

ABECIM	Associação Beneficente Educacional e Cultural de Ilha de Maré
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAE	Conselho de Alimentação Escolar de Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CRESCER	Grupo de Estudos da Saúde da Criança e do Adolescente
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada EAN
DCNEEQ	Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Escolar Quilombola
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMC	Índice de Massa Corporal
LEPEL	Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física Esporte e Lazer
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PNAE	Programa de Alimentação Escolar
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PeNSE	Pesquisa Nacional em Saúde do Escolar
PNABS	Política Nacional da Atenção Básica de Saúde
PNSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PSE	Programa Saúde na Escola
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 OBJETIVOS	20
3 REVISÃO DA LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICOS.....	20
3.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.....	20
3.1.1 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola.....	22
3.1.2 Diretriz Curricular de Educação Escolar Quilombola do Estado da Bahia.....	25
3.2 SOBREPESO E OBESIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR DE ADOLESCENTES QUILOMBOLAS	27
3.2.1 Consequências da Obesidade na Adolescência	29
4 PERCURSO METODOLÓGICO	32
4.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA	32
4.2 LÓCUS DA PESQUISA	35
4.2.1 Ilha de Maré.....	37
4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	39
4.3.2 Coleta de dados	39
4.4 ANÁLISE DOS DADOS	51
4.4.1 Análise documental	51
4.4.2 Análise das entrevistas com participantes.....	53
4.5 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA PESQUISA COM DOCUMENTOS E COM SERES HUMANOS	54
5 RESULTADOS	55
5.1 MANUSCRITO 1: AÇÕES PEDAGÓGICAS VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES REMANESCENTES QUILOMBOLAS.	57
1 INTRODUÇÃO	58
2 MÉTODO	60
2.1 TIPO DE ESTUDO	60
2.2 PERÍODO DO ESTUDO	60
2.3 LOCAL DE ESTUDO.....	60
2.4 PARTICIPANTES DO ESTUDO	60
2.5 CRITÉRIO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	61
2.6 COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS.....	61
2.7 ANÁLISE DOS DADOS	62
2.8 ASPECTOS ÉTICOS	64

3 RESULTADOS	64
3.1 A RELAÇÃO DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS COMPARADAS ÀS DIRETRIZES NACIONAL E ESTADUAL, AO PPP E À REALIDADE NA ESCOLA EM ESTUDO	65
3.2 (DES)CONHECIMENTO DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ATENDIDOS PELA ESCOLA.....	67
4 DISCUSSÃO	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
5.2 MANUSCRITO 2: PREVENÇÃO DA OBESIDADE EM ESCOLARES QUILOMBOLAS: AÇÕES DE INTERCULTURALIDADE NA PERCEPÇÃO DE MERENDEIRAS	75
1 INTRODUÇÃO	76
2 MÉTODO	78
2.1 TIPO DE ESTUDO	78
2.2 PERÍODO DE ESTUDO.....	78
2.3 LOCAL DE ESTUDO.....	79
2.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	79
2.5 COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	79
2.6 CRITÉRIO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	80
2.7 ANÁLISE DOS DADOS	81
2.8 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	81
3 RESULTADOS	81
3.1 TRADIÇÃO, CONHECIMENTO E HÁBITOS ALIMENTARES EM COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS: A IMPORTÂNCIA DAS MERENDEIRAS	84
3.1.1 A importância do saber tradicional e da disseminação desses conhecimentos para perpetuação da história dos quilombolas	84
3.1.2 Conhecendo a preferência alimentar de estudantes quilombolas	85
3.2 MERENDEIRAS DA ESCOLA PESQUISADA E O ATENDIMENTO A ADOLESCENTES DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	86
3.2.1 Desconhecimento sobre o PNAE, sobre o Quilombo e suas implicações nos hábitos alimentares promovidos pela escola que atende adolescentes quilombolas	86
3.2.2 Percepções das merendeiras sobre a importância da intervenção pedagógica e do seu papel na relação entre saúde e alimentação para estudantes quilombolas	87
4 DISCUSSÃO	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
5.3 MANUSCRITO 3: UM OLHAR SOBRE O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE EM ADOLESCENTES QUILOMBOLAS	93

1 INTRODUÇÃO	94
2 MÉTODO	95
2.1 TIPO DE ESTUDO	95
2.1.1 Período de estudo.....	96
2.1.2 Local do estudo	96
2.1.3 Participantes do estudo	96
2.1.4 Coleta de dados e organização dos dados.....	96
2.2 CRITÉRIO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	100
2.3 ANÁLISE DA PROPOSTA DE AÇÃO	100
2.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	101
3 RESULTADOS	101
4 DISCUSSÃO	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	117
ANEXOS	161

1 INTRODUÇÃO

A interação entre saúde e educação constitui um caminho importante para a conquista da qualidade de vida e equidade social dos indivíduos, quando as práticas pedagógicas estão em consonância com a realidade vivenciada pela comunidade onde a escola está inserida. Assim, a escola deve ser um espaço para o estabelecimento de ações pedagógicas favoráveis à promoção da saúde pelo viés de uma educação integral. Principalmente quando se trata de adolescentes escolares de comunidades que apresentam traços culturais próprios e que se encontram em vulnerabilidade social, a exemplo das comunidades quilombolas.

Quilombolas são povos de regiões remanescentes de quilombos, formadas por escravizados fugitivos na época da escravidão. Esta população é dotada de uma rica cultura, baseada na ancestralidade negra, indígena e branca (REIS, 2008). No entanto, os quilombolas sofrem com a dificuldade no acesso à saúde e à educação específica. A Educação Escolar Quilombola se constitui como modalidade de ensino da educação básica, especificação esta oriunda das deliberações retiradas da Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em Brasília, em 2010.

É a partir deste pressuposto que este estudo vem sendo elaborado, com o intuito de analisar como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, estabelecidas em 20 de novembro de 2012, têm sido abordadas em uma escola, que atende estudantes oriundos de comunidades quilombolas na cidade de Salvador (BA) e quais ações podem ser implementadas para contribuir para a prevenção e controle do sobrepeso e obesidade dos escolares.

No contexto de saúde, as comunidades quilombolas, de modo geral, encontram-se em condições de vulnerabilidade e desigualdade, na perspectiva da saúde e contexto social, no que diz respeito à condição suscetível de seres humanos, face às desvantagens vivenciadas para a mobilidade social, que os impedem de desfrutarem do direito de melhores condições de vida, uma vez que a cidadania destes se encontra comprometida (CARMO; GUIZARD, 2018).

Parte-se da premissa de que a ocorrência das doenças e agravos na saúde dá-se de forma desigual nos diferentes grupos de variável raça/cor no Brasil. Ainda que seja apontada uma escassez de estudos que demonstrem como e o quanto as desigualdades raciais influenciam no processo de saúde e de doença da população, alguns trabalhos indicam que tais desigualdades refletem iniquidades abrangentes no país (BRASIL, 2018): estudo de Gomes et al. (2013) revela

que as comunidades quilombolas se destacam como grupos que, historicamente, sofrem em decorrência do processo de exclusão, inclusive em relação aos cuidados de saúde; em outro estudo, Batista et al (2014) apontaram que a discriminação racial é um dos fatores que interfere na qualidade de vida de diversas famílias brasileiras negras diante da falta de acesso a direitos básicos, tendo forte relação com as desigualdades racial e socioeconômica, que acaba por colocá-las numa situação de vulnerabilidade.

As populações mais pobres são as mais suscetíveis aos problemas de saúde, por terem menos acesso aos serviços de saúde e às práticas que a promovem (MALTA et al., 2017). Isto porque as iniquidades podem gerar menor acesso a alimentos saudáveis e a informações sobre a importância de exercícios físicos, tornando-se propulsores para a prevalência da obesidade na população negra e de baixo poder aquisitivo. Este cenário agravou-se ainda mais em decorrência da pandemia da Covid-19, quando houve redução de renda das famílias mais vulneráveis, somando-se ao fechamento das instituições de ensino em todo o país, que, sem a oferta da merenda escolar, impactou principalmente a alimentação das crianças e adolescentes (BRASIL, 2020).

O período da puberdade, seguido da adolescência, é reconhecido como o de maior vulnerabilidade para o desenvolvimento da obesidade, devido à maturação sexual e, em muitos casos, a reduções concomitantes nos níveis de atividade física. Atribui-se isto ao fato de que a adolescência é uma fase marcada por grandes descobertas e significativa instabilidade emocional, por ser um estágio do ciclo de vida caracterizado por intensas mudanças biopsicossociais, o que contribui para o aumento de riscos a diversos agravos à saúde (SZABÓ, 2015). Entre estes agravos, encontra-se o sobrepeso e a obesidade, considerando que é na adolescência que se estabelece o padrão de gordura corporal (RICHARDSON et al., 2014).

Estudo realizado com escolares em Recife aponta que o comportamento alimentar inadequado e a inatividade física contribuem severamente para a prevalência da obesidade (BEZERRA, 2021). Em outro estudo, feito com adolescentes da capital paulista, foi observado que o consumo alimentar inadequado também foi o principal responsável pelo estilo de vida não saudável dos participantes do estudo (FERRARI, 2017). Há uma preocupação de pesquisadores e profissionais de saúde, em razão dos danos e agravos à saúde, diante da prevalência da obesidade na adolescência.

O interesse por esta temática emerge do transcorrer de um projeto pedagógico com o tema

saúde, realizado por mim, enquanto docente de educação física em uma escola no subúrbio de Salvador (BA), no qual estudantes tiveram a oportunidade de falar sobre seu corpo, por ocasião da mensuração das medidas antropométricas. A partir deste momento, foram surgindo questionamentos sobre a influência do sobrepeso e da obesidade na imagem corporal dos adolescentes escolares.

Durante o curso de mestrado, em que o objeto do estudo foi pautado no sobrepeso e obesidade, identifiquei que 11,88% dos estudantes quilombolas participantes encontravam-se com sobrepeso e obesidade e que este fato impactava negativamente na imagem corporal dos estudantes. Neste momento, buscando aprofundar meus conhecimentos no curso de doutorado, trago como proposta investigar se o Projeto Político Pedagógico (PPP) contempla ações pedagógicas na prevenção e controle da obesidade em adolescentes no contexto da educação escolar quilombola.

Justifica-se estudos desta natureza por possibilitarem o subsídio a programas de intervenção para a promoção da saúde em ambiente escolar que contemplem as especificidades culturais da comunidade tradicional e a importância de ações educacionais, de modo a contribuir para a prevenção e controle da obesidade em adolescentes escolares, em especial os de comunidades quilombolas.

Ademais, a incidência crescente do sobrepeso e da obesidade representa um sério problema de saúde pública com implicações para a sociedade e para os sistemas de saúde. Na Bahia, os custos médicos relacionados ao tratamento ambulatorial e hospitalar de doenças associadas ao sobrepeso e à obesidade nos últimos anos têm sido significativos. No Brasil, estima-se que o SUS gasta anualmente cerca de R\$ 3,6 bilhões por ano com o tratamento dessas doenças (BRASIL, 2019). As consequências econômicas da obesidade e doenças associadas não se limitam aos elevados custos médicos, mas incluem também os custos indiretos ou sociais, tais como: diminuição da qualidade de vida, problemas de ajustes sociais, perda de produtividade, incapacidade, e prejuízo na aprendizagem dos adolescentes, especialmente os quilombolas, que estão associados às desigualdades históricas que condicionam a vulnerabilidade e reduzem o acesso aos serviços de saúde.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objeto: “Educação Escolar Quilombola: ações pedagógicas para prevenção e controle da obesidade em adolescentes”, e foi norteada pelas seguintes questões de pesquisa:

Quais ações são realizadas na citada escola de estudantes quilombolas que promovem prevenção e controle da obesidade considerando os preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola?

O Projeto Político Pedagógico implementado na escola promove ações de prevenção e controle da obesidade considerando os preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola?

2 OBJETIVOS

Para responder os questionamentos acima expostos, foram definidos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Analisar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola ações para prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade em adolescentes escolares quilombolas.

Objetivos específicos:

- 1) Identificar quais ações são desenvolvidas para a prevenção do sobrepeso e obesidade dos escolares, considerando os preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola;
- 2) Investigar a percepção das merendeiras sobre ações que contemplem os itens: identidade cultural; alimentação e promoção da saúde, propostos pela Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola;
- 3) Implementar, no Projeto Político Pedagógico, ações de prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade em adolescentes escolares considerando os preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

3 REVISÃO DA LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICOS

3.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A Educação Escolar Quilombola atualmente se constitui como modalidade de ensino da educação básica, especificação esta oriunda das deliberações retiradas da Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em Brasília, em 2010. Tendo os quilombos como eixo de discussão, no passado, estas comunidades marcaram a construção e organização do país. Na contemporaneidade, eles permanecem existindo como comunidades remanescentes de quilombos,

constituindo espaços de luta e resistência frente às dificuldades encontradas em relação à conquista de seus direitos, sobretudo do direito à educação. Embora o grupo étnico tenha conquistado avanços na legislação desde a Constituição de 1988, observam-se, ainda, entraves para a concretização de direitos e o atendimento educacional especializado (MIRANDA et al, 2018).

Assim, a Educação Escolar Quilombola foi pensada para os povos negros, a partir de elementos de suas identidades, raízes ancestrais, recuperando e valorizando saberes tradicionais, e sua implementação é acompanhada por consulta prévia do poder público às comunidades, suas organizações e lideranças, considerando os aspectos normativos institucionais e burocráticos que sustentam as políticas públicas.

Do ponto de vista operacional, a regulamentação da Educação Escolar Quilombola no sistema educacional brasileiro se iniciou, de forma mais consistente, com as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica, de modo a garantir a especificidade de vivências, acúmulos patrimoniais, realidades e histórias das comunidades quilombolas do país (BRASIL, 2012).

De acordo com o Censo Escolar de 2020, foram registradas no Brasil 2.526 escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos, sendo 275.132 matrículas realizadas nessas escolas. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº16/2012, a Educação Escolar Quilombola organiza o ensino ministrado nas instituições educacionais:

Fundamentando-se, informando-se e alimentando-se da memória coletiva, línguas reminiscentes, marcos civilizatórios, práticas culturais, acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio das comunidades quilombolas de todo o país. (BRASIL, 2012, p. 6).

Neste contexto, a Educação Escolar Quilombola compreende todas as etapas e modalidades da Educação Básica – a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação Especial, a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, a Educação de Jovens e Adultos, além da Educação à Distância –, destinando-se ao atendimento das populações quilombolas urbanas e rurais. A modalidade deve ser ofertada por estabelecimentos públicos ou privados, localizados em comunidades reconhecidas como quilombolas ou próximos a territórios quilombolas, que recebem parte significativa dos seus estudantes (BRASIL, 2020).

A construção da Educação Escolar Quilombola enquanto modalidade educacional perpassa o reconhecimento da educação como um dos direitos humanos básicos para a formação do indivíduo, assim como o reconhecimento da luta dos quilombolas pela conquista do direito ao

acesso e, sobretudo, das condições de permanência e bom aproveitamento da escolarização.

Nesta perspectiva, evidencia-se a prática de um modelo de ensino que contemple elementos pautados na identidade, história e memória desta comunidade, para que se constitua um espaço coletivo de construção e aprendizagens mútuas.

A modalidade de Educação Escolar Quilombola deve ser implementada resguardando o direito à autodefinição, ao território, a identidade étnica e a relação de sustentabilidade com o meio. O reconhecimento público de uma política educacional específica dirigida às comunidades quilombolas vem ocorrendo, de forma crescente, “por pressão dos Movimentos Quilombolas, pelo reconhecimento na CONAE, pelo próprio Conselho Nacional da Educação e pela União” (BRASIL, 2012, p. 21).

Considerando as dimensões das demandas da modalidade de ensino quilombola, em 20 de novembro de 2012, foi homologada a Resolução CNE 08/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

3.1.1 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola

A instituição da educação escolar quilombola como modalidade educacional específica prevê a instauração de uma política que sustente uma organização do ensino escolar fundamentada na memória coletiva, nas línguas reminiscentes, nos usos, nas tradições e nos demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas do seu público-alvo.

Nesse sentido, no âmbito das políticas educacionais, a introdução do artigo 26 - A na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), mediante prescrição da Lei nº 10.639/2003, traz a obrigatoriedade do estudo da História da África e da Cultura afro-brasileira e africana e do ensino das relações étnico-raciais na educação básica nacional, instituindo o estudo das comunidades remanescentes de quilombos e das experiências negras constituintes da cultura brasileira (BRASIL, 2012).

A Lei nº 10.639/2003 é assim considerada um marco histórico da educação das relações étnico-raciais no país. Assim como informa o Parecer CNE/CP nº 03/2004, todo sistema de ensino necessitará providenciar registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como os remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais (BRASIL, 2012). Posteriormente, o Conselho Nacional de Educação aprova, em 10/03/2004, as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, realizou um amplo debate acerca da diversidade no campo da política educacional. Como resultado desse debate, ocorreu a inclusão da Educação Escolar Quilombola como modalidade da Educação Básica no Parecer CNE/CEB 07/2010 e na Resolução CNE/CEB 04/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. A CONAE (2010) definiu que a educação quilombola é da responsabilidade do Governo Federal, estadual e municipal, de forma que tais entes devem:

- a)** Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional;
- b)** Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local;
- c)** Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico racial do grupo;
- d)** Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados;
- e)** Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas;
- f)** Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização;
- g)** Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;
- h)** Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas (BRASIL, 2011, p. 9).

Desse modo, o provimento da Educação Escolar Quilombola nos sistemas de ensino deverá ser alinhado às orientações curriculares da Educação Básica e, ao mesmo tempo, garantir a especificidade das vivências, realidades e histórias das comunidades quilombolas do país (BRASIL, 2012). Neste mesmo período, iniciou-se o processo de elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Tais diretrizes seriam aprovadas com a finalidade de orientar os sistemas de ensino para que eles possam colocar em prática a Educação Escolar Quilombola mantendo um diálogo com a realidade sociocultural e política das comunidades e do movimento quilombola (BRASIL, 2012).

Durante o processo de elaboração, como forma de efetivar um processo democrático de

construção das Diretrizes, foram realizados seminários nacionais e regionais e audiências públicas com o objetivo de construir, juntamente com as comunidades quilombolas, as bases necessárias para elaboração do documento. As reuniões trataram principalmente da área da gestão da política no que se refere às necessidades da Educação Escolar Quilombola, tratando dos processos de avaliação escolar, a alimentação, o transporte, a edificação do prédio escolar, as condições de trabalho do professor, as formas de ensinar e aprender, o processo didático-pedagógico e o financiamento, como aponta o Parecer CNE/CEB nº 15/2012 – elaborado em conjunto com as diretrizes (BRASIL, 2012).

A criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) marcou o ano de 2012, e sua elaboração pretendeu orientar os sistemas de ensino para que eles pudessem colocar em prática a Educação Escolar Quilombola, mantendo diálogo com a realidade sociocultural e política das comunidades e do movimento quilombola (BRASIL, 2011, p. 5).

Assim, as Diretrizes foram desenvolvidas em unidades educacionais inseridas em suas próprias terras, baseadas na cultura de seus ancestrais, com uma pedagogia própria e de acordo com a especificidade étnicocultural de cada comunidade, reconhecendo-as e as valorizando (BRASIL, 2012) As pedagogias próprias materializam a convicção de que os povos tradicionais possuem grande relação com as questões históricas, econômicas, sociais, políticas, culturais e educacionais e que têm o direito a uma educação escolar que possa ser ofertada com a mesma identidade em todo o território nacional, contemplando os contextos de realidade do seu povo, invisibilizado historicamente no desenvolvimento e historiografia educacional brasileira (ARRUTI, 2010).

Daí a importância de garantir aos estudantes o direito de apropriação dos conhecimentos tradicionais e modo específico de viver, o que pode contribuir para o seu pertencimento e valorização identitária.

Para Gomes (2013), a Educação Escolar Quilombola deve estabelecer interface com a política pública estadual para os povos do campo e indígenas, reconhecendo os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade. Contudo, o currículo precisa ser construído considerando os valores e interesses da comunidade quilombola, garantindo a educação de qualidade pautada no respeito à diversidade e relações étnico-raciais.

A proximidade de alguns aspectos das comunidades quilombolas rurais com as demais populações que vivem nas áreas rurais possibilita que se formem pontos de intersecção e certas compatibilidades entres os quilombolas, os indígenas e os povos do campo. Desse modo, a modalidade educacional quilombola deve ser implementada resguardadas às suas particularidades, bem como suas interfaces. As comunidades quilombolas podem, assim, ser destinatárias de políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais, respeitando as especificidades de cada grupo.

A DCNEEQ define que a Educação Escolar Quilombola requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnica-racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, deve observar os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira, e deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem (MIRANDA, 2018).

A DCNEEQ representa uma vitória dos movimentos sociais, pois elas nasceram na base, a partir da luta da população negra, mais especificamente do movimento quilombola (CONAE, 2010). Compreendemos que, a partir dessas lutas, houve uma revolução no ensino brasileiro, tendo em vista que as referidas diretrizes orientam os sistemas de ensino a valorizar os saberes, as tradições e o patrimônio cultural das comunidades remanescente de quilombos, algo impensável em outras épocas.

3.1.2 Diretriz Curricular de Educação Escolar Quilombola do Estado da Bahia

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA) homologou a Resolução do Conselho Estadual da Educação CEE nº 68, que estabelece as Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola no Sistema de Ensino da Bahia, publicada no Diário Oficial de 20 de dezembro de 2013. As diretrizes orientam que os sistemas de ensino, por meio de ações colaborativas, devem implantar, monitorar e garantir a manutenção da Educação Escolar Quilombola. Esta ação possui consonância com o Programa Todos pela Escola, que ratifica a meta de fortalecer a inclusão educacional e ampliar ações educacionais de fortalecimento da equidade étnico-racial e da inclusão no currículo da educação básica.

Desta forma, as Diretrizes Estaduais têm como objetivo orientar o Sistema Estadual de Ensino da Bahia e as escolas de Educação Básica na elaboração, desenvolvimento e avaliação de

seus projetos educativos, visando garantir a Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, sendo respeitadas as suas especificidades (BAHIA, 2013). Objetiva, ainda, assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem, as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico.

Souza (2015), em seu estudo, destaca a relevante participação da Coordenação de Diversidade e ações da Secretaria na construção das diretrizes curriculares estaduais para educação quilombola no estado da Bahia, que teve início antes da nacional, em 2011, todavia, estas só foram homologadas no ano de 2013. Igualmente importante contribuição para a implementação da Lei 10.639/2003 nas redes de ensino.

Salvador, como berço da religiosidade afro-brasileira, a matriarca Roma Negra, a capital da negritude no mundo, foi a primeira capital do país a implementar a Lei 10.639/03, a partir da Escola Plural, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tendo o Instituto CEAFFRO como consultor e organizador de ações que viabilizaram tais conquistas.

Desta forma, a Educação Escolar Quilombola (EEQ) nas diferentes etapas da educação básica imprime a proposição e implementação nas escolas quilombolas municipais e estaduais de propostas pedagógicas contextualizadas em diálogo com suas histórias, vivências, culturas, tradições e de seus valores civilizatórios contextualizados à dinâmica local e regional.

Neste percurso, apesar da Bahia ter sido o terceiro estado a propor o debate sobre a construção de diretrizes curriculares para esta modalidade de educação, a SEC/BA, ainda não conseguiu consolidar o oferecimento da Educação Escolar Quilombola em algumas escolas quilombolas e nas que atendem estudantes oriundos dos territórios remanescentes de quilombos, além de garantias aos estudantes do direito de apropriação dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção, de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade.

Como se nota, a educação escolar precisa seguir em sintonia com as necessidades das comunidades quilombolas, suas histórias, culturas, saberes, forma de viver, de modo a garantir o acesso a uma educação de qualidade, bem como o avanço do conhecimento dos estudantes no

sistema de ensino. Neste sentido, o PPP constitui-se como um documento intencional definido a partir de um compromisso coletivo, que visa à organização do trabalho pedagógico em sua totalidade. As instituições de ensino têm o direito de exercer sua autonomia, seja para instituir o PPP, seja para executá-lo e avaliá-lo, destacando sua diversidade construída a partir de seu processo de desenvolvimento sócio-histórico, bem como de suas especificidades (NUNES; WENDER, 2021).

O PPP tem como objetivo colaborar com a instituição escolar para pensar a sua identidade e a projetar suas ações administrativas e pedagógicas a partir de um processo participativo capaz de incluir toda a comunidade escolar em suas representações e segmentos (famílias, professores, discentes, funcionários) (VEIGA, 2002). Desse modo, o currículo escolar e o Projeto Político Pedagógico precisam estar em conformidade com estes interesses coletivos, a fim de garantir a democratização da educação e o cuidado à saúde de estudantes quilombolas.

3.2 SOBREPESO E OBESIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR DE ADOLESCENTES QUILOMBOLAS

O sobrepeso refere-se ao aumento do peso corporal em relação à estatura quando comparado ao padrão de peso aceitável. A obesidade é uma doença definida como acúmulo excessivo de gordura corporal. Estes fenômenos são de origem multifatorial e podem ter como fatores predisponentes causas genéticas, fisiológicas, comportamentais e sociais (OMS, 2019). O Brasil já ocupa o quinto lugar no ranking dos países com maior número de obesos, atrás apenas dos Estados Unidos, China, Índia e Rússia (VIGITEL, 2019).

A crescente prevalência da obesidade vem sendo atribuída a diversos processos biopsicossociais. Assim, o ambiente (político, econômico, social e cultural) e a mudança nos padrões de comportamento alimentar que, juntamente com a redução da atividade física nas populações, assumem lugares estratégico para o aumento expressivo da obesidade, sendo necessário compreender como esses múltiplos fatores interferem na vida do sujeito obeso (CORREA, SWINBUR; LOBSTEIN, 2015).

O cenário acima tem também como precursora a adesão em largas mudanças no padrão alimentar caracterizado pela substituição de alimentos tradicionais pelos industrializados com alto teor calórico e de sódio (SILVA et al, 2016).

Estudos de Malta, Moura e Bernal (2017) apontam que a população negra pratica menos

atividade física no lazer e consome menos frutas e hortaliças, o que pode ser explicado por aspectos culturais, menores oportunidades e menor acesso aos bens produzidos socialmente. A formação da sociedade brasileira e o modo como a população negra se insere têm relação com o seu processo saúde-doença. Presume-se que os efeitos nocivos de um ambiente que determina menor acesso aos bens de serviços e menos oportunidades aos direitos de cidadania e à riqueza social são fatores preponderantes da vulnerabilidade diferenciada para a população negra.

Esse comportamento nocivo tem cooperado para o predomínio da desordem nutricional em adolescentes, de forma geral, sobretudo entre adolescentes de comunidades remanescentes de quilombos, resultando num surgimento de obesos nessas populações (SANTOS, 2018). O problema soma-se às desigualdades vivenciadas por essas comunidades, que são alijadas dos bens de serviços públicos, como saúde, educação, áreas de lazer e direcionadas à prática de atividade física, além de orientação nutricional adequada.

A obesidade na adolescência ganhou importância nos últimos anos à medida que passamos associá-la ao período mais crítico no desenvolvimento desta doença, além de ser mais prevalentes na classe social baixa e na raça negra, o que torna ainda mais importante a atenção à saúde nesta população e faixa etária.

Os grupos negros rurais, por muitos anos, estiveram invisíveis para as políticas públicas, tal qual assistência médica e escolar, bem como o acesso à produção agrícola, ao saneamento ambiental, energia elétrica, água potável e outras ações que imprimem ao povo brasileiro têm sido negadas aos territórios quilombolas (OLIVEIRA et al., 2013). Embora a materialização dos direitos sociopolíticos, territoriais, educacionais e de saúde seja garantida desde a Constituição Federal de 1988, na atualidade, esses direitos não são efetivados para a maioria dos quilombos (BRASIL, 1988; OLIVEIRA et al., 2013).

A Constituição Federal do Brasil, em seu Art. 6º, garante direitos fundamentais e sociais a todo cidadão, esses direitos devem ser garantidos e facilitados pelo Estado, como moradia de qualidade, com saneamento básico, que lhes garantam uma existência plena e saudável, educação, trabalho, condições que lhes permitam uma mobilidade social e econômica.

A falha para a inclusão do negro na sociedade brasileira, que Carneiro (2019) assertivamente aponta, esbarra na ausência, seja ela da própria sociedade ou representada pelo Estado ausente nesse processo. A falta de inserção dessa parcela da população aos serviços básicos se constitui como um problema de saúde pública, considerando que as doenças crônicas

não transmissíveis (DNCT) são de origem multifatorial, estando inclusos os fatores sociais (OMS, 2019).

Além disso, o racismo institucional pode apresentar-se como um dos determinantes na prevalência das doenças crônicas, a exemplo da obesidade, em que ações e políticas institucionais são capazes de produzir e/ou manter a vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo (WERNECK, 2016).

Desse modo, esse cenário desigual se reverbera em todas as dimensões da sociabilização dos negros e se manifesta não apenas na forma como são tratados nos serviços, mas também na baixa produção de informações desagregadas por meio da variável raça/cor e na dificuldade de acesso à saúde em todos os níveis de complexidade.

A população negra apresenta mais chance de desenvolver diabetes, hipertensão arterial e acidente vascular cerebral do que qualquer outro grupo racial, doenças claramente associadas à obesidade (JACKSON et al., 2013). Assim, conhecer os fatores que fundamentam as diferenças raciais é um passo importante para reduzir as diferenças injustas em resultados indesejáveis relacionados à saúde. Políticas de promoção da equidade que se concentrem em modificar aspectos sociais do meio ambiente podem contribuir para a redução das disparidades.

A raça, entendida como diferenças fenotípicas utilizadas socialmente para classificar e hierarquizar indivíduos, é um dos fatores determinantes do estado de saúde. Ela é, portanto, produto das relações sociais para além das diferenças biológicas. As disparidades sociais demonstram que raça é um importante preditor da situação socioeconômica, já que negros estão em desvantagem na maioria dos indicadores sociais, pela formalização de um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais dentro de uma sociedade que frequentemente coloca um grupo social ou étnico em uma posição melhor em detrimento de outro (ALMEIDA, et al 2019).

3.2.1 Consequências da Obesidade na Adolescência

Conforme Turke et al. (2019), a obesidade é oriunda de fatores genéticos, ambientais, representados por sedentarismo, hábitos alimentares inadequados e fatores sociais devido à falta de acesso aos bens de serviços públicos, podendo ter impactos psicossociais, tais como: o mau rendimento escolar, o isolacionismo e baixa autoestima. Ademais, é considerada uma das principais causas de hipertensão arterial em crianças e adolescentes, favorecendo complicações

cardiovasculares e outras situações de risco próprias da idade.

Chorin et al. (2015) apontou que crianças obesas tinham uma chance 5,4% maior de apresentar níveis elevados de pressão arterial em comparação às crianças com peso normal, e a pressão arterial elevada foi quase duas vezes mais prevalente em relação às não obesas. Além da hipertensão, outras doenças crônicas estão associadas à obesidade: dislipidemia, a resistência à insulina e a diabetes tipo 2 e, conseqüentemente, doenças cardiovasculares (KEMPPAINEN et al., 2015).

Um estudo de caso-controle realizado no Brasil, com adolescentes de escola pública, mostrou que a prevalência de esteatose hepática foi de 27,7% em estudantes com sobrepeso e obesos e de 3,4% em estudantes com peso normal (LIRA et al., 2010).

Outra consequência apontada, decorrente da obesidade, consiste nas formas de violência que acontecem em algumas escolas. Dentre os vários tipos de estigmatização em ambientes escolares, há o exemplo do bullying, considerado um grave fenômeno que pode trazer consequências severas aos indivíduos envolvidos, impulsionando-lhes a apresentação de uma baixa autoestima, ansiedade, sintomas físicos e emocionais, medo, cefaleia, enurese, falta de interesse pela escola, internalização de problemas, depressão, ideias suicidas, entre outros agravos (CARAVITA et al., 2016).

Assim, a adolescência constitui-se um dos períodos críticos para adoção desses comportamentos e, conseqüentemente, do início ou persistência de doenças crônicas, a exemplo da obesidade e do diabetes (WHO, 2014).

Os adolescentes quilombolas constituem grupos de indivíduos cuja ascendência tem relação com grupos étnico-raciais, segundo sua autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2016).

Um estudo realizado no Brasil, com estudantes que residem em comunidade quilombola, apontou que adolescentes quilombolas vêm modificando sua alimentação, antes com padrão alimentar *in natura*, por uma alimentação industrializada. O resultado revelou que a influência da mídia é um dos fatores que tem contribuído negativamente na cultura alimentar de adolescentes quilombolas (MOTA et al., 2019).

As autoras apontaram que a promoção das propagandas de televisão ostensivas e o consumo excessivo de produtos processados em detrimento de produtos regionais com tradição

cultural para a adoção de *fast-food* vêm ganhando espaço, o que coloca estes produtos industrializados como alimentos prazerosos e distancia os adolescentes dos antigos hábitos alimentares herdados dos seus ancestrais.

O estudo ainda revelou que adolescentes quilombolas de Ilha de Maré participantes do estudo, ao serem questionados se costumam comer enquanto assistem TV ou ficam navegando na internet, afirmaram (34%) realizar refeições em frente à televisão ou acessando a internet. Essa prática é ameaçadora nutricionalmente, pois além de aumentar a probabilidade de comer uma quantidade maior de alimentos, não os leva a prestar atenção aos sabores e texturas dos alimentos.

Ainda de acordo com as autoras, os estudantes afirmaram já ter comprado alimento por influência de propaganda, sendo que os alimentos mais comprados foram *fast-food* e refrigerantes. Desta forma, a suscetibilidade dos adolescentes oriundos de populações tradicionais aos apelos promocionais de propaganda e publicidade em torno destes alimentos propicia maior apreço pelos alimentos industrializados e não saudáveis. Este tipo de alimentação ameaça a preservação da tradição da cultura alimentar das comunidades quilombolas e pode contribuir para a prevalência do sobrepeso e obesidade dos adolescentes (MOTA et al., 2019).

Corroborando o estudo supracitado, o resultado do estudo de Santos (2018), que motivou a presente pesquisa, no qual 11,8% dos estudantes quilombolas apresentaram sobrepeso e obesidade, apontou o comportamento alimentar inadequado e a redução da prática da atividade física como umas das causas para a prevalência do sobrepeso e obesidade, considerando que a obesidade é uma doença crônica, de origem multifatorial.

Seguindo este curso, estudos recentes apontam a associação da obesidade à doença do Coronavírus (Covid-19), resultando em mais de 4 mil pessoas obesas que morreram após contraírem esse vírus (ABESO, 2020). Outro estudo realizado no Reino Unido também aponta dados preocupantes associados à obesidade e a Covid-19, em que os sujeitos acima do peso têm 40% a mais de chance de desfecho em óbito, e os que apresentam obesidade aumentam as chances para 90% (WILLIAMSON et al., 2020).

Convém destacar que, devido ao isolamento social, deu-se início a uma nova pandemia, que é o comportamento sedentário¹, uma vez que os adolescentes passam um tempo significativo

¹ {...} se refere à realização apenas de atividades que não aumentam o gasto de energia substancialmente acima do nível de repouso, tais como dormir, manter-se sentado e à frente da televisão. Condições que agravam a Covid-19 por manter o corpo inflamado. Essa inflamação crônica presente também em obesos, renais crônicos e diabéticos compromete a resposta imunológica, favorecendo não só a infecção pelo vírus como

em tarefas estáticas, assistindo televisão e interagindo em jogos virtuais, realidade também vivenciada pela população em condições de vulnerabilidade, como exemplo das comunidades quilombolas, deixando esse recorte populacional ainda mais exposto. Assim, fica evidente a necessidade de políticas públicas voltadas para programas de saúde no contexto escolar como fatores primordiais para o enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis (DNCT), especialmente em contextos escolares quilombolas. Desta forma, advoga-se que o Projeto Político Pedagógico da escola deva atender às especificidades do público-alvo.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

A abordagem da pesquisa foi de natureza qualitativa, utilizando-se da metodologia da pesquisa ação (PA). Trata-se de uma estratégia de pesquisa empírica, de caráter participativo, dialógico e interdisciplinar, que tem se revelado cada vez mais eficaz na compreensão e enfrentamento dos problemas educacionais, socioambientais e de saúde da atualidade, envolvendo diretamente interações entre grupos sociais na busca de soluções para seus problemas e promovendo maior articulação entre a teoria e a prática na produção de novos saberes (TOLEDO, GIATTI, JACOBI, 2012). Isso resulta não só na prioridade dos problemas a serem pesquisados, como também nas resoluções a serem concretizadas (THIOLLENT, 2001).

Ao abordar os principais aspectos da PA, Thiollent (2001) aponta 6 itens: a) Existência de interação ampla e explícita entre pesquisadores e indivíduos implicados na situação investigada; b) surgimento da ordem de problemas a serem pesquisados e das respectivas soluções a partir da interação entre os envolvidos; c) o objeto de investigação centra-se na situação social e nos problemas encontrados e não nas pessoas; d) o objetivo consiste em resolver ou, pelo menos, esclarecer os problemas da situação observada; e) no acompanhamento das decisões, ações e de toda atividade intencional dos envolvidos durante o processo; f) o método não está limitado a uma forma de ação, mas busca aumentar o conhecimento/consciência dos envolvidos acerca da situação, de forma que a ênfase pode ser dada a um dos seguintes aspectos: resolução de problemas, tomada de consciência ou produção de conhecimento.

De acordo com Franco (2005), a opção pela PA como estratégia metodológica se dá porque há uma convicção de que pesquisa e ação devem caminhar juntas, a fim de alcançar a transformação na prática. Para esta autora, existem três tipos de pesquisa ação:

- a) Pesquisa-ação colaborativa: a transformação é solicitada pelos representantes do grupo e o pesquisador participa e instrui o processo de mudança;
- b) Pesquisa-ação crítica: a transformação é identificada por uma reflexão crítica coletiva a partir de trabalhos iniciais do pesquisador;
- c) Pesquisa ação estratégica: a transformação é planejada previamente sem a participação dos sujeitos.

Neste estudo, visando a uma implementação efetiva de ações pedagógicas, optou-se pela pesquisa-ação crítica, considerando que uma estratégia participativa e educativa poderá contribuir para apreender as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas e para a realização de ações de prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade dos adolescentes quilombolas. Somado a isso, acredita-se que esta metodologia pode ser um instrumento valioso para desenvolver o conhecimento sobre o tema em foco, considerando, os significados, crenças e simbologias dos envolvidos no processo da pesquisa (PESSOA et al., 2013).

Assim, a escolha da PA para implementação de ações pedagógicas na prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade justifica-se por ser fundamental a participação ativa da comunidade escolar, na busca de ações educativas para a qualidade de vida dos adolescentes quilombolas em questão. Neste contexto, o estudo foi desenvolvido de modo a atender às fases da pesquisa-ação descritas por Thiollente (2001):

a) Fase Exploratória ou diagnóstico situacional

Consiste em conhecer o campo de pesquisa, os participantes, os problemas e as principais ações. Neste momento, foi realizada a análise do documento que expressa o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP), mapeamento das comunidades quilombolas atendidos pela escola em questão, além das entrevistas com docentes, gestores, líderes comunitários e merendeiras, no intuito de reconhecer suas percepções sobre o PPP e os fatores que interferem na sua implementação.

A partir de estudos sobre os elementos que contemplam as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas, e da análise

do PPP, foi possível compreender a necessidade de implementação de ações voltadas para a organização do trabalho educativo que contemple as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), bem como ações que contribuam na prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade de adolescentes escolares quilombolas.

b) Fase de ação: Planejamento e implementação da intervenção

Segundo Thiollent, nesta fase são planejadas, pelo pesquisador e pelos participantes, soluções para os problemas identificados na fase exploratória.

Assim, nesta etapa, foram planejadas ações educativas com as merendeiras da instituição escolar, fundamentadas nos princípios da formação continuada, com vistas a promover a organização do trabalho, ancorada na valorização e socialização dos conhecimentos tradicionais, bem como no desenvolvimento científico voltados para a alimentação saudável. Além disso, a partir dos resultados das entrevistas com os docentes, gestores e líderes comunitários e merendeiras onde buscou-se entender se as ações pedagógicas desenvolvidas na instituição escolar em questão, contemplavam as Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola no Sistema de Ensino da Bahia, respondiam às necessidades relacionadas ao fortalecimento da identidade étnica; conhecimento de hábitos alimentares saudáveis; protagonismo dos estudantes quilombolas.

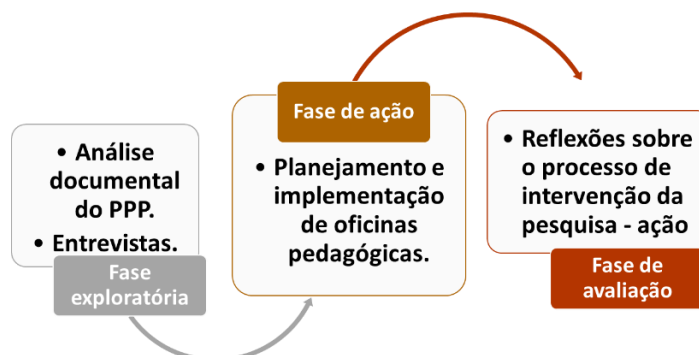
c) Fase de avaliação

Consiste na apreciação de todo o processo de planejamento, discussões e implementações realizadas durante a pesquisa (Thiollent, 2001).

Nesta etapa final do processo, verificou-se os resultados da implementação das oficinas e reflexões sobre o processo de intervenção e os seus desdobramentos.

A figura 1 a seguir resume as fases propostas para o percurso metodológico trilhado no presente estudo.

FIGURA 1 - Fase do percurso metodológico



Fonte: Elaborado pela autora.

Na subseção coleta de dados as fases exploratória, de ação e avaliação, serão descritas minuciosamente.

4.2 LÓCUS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada em um colégio estadual situado na Base Naval, em São Tomé de Paripe, localizada no subúrbio ferroviário de Salvador, Bahia, como demonstra a Figura 2 a seguir:

Figura 2 - Fachada da unidade escolar. Salvador, Bahia, Brasil, 2022.



Fonte: Acervo próprio.

O colégio foi fundado em 1981, está inserido nas Diretrizes Nacionais Curriculares

Quilombolas, atuando há cerca de 36 anos na educação de crianças e adolescentes. Oferece vagas para alunos da 5ª série do ensino fundamental II ao 3º ano do ensino médio nos turnos matutino e vespertino e, há aproximadamente 13 anos, passou a realizar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno noturno.

No total, segundo informação da administração, a escola atende 612 estudantes distribuídos nos três turnos, sendo que 90% dos estudantes são de cor da pele preta e 10% não pretos, a maior parte dos estudantes residem na localidade de Praia Grande, localizada em Ilha de Maré; uma menor parcela de Botelho, Neves e outros do quilombo urbano de São Tomé de Paripe.

São estudantes oriundos de comunidades que vivem em permanente luta para afirmação de identidade, titular territórios quilombolas e combater práticas de racismo e degradação ambiental.

A escola é composta por um quadro de funcionários que se dividem em (3) setor de higienização, (1) secretário administrativo, (2) auxiliares administrativos, (4) merendeiras, (2) gestores, (1) coordenadora pedagógica. O corpo docente é formado por (40) docentes distribuídos entre os componentes curriculares de geografia, matemática, história, sociologia, filosofia, física, artes, química, língua portuguesa, língua inglesa, ciências, biologia, educação física, práticas integradoras 1 e 2 e cultura baiana.

O atual Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é de 2,9 nos anos finais dos ensinos fundamental e médio, conforme as metas previstas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação. As metas são diferenciadas para todos, cada unidade, rede e escola, e são apresentadas bienalmente de 2007 a 2021, de modo que os estados, municípios e escolas deverão melhorar seus índices e contribuir, em conjunto, para que o Brasil chegue à meta 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência.

A estrutura física da escola é composta por apenas um pavimento, contendo uma sala para diretoria, uma antessala para secretaria, quatorze salas de aulas, um refeitório, quatro sanitários, uma biblioteca e uma sala de cultura corporal e quadra, cuja construção só foi possível devido à premiação em um projeto educacional de Esporte e Lazer desenvolvido pela Petrobrás, no qual a pesquisadora deste estudo juntamente com outra docente do mesmo componente curricular foram

vencedoras, investindo o prêmio na construção destes dois espaços². Desta forma, foi possível a existência de um melhor espaço para a prática de atividades corporais, entre outras.

Salienta-se que a escola lócus da pesquisa, por atender estudantes de comunidade tradicional quilombola, é regida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), que tem como propósito garantir aos estudantes oriundos dos Quilombos o direito a uma educação que atenda às suas especificidades.

Considerando que este estudo teve como foco os adolescentes escolares de Ilha de Maré e São Tomé de Paripe, fez-se necessário descrever sua principal característica sociogeográfica:

4.2.1 Ilha de Maré

Essa Ilha pertence ao município de Salvador e está situada a cerca de oito milhas náuticas (14,8 km) da capital baiana. Possui uma diversidade cultural e uma exuberante e densa vegetação com relevo acentuado localizado na Baía de Todos os Santos (Figura 3). A Ilha tem uma população de 4.236 moradores e acordo com o último censo feito pelo IBGE na região.

Figura 3 - Imagem de Ilha de Maré. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.



Fonte: Acervo próprio.

As comunidades ali existentes sobrevivem majoritariamente da pesca, mariscagem, turismo, artesanato feito em palha, renda de bilro e produção de doces de banana.

De acordo com o último Censo, a Ilha é o bairro com o maior índice de pessoas que se declaram negras em Salvador (93%). A ilha tem cerca de 14 km² de área. A população, de acordo

² O prêmio traduziu-se como uma oportunidade de dar voz e socializar as mais diversas formas de EDUCAR através do Esporte e Lazer, que os estudantes vivenciam em seu cotidiano.

com o IBGE (2010), é de baixa renda, com o quarto menor valor em toda Salvador, em média R\$ 257 por mês.

A Ilha de Maré tem precário atendimento à saúde e deficiência em saneamento básico, escassa distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgotamento sanitário e drenagem urbana. Muitas das comunidades não possuem escolas, os estudantes precisam andar muitos quilômetros para chegar a uma unidade escolar ou se deslocar através de embarcações até o continente.

A seguir, a imagem demonstra o principal meio de transporte utilizado por adolescentes quilombolas da unidade escolar em estudo para deslocar-se cotidianamente da sua residência até a escola e vice-versa. A travessia diária é feita pelo mar e demanda o uso de transportes marítimos, como pode ser observado na Figura 4 abaixo:

Figura 4 - Meio de transporte utilizado na comunidade de Ilha de Maré. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.



Fonte: Acervo próprio.

Cabe ressaltar que o colégio analisado atende os estudantes de comunidades de Ilha de Maré, compostas por doze comunidades bem estabelecidas, as quais se nomeiam: Bananeiras, Botelho, Caquende, Itamoabo, Maracanã (ou Armenda), Martelo, Neves, Oratório, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos, Praia Grande e Santana (PNUD, 2014).

Destas, cinco foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), como remanescentes de quilombo: Praia Grande (em 25/05/2005), Bananeiras (em 10/12/2004), Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa (em 12/09/2005) (FCP, 2019), a qual pertence a XVIII Região Administrativa da cidade de Salvador (BA) (ESCUDEIRO, 2011).

Ilha de Maré tem uma população em torno de 4.236 habitantes com predominância de

pessoas negro-mestiças de baixa renda, tem cerca de 14 km² de área e é uma das 56 ilhas pertencentes à Baía de Todos os Santos (RODRIGUES, 2012).

Apesar de existirem 11 comunidade em Ilha de Maré, apenas os adolescentes das comunidades quilombolas de Praia Grande, Santana e Botelho são atendidos na escola em estudo. Nas demais comunidades, por ficarem mais próximas da região de Candeias, os adolescentes são matriculados nas escolas localizadas nesta proximidade.

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa foram os docentes da escola, coordenação pedagógica, gestores, merendeiras e dois líderes comunitários das principais comunidades quilombolas atendidos na escola em estudo (Praia Grande e São Tomé de Paripe). Ressaltando que essas duas localidades são as de maior número de estudantes atendidos.

Foram os critérios de inclusão: profissionais que integravam o corpo de profissionais da escola e ser líder comunitário. Como critérios de exclusão: ter déficit cognitivo, que dificultasse a comunicação oral, profissionais afastados por motivo de saúde ou que não compareceram no período das ações pedagógicas.

4.3.2 Coleta de dados

Para atingir os objetivos da pesquisa de acordo com as fases da pesquisa-ação, a coleta de dados foi realizada nas etapas descritas abaixo.

4.3.2.1 Fase exploratória

4.3.2.1.1 Análise documental

A coleta de dados da fase exploratória foi iniciada em abril de 2021, através da etapa da análise documental, a qual foi utilizada neste estudo como uma técnica para o tratamento de dados, intencionando a conversão das informações a fim de que se tornem mais acessíveis para correlação com os outros dados provenientes de outras fontes (BARDIN, 2011).

A análise foi realizada em duas etapas: na primeira, foram realizados o mapeamento da fonte e a seleção dos documentos. Na segunda etapa, foram realizados o tratamento e a análise dos dados.

A primeira fase foi caracterizada pela escolha dos documentos normativos para nortear a análise do PPP. Foram eleitos como guias as Diretrizes Nacionais Curricular de Educação

Escolar Quilombola e a Diretriz Curricular para Educação Escolar Quilombola no Sistema de Ensino da Bahia (Figura 5).

Figura 5 – Documentos norteadores para análise do Projeto Político Pedagógico.



Fonte: Elaborado pela autora.

Para uma melhor contextualização, após leitura extensiva dos documentos normativos, foram eleitos como eixos norteadores, os objetivos, princípios, definição e organização das Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola no Sistema de Ensino da Bahia (2013), como descritos abaixo:

Objetivos:

I – Orientar o Sistema Estadual de Ensino da Bahia e as escolas de Educação Básica na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos, visando garantir a Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, sendo respeitadas as suas especificidades;

II – Assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem, as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico;

III – Assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas considere o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças;

IV – Fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino do Estado e dos municípios na oferta da Educação Escolar Quilombola;

Dos princípios da Educação Escolar Quilombola:

- I – Direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade;
- III – respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;
- IV – Proteção das manifestações da cultura afro-brasileira;
- V – Valorização da diversidade étnico-racial;
- VI – Promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- VII – Garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais;
- IX – Reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;
- XI – Direito ao etnodesenvolvimento, entendido como modelo de desenvolvimento alternativo, que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida;
- XVI – Direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas, de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;
- XVIII – Trabalho como princípio educativo das ações didático-pedagógicas da escola;

Definição e organização da Educação Escolar Quilombola:

Art. 7º - A Educação Escolar Quilombola compreende: escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas;

Art. 10 - A Secretaria Estadual de Educação, por meio de ações colaborativas, deve implementar, monitorar e garantir um programa institucional de alimentação escolar, o qual deverá ser organizado mediante cooperação com a União e os Municípios e por meio de convênios entre a sociedade civil e o poder público, com os seguintes objetivos:

I – Garantir a alimentação escolar, na forma da Lei e em conformidade com as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas, preferencialmente com aquisição de produtos da agricultura familiar quilombola;

II – Respeitar os hábitos alimentares do contexto socioeconômico-cultural tradicional das comunidades quilombolas;

III – Garantir a soberania alimentar assegurando o direito humano à alimentação adequada; e

IV – Garantir a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade cultural e étnico-racial da população.

Tendo como base a Diretriz Curricular para a Educação Escolar Quilombola no Sistema de Ensino da Bahia, foi elaborado um roteiro com questões norteadoras (Quadro 1) que serviram de indicadores para verificação de elementos informativos que correlacionassem os documentos e explicitassem referências em conformidade com o que as normativas preconizam para os documentos curriculares de Escolas Quilombolas, no caso os Projetos Políticos Pedagógicos das EQ.

Quadro 1 - Roteiro para análise documental - PPP

Questões norteadoras
Q1-Qual o ano da última atualização do Projeto Político Pedagógico?
Q2-O documento faz menção sobre os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, Q3-as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola do seu entorno?
Q4-A questão da territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas, orienta o processo educativo definido no projeto político pedagógico?
Q5-O currículo escolar contempla o conceito, a história dos quilombos no Brasil e na Bahia, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas?
Q6-O projeto político-pedagógico inclui o conhecimento dos processos e hábitos alimentares das comunidades quilombolas por meio de troca e aprendizagem com os próprios moradores e lideranças locais?
Q7-O currículo contempla a interdisciplinaridade e contextualização na articulação entre os diferentes campos do conhecimento, por meio do diálogo entre disciplinas diversas e do estudo e pesquisa de temas da realidade dos estudantes e de suas comunidades?
Q8-Sendo que na unidade escolar lócus do estudo foi mapeado, através de uma pesquisa de mestrado, um índice de 11,88% de estudantes quilombolas com sobrepeso e obesidade, foi colocado em prática pela gestão escolar ações integradoras de prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade, para todos os adolescentes da escola?

Fonte: elaborada pela autora.

Que elementos elencados na Diretriz Curricular Quilombola estão presentes na estrutura do Projeto Político Pedagógico da escola em estudo?

Uma proposta de educação quilombola necessita fazer parte da construção de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas (BRASIL, 2012).

O **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, por ser o documento responsável por nortear a forma como a escola planeja suas ações e estabelece metas para conseguir evoluir no processo de ensino e aprendizagem, é considerado a espinha dorsal de uma escola, seu documento de identidade.

É por meio do PPP que a escola define e articula quais conteúdos serão ensinados e como estes são desenvolvidos, a partir da realidade social, cultural e econômica da comunidade escolar atendida. Assim, este documento deve ser construído de acordo com as especificidades de cada escola e ser flexível para atender as demandas específicas dos alunos. A sua elaboração consiste em uma determinação legal e deve ser vista como uma construção coletiva, de elaboração processual, imbuída de preceitos teóricos, filosóficos e políticos, que se materializam na prática pedagógica.

Desse modo, foi construído o corpus de análise através das correlações entre as Diretrizes Quilombolas e do PPP. Visou-se identificar, no PPP da escola em estudo, consonâncias com as Diretrizes Nacionais Curricular de Educação Escolar Quilombola e com a Diretriz Curricular para Educação Escolar Quilombola no Sistema de Ensino da Bahia, documentos utilizados como referência para correlação.

Ao fazer paralelismos entre estes documentos, buscou-se analisar se o PPP contempla a identidade cultural na forma de manutenção das tradições dos estudantes e valorização das conquistas da população quilombola. Se estão presentes políticas educacionais e de saúde em favor da Educação Escolar Quilombola e a existência de estratégias didáticas previstas nos componentes curriculares através das suas ementas, estruturas curriculares e projetos com vistas a prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis, especificamente a obesidade em adolescentes escolares quilombolas.

4.3.2.1.2 Entrevistas

Após a análise documental do PPP, foi iniciada a primeira reunião com os gestores da escola, coordenação pedagógica, docentes, merendeiras e líderes comunitários para apresentação do projeto e viabilidade da sua execução.

A etapa das entrevistas foi iniciada em setembro de 2021 após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. A ocorrência se deu na ocasião do retorno das aulas no formato híbrido, no qual foi acordada a viabilização da participação da comunidade escolar e dois líderes comunitários nas oficinas pedagógicas.

As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro de perguntas semiestruturado (APÊNDICE B), com a seguinte finalidade:

- a) Entrevista com os gestores escolares e a coordenação pedagógica: Foram realizadas com o intuito de mapear se a dinâmica e desenvolvimento do PPP abarcam as questões socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombola conforme recomendada pelas DCNEEQ.
- b) Entrevista com os docentes: Foram realizadas para identificar primeiramente o conhecimento dos docentes sobre as DCNCEQ e quais ações vêm sendo realizadas pelos mesmos profissionais, com vistas a atender as diretrizes em questão, ou seja, se suas práticas educativas que abarcam as relações étnico-raciais através de processos de construção de conhecimentos contextualizados e interseccionados, promoção de uma educação antirracista e contemplação da história e cultura africana e afro-brasileira. Em seguida, identificar em disciplinas específicas, como Biologia, Química e Educação Física, a existência de ações educacionais sobre prevenção e controle de sobrepeso e obesidade dos estudantes em especial os das comunidades quilombolas com suas especificidades próprias.
- c) Entrevista com as merendeiras: Foram realizadas para identificar o conhecimento das merendeiras sobre a existência do PNAE e das especificidades gastronômicas nutricionais da alimentação escolar ofertada por escolas que atendem comunidades quilombolas.
- d) Entrevistas com liderança comunitária: Foram realizadas com líderes da comunidade de Praia Grande e de São Tomé, tendo como objetivo identificar a atuação da Unidade Escolar (UE) no reconhecimento dos processos socioculturais e políticos das comunidades quilombolas e sua participação nas ações pedagógicas propostas pela UE. No mês seguinte, ao término da aplicação das entrevistas, foi dado o início à fase de ação.

4.3.2.2 Fase de ação - planejamento e implementação da intervenção

A coleta de dados referente à fase de ação foi realizada em outubro de 2021. Serão descritas a seguir as fases de planejamento e implementação da intervenção no Quadro 2.

Quadro 2 - Descrição das fases para coleta de dados de acordo com a pesquisa-ação proposta por Thiollent.

		OFICINAS		TEMA	OBJETIVO	MÉTODOS
		DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	P L A N E J A M E N T O	1ª OFICINA - Docência intercultural e identidade étnica	Importância das tradições, oralidade, ancestralidade e história da comunidade quilombola na práxis pedagógica EQ.	Formação da comunidade escolar no âmbito da EQ.
2ª OFICINA - QUICOAR – Quilombo na cozinha escolar	Valorização da cultura alimentar quilombola, alimentação saudável, identidade das merendeiras.			Sensibilizar as merendeiras para o conhecimento dos hábitos alimentares das comunidades quilombolas por meio de troca e aprendizagem com os próprios moradores; Formar as merendeiras para ações de prevenção e controle de sobrepeso e obesidade dos adolescentes através da merenda escolar; Reconhecer as merendeiras como agentes escolares basilares para a educação Nutricional.	Roda de conversa; Dinâmica em grupo.	
A V A L I A Ç Ã O	3ª OFICINA - Prevenindo o sobrepeso e a obesidade no pilar da Educação Quilombola		Formação do corpo docente para importância da alimentação saudável e ações de prevenção e controle de sobrepeso e obesidade dos adolescentes.	Formar o corpo docente para desenvolvimento de ações educativas para prevenção de sobrepeso e obesidade dos adolescentes alicerçadas na	Roda de conversa; Intervenção educativa.	

					tríade Educação – Alimentação – Cultura Corporal, que contemplam as especificidades culturais da comunidade tradicional quilombola.	
				AValiação	Avaliando as implementações.	Avaliar o processo de implementação das ações.
						Roda de conversa; Explicação dialógica.

Fonte: Elaborado pela autora.

1ª Etapa: Análise situacional

4.3.2.2.1 Planejamento

Após as entrevistas foi realizado o planejamento das oficinas de intervenção educativa. O planejamento das ações de intervenção com a gestão, o corpo docente e as merendeiras, visou o desenvolvimento didático de aprendizagem aberta e dinâmica, que possibilita a inovação, a troca de experiências e a construção de conhecimentos.

Oficinas docentes, gestores e coordenação pedagógica

Foi planejada a oficina denominada: Docência intercultural e identidade étnica buscando assegurar que as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem (DCNEEQ, 2012).

Oficinas com as merendeiras

Visando subsídios para a realização da oficina com as merendeiras da escola, a pesquisadora e mediadora das oficinas foi para a comunidade quilombola de Ilha de Maré, com intuito de apreender os hábitos alimentares tradicional com as merendeiras do quilombo, que atuam e moram na comunidade de Praia Grande.

Este movimento foi pensando tendo como base a DCNEEQ que aponta a importância de

considerar a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida.

Salienta-se que, na comunidade de Praia Grande, reside a maior parcela dos estudantes atendidos pela escola *locus* desta pesquisa. Essa visita no quilombo foi realizada em outubro de 2021, com duração de 4 horas, com a participação de 2 merendeiras que atuam há cerca de 30 anos nesta função em escolas do quilombo de Ilha de Maré. Participaram, ainda, o Grupo de Estudo e Pesquisa da Saúde da Criança e do Adolescente - CRESCER-UFBA³ -, mães e estudantes. Importante salientar que a pesquisadora, assim como grupo de estudo citado, já têm aproximação com a comunidade, devido realizarem efetivamente ações educativas e cuidado de saúde neste espaço.

Nessa roda de conversa com as merendeiras, foi explicitado previamente o objetivo da ação proposta e de posse dos materiais necessários para registrar o relato de experiência das participantes (caderno, aparelho celular). Estas tiveram a oportunidade de relatarem com quem aprenderam a função, como se dá o preparo das merendas que servem aos estudantes do quilombo, além da importância de utilizar produtos extraídos da própria comunidade e de conhecer a preferência dos adolescentes escolares.

Em um segundo momento, as merendeiras compartilharam o modo de preparar as merendas, cozimento, quantidades e simultaneamente trouxeram as memórias afetivas de sua mãe e avó com quem elas aprenderam a cozinhar e também a mariscar, explicitando a importância do conhecimento intergeracional destas comunidades.

Após o término da preparação do alimento e do diálogo com as merendeiras acerca do modo de vida da sua comunidade, fizemos uma pausa para degustação das iguarias preparadas. O relato foi gravado com a autorização das participantes seguindo as premissas éticas de pesquisa com seres humanos.

Além de aprender e conhecer os saberes das merendeiras locais, as ações realizadas contribuíram para o estabelecimento de um maior vínculo com a comunidade através da sensibilização e valorização da cultura alimentar quilombola. Esta experiência etnográfica foi base do planejamento para as oficinas com as merendeiras da unidade escolar em estudo.

Foi planejada a oficina denominada: QUICOAR – Quilombo na cozinha escolar.

³ Desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão com foco em aspectos que interferem nas condições de saúde da criança e do adolescente com ênfase as questões étnicas raciais.

Planejamento da oficina - Prevenindo o sobrepeso e a obesidade no pilar da Educação Quilombola.

As ações de prevenção e controle da obesidade são necessárias nessa unidade escolar, por conta do mapeamento realizado na dissertação da pesquisadora, no qual foi apontado que 11,88% dos estudantes encontram-se na linha de sobrepeso e obesidade. Assim, torna-se importante que toda a comunidade faça reflexões sobre a suas práticas pedagógicas na temática. É imprescindível abordar em sala os conteúdos acerca da saúde, educação alimentar e nutricional, por serem pertinentes a todos os componentes curriculares, como descrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), atualmente é tema contemporâneo transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2019).

4.3.2.2.2 Implementação da intervenção pedagógica

A implementação da intervenção foi realizada através de oficinas pedagógicas realizadas com o corpo docente, gestão e merendeiras. Serão descritas a seguir.

1ª Oficina Pedagógica: docência intercultural e identidade étnica

Corpo docente

A primeira oficina pedagógica, intitulada “Reconhecendo as tradições, a oralidade, a ancestralidade e a história da comunidade quilombola”, foi realizada em outubro de 2021. Contou com a participação de 14 docentes, 2 gestores e 1 coordenadora pedagógica. Dentre os participantes, alguns são concursados, outros contratados pelo sistema de Regime Especial de Direito Administrativo – REDA⁴.

Este encontro foi realizado de acordo com roteiro (Quadro 1, p. 42) e teve como objetivo identificar o conhecimento do corpo escolar acerca das DNCEEQ e ainda a respeito da existência de ações na prevenção e controle da obesidade em estudantes quilombolas, já que estudo anterior (Santos, 2018) apontou que 11,88% dos estudantes desta unidade escolar encontram-se na linha de sobrepeso e obesidade.

No dia da primeira oficina, foi realizada uma roda de conversa onde os participantes

⁴ Implementado na Bahia pela Lei nº 6.403/1992, tornando-se o instrumento apto para que a Administração Direta e Indireta pudesse contratar agentes públicos em regime temporário e sem a realização de concurso público.

puderam discutir acerca do (des)conhecimento das questões de identidade e cultura dos estudantes remanescentes quilombolas e das ações de saúde no espaço escolar.

Em um segundo encontro, ao estruturar as ações, elegeu-se o diálogo com os participantes como estratégia de aproximação de leitura de textos e literaturas acerca do processo histórico da população negra, relações étnicas-raciais, modo de vida da comunidade quilombola e de ações de saúde para o prevenção e controle da obesidade de estudantes quilombolas através de obras, a exemplo: Saberes Plurais de conhecimento e práxis pedagógica (Paulo Gurgel e Wilson Santos); Por um feminismo Afro latino Americano (Lélia Gonzalez); Coleção a Cor da Cultura (Ministério da Educação); Promoção de Saúde em Comunidades Quilombolas (Climene Camargo); Olhares sobre a docência (Alessandra Assis); entre outros. As obras literárias foram ofertadas pela pesquisadora, visando à compreensão e aproximação de tais conhecimentos por parte do corpo docente.

Nesta perspectiva, a inserção das literaturas balizou a roda de conversas acerca das práticas culturais plurais, pois, no contexto da roda de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, uma vez que pressupõe um exercício de escuta e fala.

Para Paulo Freire (2011), as rodas de conversa, também nomeadas pelo autor de “Círculos de Cultura”, proporcionam momentos de fala e de escuta, são o diálogo, é a pronúncia do mundo, ou seja, é o processo de ler o mundo, problematizá-lo, compreendê-lo e transformá-lo.

No que tange às literaturas ofertadas, ficou acordada a possibilidade de serem utilizadas no planejamento das aulas, na elaboração dos projetos desenvolvidos na escola, também foi pensado a possibilidade da criação de um clube de leitura no espaço escolar, para estimular docentes e estudantes acerca da prática de leitura semanalmente de literaturas com autores que retratam a vida da comunidade de Ilha de Maré. Ainda, neste percurso, foi programada visitas no quilombo com todo o corpo escolar para uma maior aproximação entre escola e comunidade.

Em seguida, deu-se início a explanação dos participantes para que falassem a sua percepção com a oficina, as fragilidades pontuadas no PPP a partir dos temas discutidos. Por fim, encerramos a oficina com o *coffee break*.

2ª Oficina: QUICOAR – Quilombo na cozinha escolar

Neste momento, foi realizada a 2ª oficina pedagógica, intitulada “QUICOAR – Quilombo na cozinha escolar”, realizada em novembro de 2021, que teve como objetivo sensibilizar as

merendeiras para o conhecimento dos hábitos alimentares das comunidades quilombolas, por meio de troca e aprendizagem com os próprios moradores. Participaram 4 merendeiras e o encontro teve duração média de 2 horas, iniciando o diálogo a respeito do protagonismo da merendeira no espaço escolar, do sentimento delas em preparar a merenda para os estudantes quilombola, do conhecimento da cultura e identidade dos estudantes e também do que sabem a respeito do Programa de Merenda Escolar-PNAE.

Em um segundo momento, foram apresentados para as merendeiras os vídeos gravados com as merendeiras do quilombo, constando o relato de experiência com a profissão, memória afetiva, história de vida e modo de preparar a merenda escolar dos estudantes.

Por fim, foram presenteadas com produtos extraídos e utilizados no quilombo e panos de cozinha bordados pelas mulheres, mostrando o potencial da comunidade. Encerramos com um lanche preparado por elas.

3ª Oficina pedagógica: prevenindo o sobrepeso e a obesidade no pilar da Educação Quilombola a partir da tríade (educação, alimentação e cultura corporal)

Esta etapa visava ao desenvolvimento de intervenção de saúde no espaço escolar, por ser um lugar propício para incentivar os estudantes a adotarem hábitos alimentares saudáveis a partir de alimentos disponíveis na natureza (frutas, verduras, legumes, pescados, entre outros) para o desenvolvimento integral, conforme descrito na BNCC.

Para esta oficina, foi construído um banner com orientações sobre os impactos da obesidade na saúde dos adolescentes e colocado na sala dos professores, a fim de consultar e garantir a aproximação dos participantes com as temáticas discutidas nas oficinas.

Mediante às explanações da necessidade de apropriação quanto aos temas percorridos nas oficinas, ficou programada, ainda, a construção de uma cartilha educativa, contendo as principais informações sobre as DNCEEQ e orientações de hábitos saudáveis como forma de prevenção e controle da obesidade de adolescentes escolares quilombolas (CAMARGO; MOTA; SANTOS, 2022).

4.3.2.3 Fase de avaliação

A etapa de avaliação ocorreu através de aplicação dos questionários (APÊNDICE C) realizados ao final das oficinas pedagógicas e de uma roda de conversa intitulada “Avaliando o processo de implementação das ações”, realizada em 10 de dezembro de 2022. Participaram deste

momento 14 docentes, 2 gestores e 1 coordenadora pedagógica e 4 merendeiras.

Este encontro teve como finalidade avaliar o processo de implementação das ações educativas realizadas.

A partir dos resultados dos questionários de avaliação foram feitas reflexões sobre as alterações possíveis para serem inseridas na reelaboração do PPP, nas práticas pedagógicas dos docentes, na gestão da merenda escolar e ações de toda a comunidade escolar após o processo pedagógico de intervenção da pesquisa-ação.

Ao término da roda de conversa, a pesquisadora trouxe a seguinte reflexão: “Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”. Visando à compreensão da importância de buscar possíveis soluções para as fragilidades existentes no processo do trabalho pedagógico. As atividades foram finalizadas com o *coffee break*.

É importante ressaltar que todas as oficinas foram realizadas em horários pactuados com a coordenação e gestão, de modo que não interferissem nas atividades cotidianas e que estimulassem a participação dos profissionais.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados foi composta pela análise documental, análise das entrevistas e das ações pedagógicas. O tratamento e a análise dos dados foram através da determinação de unidades de análises e eleição das categorias.

4.4.1 Análise documental

A análise documental foi realizada tomando como base a análise de conteúdo de Bardin (2011), através de operações com o objetivo de representar o conteúdo de um documento em uma forma diferente da original, com o intuito de favorecer um período posterior, o seu exame e referência.

Os documentos curriculares “Diretrizes Curricular Nacional de Educação Escolar Quilombola” e as “Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola no Sistema de Ensino da Bahia” foram analisados para subsidiar e estabelecer as orientações necessárias imprescindíveis para uma Escola Quilombola. Foi eleita as Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola no Sistema de Ensino da Bahia (2013) por ser uma referência mais contextualizada abarcando uma maior especificidade étnica da comunidade em estudo.

Foi realizada uma leitura exploratória das Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola no Sistema de Ensino da Bahia (2013) e extraídos os temas, como apresenta o Quadro 3 a seguir, relacionados à identidade cultural na forma de manutenção das tradições dos estudantes e valorização das conquistas da população quilombola, garantias de uma alimentação escolar conforme as especificidades socioculturais das comunidades e estratégias didáticas voltadas para a educação em saúde pautadas em cuidados básicos na saúde das comunidades tradicionais. Após essa etapa foram selecionados três temas:

1) Identidade Cultural (TIC): Manter as tradições dos estudantes atendidos e, acima de tudo, valorizar as suas conquistas;

2) Cultura Alimentar (TCA): Conservar a tradição e a cultura alimentar das comunidades quilombolas e compartilhar com os estudantes os valores e saberes ancestrais ensinados pelos mais velhos aos mais novos, de forma saudável que possam contribuir na prevenção e controle da obesidade;

3) Promoção da Saúde (TPS): Desenvolver educação em saúde pautadas em cuidados básicos na saúde visando à sustentabilidade e práticas diárias para prevenção e controle da obesidade dos adolescentes estudantes.

Quadro 3 - Temas que resultaram da análise das Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola no Sistema de Ensino da Bahia

Excerto da Diretriz estadual Quilombola	Tema derivado
<p>Dos princípios da Educação Escolar Quilombola:</p> <p>XVI – <i>Direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas, de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;</i></p> <p>(p. 17)</p>	<p>Identidade Cultural (TIC)</p>
<p>Definição e organização da Educação Escolar Quilombola:</p> <p>I – <i>Garantir a alimentação escolar, na forma da Lei e em conformidade com as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas, preferencialmente com aquisição de produtos da agricultura familiar quilombola;</i></p> <p>(p. 17)</p>	<p>Cultura Alimentar (TCA)</p>
<p>Definição e organização da Educação Escolar Quilombola:</p> <p>IV – “[...] <i>estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade cultural e étnico-racial da população.</i></p> <p>(p. 17)</p>	<p>Promoção da Saúde (TPS)</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do quadro 3, representando os temas que resultaram da análise das Diretrizes, e das questões norteadoras do quadro 1 (p. 45), foi possível realizar a análise do PPP.

Desta forma, a leitura exploratória do PPP foi iniciada por todas as suas seções a fim de identificação das informações apresentadas nos textos, bem como realização de uma identificação prévia dos temas eleitos para descrição e comparação entre os documentos.

4.4.2 Análise das entrevistas com participantes

A análise de dados das entrevistas e das ações pedagógicas foi norteada na perspectiva metodológica da análise de conteúdo de Bardin (2011), buscando verificar a existência de alinhamento entre ações pedagógicas da unidade escolar e as diretrizes curriculares para a Educação Escolar Quilombola. Assim, foi investigado se havia ações que contemplem as práticas de hábitos saudáveis para a prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade em adolescentes escolares quilombolas.

A análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin (2011), consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que tem como objetivo desvelar o oculto. A autora afirma que essa análise:

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos, ou, com maior rigor, um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto as comunicações (BARDIN, 2011, p. 31).

Bardin (2011) divide em três fases os procedimentos de análise do conteúdo:

a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A fase de pré-análise é quando ocorre o primeiro contato com os documentos que serão alvo da análise. Nesta fase, definimos os objetivos, quais perguntas pretendemos responder, a elaboração dos indicadores que nortearão a interpretação e preparação do material.

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas e armazenadas. A transcrição se deu logo após a sua realização para facilitação de sua interpretação.

Posteriormente, foi realizada a leitura flutuante do material de análise e a formulação das hipóteses e dos objetivos, atendendo à regra da exaustividade, ou seja, se o documento foi apreciado em sua íntegra, sem cortes ou censuras.

Na fase de exploração do material, foi realizada a descrição analítica das transcrições que foram submetidas a uma análise profunda ancorada nas diretrizes formuladas previamente. Foram também realizadas as ações de codificação e categorização.

Na terceira fase da análise de Bardin, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, os dados foram processados com o intuito de se tornarem significativos e válidos.

Os resultados decorrentes do questionário e o conteúdo dos discursos coletados nas oficinas foram analisados por meio da técnica da análise do conteúdo temática, a qual, segundo Bardin (2011), é um conjunto de técnicas de análise da comunicação que visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção. Esta análise foi realizada simultaneamente após as oficinas, extraíndo as ideias centrais ou categoriais emergentes de cada discurso dos participantes, a fim de obter a ideia da coletividade. Deste modo, a intenção da utilização desta técnica foi descobrir as principais fragilidades relacionadas ao processo de educativo, a fim de implementar, de maneira efetiva, ações no PPP com base nos preceitos das DCNEEQ, criadas para assegurar os direitos de estudantes quilombolas, com vista a implementar ações educativas através de uma alimentação saudável, no pilar da cultura local, que contribua para a prevenção e controle da obesidade desses adolescentes nesta unidade em estudo.

4.5 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA PESQUISA COM DOCUMENTOS E COM SERES HUMANOS

O projeto foi anexado à Plataforma Brasil para submissão e avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola de Enfermagem da UFBA (EEUFBA) (ANEXO B). Somente após aprovação e de posse do parecer, a coleta foi iniciada, quando foi realizada a fase descritiva exploratória através da análise dos documentos oficiais da escola, são eles: o Projeto Político Pedagógico e sua Matriz Curricular em vista a saber se estão em consonância com a proposta da DNCEEQ.

Em todas as etapas desta pesquisa, foram considerados os princípios estabelecidos pela Resolução de nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos de forma a obedecer às diretrizes e normas quanto à autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, assegurando os direitos dos informantes (BRASIL, 2016).

Os participantes foram informados acerca da natureza da pesquisa e sua relevância social e científica, a partir disso, puderam aceitar, recusar ou desistir de participar do estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Aos que aceitaram, foi-lhes assegurado o anonimato e o sigilo das respostas.

Em relação ao risco, este estudo apresentou a possibilidade de oferecer aos participantes algum grau de constrangimento relacionado aos dados fornecidos, bem como a possibilidade de divulgação imprópria das informações ofertadas. Entretanto, todas as medidas possíveis foram adotadas para minimizar estes riscos. Foram oferecidos escuta sensível, apoio e discussão sobre possíveis constrangimentos.

Saliento que, considerando o momento pelo qual passamos, com a pandemia da COVID-19, a coleta de dados inicialmente ocorreu de forma virtual. Desta forma, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pela pesquisadora e enviado previamente para o e-mail dos participantes; a entrevista ocorreu através de um aparelho celular, pelo qual houve a gravação com o consentimento do participante. No entanto, foi assegurado o compromisso em transportar as respostas para um banco de dados em programa Word e Excel, armazenados em dispositivos eletrônicos de uso privativo das pesquisadoras, o mais rápido possível, e excluir os dados contidos no drive (“nuvem”), onde estavam as informações desta entrevista, conforme prevê o Ofício Circular 02/2021, da CONEP, sobre “Pesquisa com qualquer etapa em ambiente virtual”.

5 RESULTADOS

Os resultados deste estudo foram apresentados em forma de manuscritos, organizados de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e de uma cartilha de orientações pedagógicas na prevenção e controle do sobrepeso e obesidade para escolares quilombolas, a ser publicada em domínio público (APÊNDICE D). A seguir, a figura 6, correspondente à capa da cartilha:

Figura 6 – Cartilha educativa na prevenção e controle da obesidade de adolescentes escolares quilombolas



Fonte: Elaborado pela autora.

O manuscrito 1 teve como título: “Ações Pedagógicas Voltadas para Educação de Adolescentes Remanescentes Quilombolas”. Atende ao objetivo: Identificar quais ações são desenvolvidas para a prevenção do sobrepeso e obesidade dos escolares considerando os preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

O manuscrito 2 teve como título: “Prevenção da Obesidade em Escolares Quilombolas: Ações de Interculturalidade na Percepção de Merendeiras”. Atende ao objetivo: Investigar a percepção das merendeiras sobre ações que contemple os itens: identidade cultural; alimentação e promoção da saúde, propostos pela Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola;

Por fim, o manuscrito 3 teve como título: “Um Olhar sobre o Planejamento Pedagógico para a Prevenção e Controle da Obesidade em Adolescentes Quilombolas”. Atende ao objetivo: Implementar no Projeto Político Pedagógico ações de prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade em adolescentes escolares, considerando os preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

5.1 MANUSCRITO 1: AÇÕES PEDAGÓGICAS VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES REMANESCENTES QUILOMBOLAS.

RESUMO

Objetivo: Investigar ações de saúde, cultura e identidade nas práticas pedagógicas dos docentes com base na Diretriz Curricular Nacional de Educação Quilombola (DCNEEQ). **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva de natureza qualitativa, realizada com a equipe de escolar, que utilizou como fontes de dados o PPP da escola e entrevistas semiestruturada, entre outubro e dezembro de 2021. Após a análise de conteúdo, os dados foram triangulados conforme propõe Minayo e interpretados sob a luz do referencial teórico-filosófico de Paulo Freire. **Resultados:** Os achados deste estudo no contexto estudado revelaram fragilidades no trato das especificidades cultural dos estudantes quilombolas. Embora o PPP utilizado na escola mencione que esteja norteado pelas DCNEEQ, várias das ações propostas não são implementadas de forma efetiva, considerando que se encontram distantes da realidade, social e cultural vivenciados pelos estudantes quilombolas. **Considerações finais:** Considera-se que existe inconsistência no trato do conhecimento da Educação Escolar Quilombola (EEQ), pela equipe escolar, visto que os conteúdos abordados em sala de aula devem ser alicerçados dentro das especificidades étnico-culturais das comunidades quilombolas. Também foi identificada a pouca interlocução entre a escola com ações de saúde e as experiências vividas pelos estudantes. Isso serviu de alerta para a necessidade de implementação de ações pedagógicas para pensar a escola como um todo, permeada pelo conceito de Pedagogia de Quilombo e seus eixos, cunhados nas discussões desenvolvidas nos encontros.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Ações educativas; Educação Quilombola; Adolescentes.

1 INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas, de modo geral, encontram-se em condições de vulnerabilidade e desigualdade, na perspectiva da saúde e contexto social ⁽¹⁻³⁾. No que diz respeito à condição de susceptibilidade, esta parcela da população enfrenta desvantagens para a mobilidade social que a impede de desfrutar o direito a melhores condições de vida, uma vez que a cidadania desta se encontra comprometida ⁽³⁻⁴⁾.

Na intenção de reduzir essas disparidades sociais que se refletem tanto na saúde, quanto na educação de remanescentes quilombolas, e contribuir para dar visibilidade a estudantes destas comunidades, no fortalecimento da conservação da cultura e tradições, compreendemos que a criação de políticas públicas é uma estratégia utilizada no mundo para alcance da igualdade entre os povos, mas que também é um princípio constitucional ⁽⁵⁾. Estratégias e programas desenvolvidos em espaço escolar com o objetivo de impulsionar os direitos de comunidades remanescentes de quilombo devem considerar primeiramente os aspectos socioculturais, o modo de vida e o local de convívio dessa população.

A escola é um espaço fragilizado acerca do trato da educação quilombola. Desta forma, o estudo visa reverberar a relação da educação quilombola com o trabalho pedagógico dos docentes para o fortalecer a implementação das Diretrizes Curriculares de Educação Escolar Quilombola.

Em 2012, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou a resolução nº 08 de 20 de novembro, criando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e a estabeleceu como uma modalidade de ensino. Apesar disso, não existem esforços governamentais para formação de docentes voltados para a educação escolar quilombola. A falta de investimento na área acaba se refletindo dentro das salas de aula e no processo de aprendizado de adolescentes escolares quilombolas.

A educação na fase de adolescência constitui um caminho importante para sua formação cidadã posto que influencia a conquista da qualidade de vida e equidade social do indivíduo. No estudo de Souza, Panúncio-Pinto e Fiorati⁽⁶⁾ foi revelado que adolescentes que são negligenciados pela escola e pelo Estado apresentam sofrimento emocional e prejuízos no desempenho escolar, podendo estar relacionados à cultura de exclusão, à vulnerabilidade social e ao despreparo da escola e dos docentes para trabalhar com tal população e sua realidade.

Ressalta-se que as práticas pedagógicas devem estar em consonância com a realidade vivenciada pela comunidade onde a escola está inserida, principalmente quando se trata de

comunidades que apresentam traços culturais próprios e se encontram em vulnerabilidade social, a exemplo das comunidades quilombolas.

É deste ponto de vista que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica foram estabelecidas em 2012. Tais diretrizes devem ser base para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) de toda escola no país que atende crianças e adolescentes quilombolas, ou seja, trata-se de uma maneira oficial de materialização do currículo escolar⁽⁷⁾.

O PPP tem como objetivo colaborar com a instituição escolar para pensar a sua identidade e a projetar suas ações administrativas e pedagógicas a partir de um processo participativo capaz de incluir toda a comunidade escolar em suas representações e segmentos (famílias, docentes, discentes, funcionários)⁽⁸⁾.

Sendo assim, o PPP é uma ação intencional definida a partir de um compromisso coletivo, visando à organização do trabalho pedagógico em sua totalidade. As instituições de ensino têm o direito de exercer sua autonomia, seja para instituir o PPP, seja para executá-lo e avaliá-lo, destacando sua diversidade construída a partir de seu processo de desenvolvimento sócio-histórico, bem como de suas especificidades⁽⁹⁾.

Neste contexto, a mediação entre os sujeitos envolvidos (comunidade e escola) deve ocorrer com base na formação continuada dos docentes com foco na valorização e especificidades destes sujeitos⁽¹⁰⁾. Há expressa necessidade de maior atenção aos grupos sociais vulneráveis, o que pode ser efetivado por meio de políticas públicas, programas de desenvolvimento social e ações efetivas do Estado e sociedade civil e de formação contínua dos docentes⁽⁶⁾.

O processo de formação continuada torna-se importante para a promoção da igualdade étnico-racial, bem como para o trato dos problemas sociais, em especial no que tange às populações negras, quilombolas e outros, para que uma efetiva equidade racial esteja de fato consubstanciada e interseccionada⁽¹¹⁾. Entretanto, muitas são as resistências às políticas públicas educacionais dirigidas para a população afro-brasileira, imbróglgio acompanhado também pela existência de materiais didáticos repletos de conteúdos depreciativos e preconceituosos em relação aos negros, o que pode contribuir para o esvaziamento de conhecimento e pertencimento a esses grupos⁽¹²⁾.

Diante do exposto, questionou-se: existe consonância entre os conteúdos abordados no

trabalho pedagógico dos docentes e as DCNEEQ para educação de adolescentes quilombolas? Para responder a tal questionamento, o presente estudo tem por **objetivo**: investigar ações de saúde, cultura e identidade nas práticas pedagógicas dos docentes com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Escolar Quilombola.

Este estudo tem sua relevância atribuída à constatação de que a Educação Escolar Quilombola consiste em uma modalidade de ensino recente e pouco estudada. Observa-se que, apesar da implementação das Diretrizes curriculares Nacional e Estadual, não há no cenário nacional a efetivação de uma pedagogia que seja diferenciada para as comunidades quilombolas na qual a cultura, a oralidade, a memória, as tradições, a estética, a ancestralidade africana estejam inseridas não apenas como conteúdo, mas na própria concepção da ação pedagógica e do currículo.

2 MÉTODO

2.1 TIPO DE ESTUDO

A abordagem da pesquisa foi de natureza qualitativa, situada no âmbito pesquisa-ação. A apresentação deste manuscrito foi baseada nos Critérios Consolidados para Relatar Estudos Qualitativos (COREQ)⁽¹³⁾.

2.2 PERÍODO DO ESTUDO

Os dados foram coletados entre outubro e dezembro de 2021.

2.3 LOCAL DE ESTUDO

O estudo foi realizado em uma escola pública localizada na região suburbana do município de Salvador, Bahia, e que integra a Rede Pública Estadual de Ensino. Essa unidade escolar atende, em sua maioria, estudantes oriundos de comunidades remanescentes de quilombos, localizadas na Ilha de Maré.

2.4 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Participaram do estudo docentes, gestores e coordenadora pedagógica. Todos foram convidados para relatar e compartilhar suas experiências acerca das ações de saúde, cultura e

identidade nas práticas pedagógicas com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Escolar Quilombola.

2.5 CRITÉRIO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram utilizados como critérios de inclusão: docentes, gestores e coordenação pedagógica que atuavam na unidade escolar em questão, e como critérios de exclusão: docentes, gestores e coordenação pedagógica afastados por motivo de saúde ou que não compareceram durante as ações pedagógicas. Os participantes foram identificados nos discursos com a letra (P).

2.6 COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada em duas fases. Na primeira, foi realizada entrevista semiestruturada com dados demográficos e de formação profissional, a fim de caracterizar os participantes, e norteadas por ações pedagógicas embasadas no que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Escolar Quilombola, o Projeto Político Pedagógico e as ações de saúde para o estudante no ambiente escolar.

Durante as atividades práticas da oficina, o diálogo e as diferentes opiniões foram respeitados, a fim de garantir a espontaneidade e segurança para compartilhar as experiências vividas. A coleta de dados utilizou multimétodos, tal qual sintetiza o Quadro 4 abaixo:

Quadro 4 – Síntese das distintas formas de coleta de dados utilizada na pesquisa. Salvador, Bahia, Brasil, 2022.

Etapa da coleta	Fonte de informação	Apresentação	Meio de extração	Instrumento aplicado na coleta
1 ^a	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ)	Documental virtual	Internet	Roteiro de entrevista com questões semiestruturadas
2 ^a	Projeto Político Pedagógico (PPP)	Documental físico	Cedida cópia do PPP pela diretoria da escola	Roteiro de entrevista com questões semiestruturadas

3 ^a	Entrevistas aos 14 docentes; 2 gestores; 1 coordenadora pedagógica	Virtual	Entrevista	Entrevista com questões semiestruturado
----------------	--	---------	------------	---

Fonte: Elaboração da autora (2022)

2.7 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados utilizou-se os documentos oficial da unidade escolar pesquisada. De acordo com Lüdke e André⁽¹⁴⁾, a análise documental é composta por processos que objetivam investigar um ou vários documentos, procurando identificar informações, para descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados, circunscrevendo-se sempre às questões de interesse. Assim, nesta primeira fase, cumpriram-se as etapas de caracterização, a codificação dos dados extraídos, os registros e a análise crítica, conforme orientam Lüdke e André⁽¹⁴⁾.

Na segunda fase, buscou-se responder à seguinte questão norteadora: o Projeto Político Pedagógico da escola encontra-se em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacional de Educação Quilombola? Para tanto, foi realizada leitura minuciosa do Projeto Político da Escola (PPP) e, em seguida, foram estabelecidas correlações para verificar se esta encontra-se em consonância com a Diretriz Nacional e de que forma estas políticas públicas se articulam ou não com os propósitos de ensino.

A coleta de dados da segunda e terceira fase (extração de dados documentais do PPP e entrevista, respectivamente) ocorreu posteriormente à autorização do CEP que foi concedida a partir da emissão do protocolo CAAE nº 70809417.5.0000.5531.

Após aprovado o projeto pelo CEP, a autora principal, docente da escola *locus* da pesquisa, organizou uma ação pedagógica para apresentação do projeto para a comunidade escolar (docentes, gestores e coordenadora pedagógica). Nesta ocasião, de forma individual, docentes, gestores e coordenadora pedagógica foram convidados a integrar a pesquisa. Para aqueles que aceitaram, foi agendado um momento individual oportuno para encontro via plataforma digital. Todos os participantes que aceitaram integrar o estudo assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, para garantir sigilo da sua identidade, seus respectivos nomes foram substituídos por “P”, referente a participantes, seguido de um número de 1 a 17, de acordo com a ordem de realização da entrevista.

As entrevistas foram norteadas por questões abertas, como: você já visitou alguma vez a comunidade em que os estudantes da escola residem? Qual o seu conhecimento sobre a existência das Diretrizes Nacionais Curriculares voltadas para comunidades quilombolas? Você considera importante a sua participação na elaboração do PPP? Os conteúdos tratados abordam ações de educação em saúde, cultura e identidade dos estudantes?

Os encontros duraram entre 10 e 20 minutos e foram conduzidas pela autora principal. Foi garantida a manutenção do sigilo das informações aos participantes.

As falas dos participantes foram gravadas, transcritas, lidas na íntegra, repetidas várias vezes e em profundidade, fazendo emergir códigos que foram agrupados por similaridade e apresentados em categorias temáticas. Assim, para fins de análise, utilizou-se a análise de conteúdo temática proposta por Bardin⁽¹⁵⁾, portanto, foram cumpridas as três etapas: a) pré-análise; b) organização e síntese dos dados e c) interpretação e inferência para formação das categorias.

Após a análise de conteúdo temática proposta por Bardin, os resultados extraídos das três fases de análise foram triangulados, conforme propõe Minayo, Assis e Souza⁽¹⁶⁾. Foi escolhido o método de análise de triangulação por considerar que este é um procedimento que combina diferentes métodos de coleta de dados, distintas populações (ou amostras), diferentes perspectivas teóricas e diferentes momentos no tempo, para consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno investigado.

A triangulação de dados consiste em um procedimento analítico para interpretação de dados qualitativos e está dividida em três dimensões. A primeira dimensão é utilizada para avaliação de processos empíricos⁽¹⁶⁾ e aqui ocorreu na análise do PPP, das diretrizes e das falas dos participantes.

No segundo momento, ocorre a análise propriamente dita, que implica a necessidade de se refletir sobre: primeiro, a percepção que os participantes constroem sobre determinada realidade; segundo, sobre os processos que atravessam as relações estabelecidas no interior dessa estrutura. No processo avaliativo, a conceituação torna-se abrangente e complexa, abarcando diferentes variáveis, analisando também o contexto histórico⁽¹⁶⁾. Esta etapa se concretizou através da análise de registros de diário de campo da autora.

Na terceira dimensão, foram analisadas as estruturas que permeiam a vida na comunidade escolar em estudo. Desta maneira, foi realizada a análise da conjuntura, a fim de compreendê-la

em seu contexto mais amplo e mais abstrato da realidade⁽¹⁷⁾. Esta dimensão foi realizada confrontando os dados extraídos de cada fase de coleta de dados.

A triangulação dos dados efetivamente ocorreu a partir da articulação dos três aspectos para proceder a análise de fato. Desta forma, o primeiro aspecto refere-se a informações concretas levantadas por meio da análise documental do PPP, o segundo, à narrativa dos entrevistados (entrevistas) e o terceiro, à análise da conjuntura, compreendendo conjuntura como o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade. A articulação desses três aspectos possibilitou a realização de ações pedagógicas com o corpo docente, conforme podem ser visualizadas na apresentação dos resultados da pesquisa.

2.8 ASPECTOS ÉTICOS

O desenvolvimento do estudo ocorreu em conformidade com a Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, (CNS), que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos de forma a obedecer às diretrizes e normas quanto à autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, assegurando os direitos dos informantes⁽¹⁸⁾.

3 RESULTADOS

Os resultados apresentados demonstram que existe uma fragilidade nas relações necessárias para a execução de ações pedagógicas na escola em estudo, quando se fazem inter-relações entre o que está preconizado e o que está sendo ensinado na escola. A seguir, a Figura 7 representa a triangulação realizada neste estudo:

Figura 7 - Relação entre o que é preconizado pelas Diretrizes Nacional e Estadual, o que consta no PPP e os relatos dos profissionais de ensino em estudo. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.



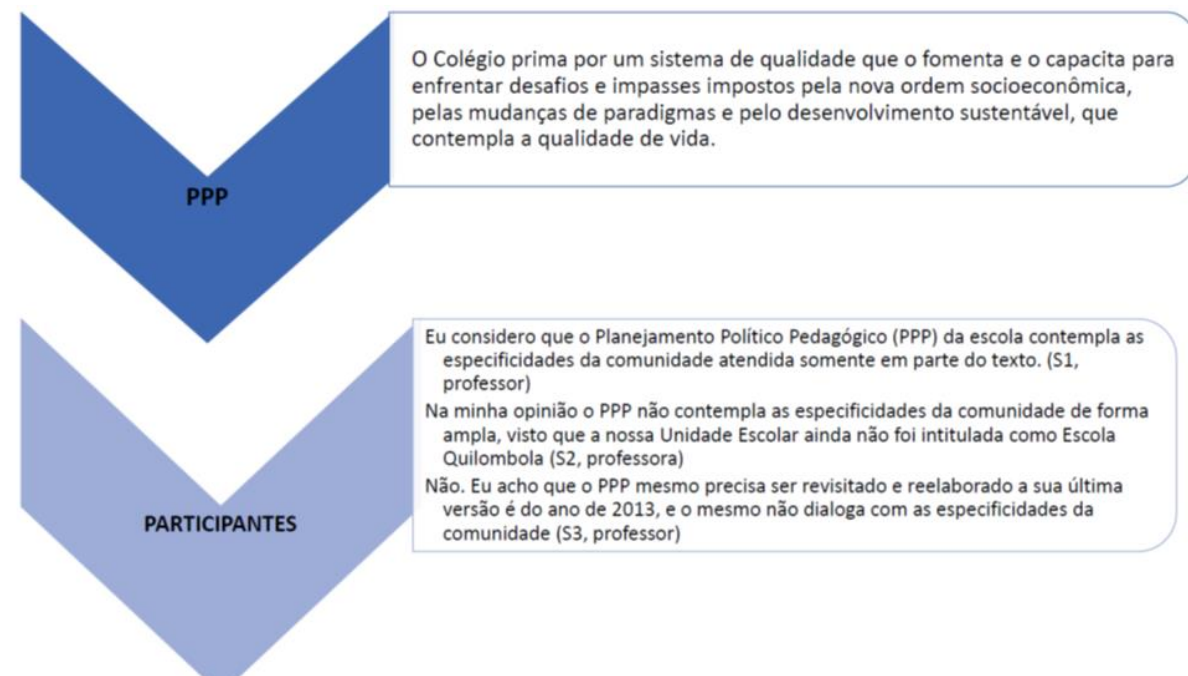
Fonte: Elaboração da autora

Após a análise, emergiram duas categorias:

3.1 A RELAÇÃO DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS COMPARADAS ÀS DIRETRIZES NACIONAL E ESTADUAL, AO PPP E À REALIDADE NA ESCOLA EM ESTUDO

Nesta categoria, a partir da análise, do diálogo entre o que está preconizado pelas Diretrizes, o que consta no PPP e os relatos dos profissionais, ficou evidente que a implementação das Diretrizes ainda é limitada. As Diretrizes preconizam que a instituição da educação escolar quilombola consiste em uma modalidade educacional específica e, por isso, prevê a implementação de ações que garantam aos estudantes o direito à apropriação dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção, de modo a contribuir para o seu reconhecimento e valorização. Apesar do PPP ter sido elaborado, atendendo várias dessas recomendações, os participantes do estudo identificam várias fragilidades para sua implementação como pode ser observado na Figura 8 abaixo:

Figura 8 - Correlação entre as Diretrizes, o PPP da escola em estudo e o ensino em comunidades quilombolas.
Salvador, Bahia, Brasil, 2021.

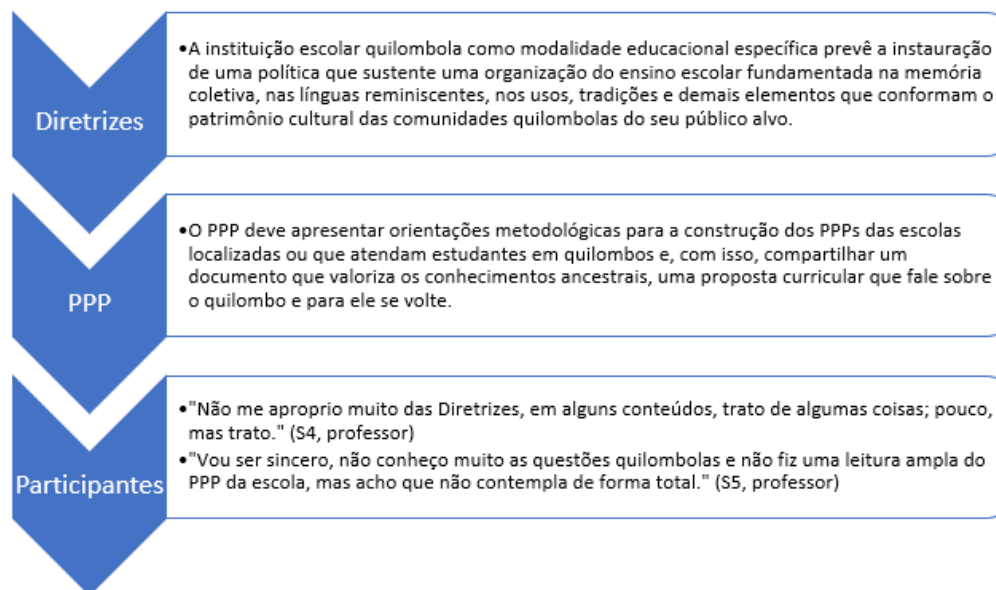


Fonte: Governo do Estado da Bahia⁽¹⁹⁾ e pesquisa da autora

O PPP da escola, embora descrito em documento que prima pela mudança de paradigmas da comunidade atendida, na prática, não tem conexão com o que preconizam as diretrizes curriculares nacionais, visto que alguns entrevistados alertaram para a necessidade de sua atualização, visando adequá-lo à necessidade quilombola.

Um entrave identificado é que a escola, ainda que atenda aos estudantes residentes da Ilha de Maré – a qual possui 5 comunidades certificadas pela Fundação Palmares como Comunidade Quilombola –, não é reconhecida como escola quilombola, pois o processo encontra-se em tramitação de acordo a SEC/BA, o que talvez justifique o desalinhamento existente entre as diretrizes e sua implementação.

Figura 9 - Correlação entre as Diretrizes, o PPP da escola em estudo e o ensino em comunidades quilombolas.
Salvador, Bahia, Brasil, 2021.



Fonte: Brasil⁽¹⁸⁾, Governo do Estado da Bahia⁽¹⁹⁾ e pesquisa da autora

Em relação à proposta curricular, foi possível observar que o currículo aplicado na referida escola não contempla, de forma ampla, elementos da cultura quilombola, este dado revela que as especificidades da proposta curricular não integram na sua concepção a educação enquanto ferramenta de transformação social para seus estudantes, ou seja, não consiste em um projeto educativo que seja construído pela comunidade, ou mesmo tenha colaboração de seus integrantes nesta construção.

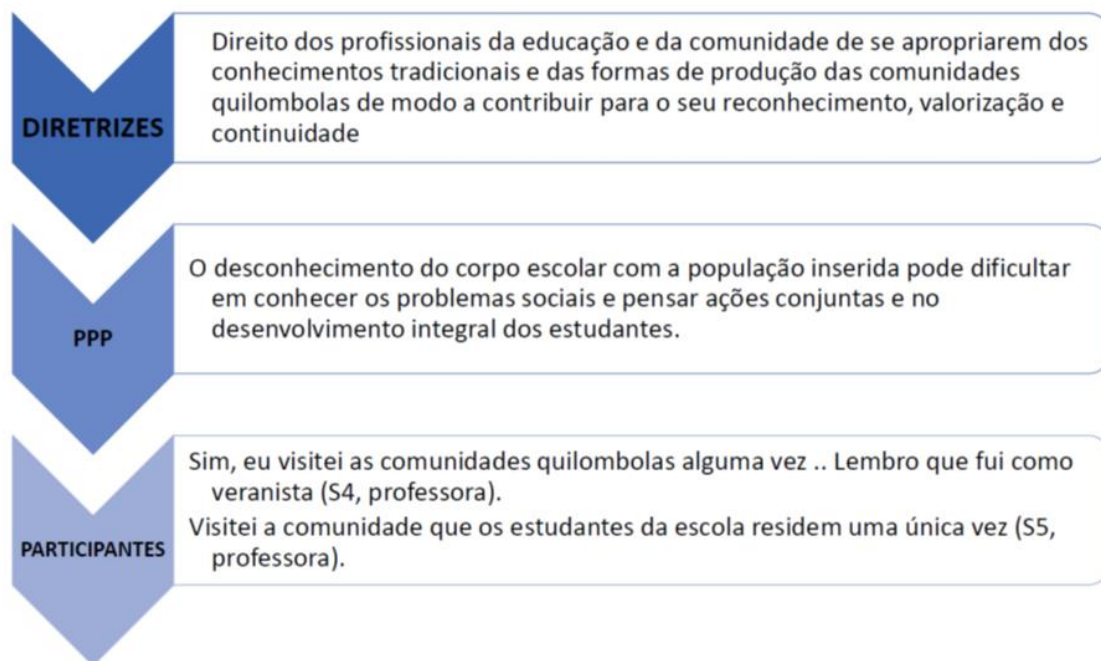
Sendo assim, o projeto educativo não é parte do território, nem está centrado no território, embora seja recomendado que este deva contemplar a realidade da comunidade, articulando a concepção de sociedade em todas as atividades de ensino-aprendizagem, não apenas adicionando ou retirando conteúdo de um currículo de escola urbana.

3.2 (DES)CONHECIMENTO DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ATENDIDOS PELA ESCOLA.

Nesta categoria, fica explícito que alguns professores desconhecem as comunidades quilombolas de onde são originários os estudantes da escola. Mesmo os docentes que já visitaram

as comunidades em questão, o fizeram esporadicamente, para atividades de lazer e turismo, como ilustra a Figura 10 abaixo:

Figura 10 - Desconhecimento das comunidades quilombolas. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.

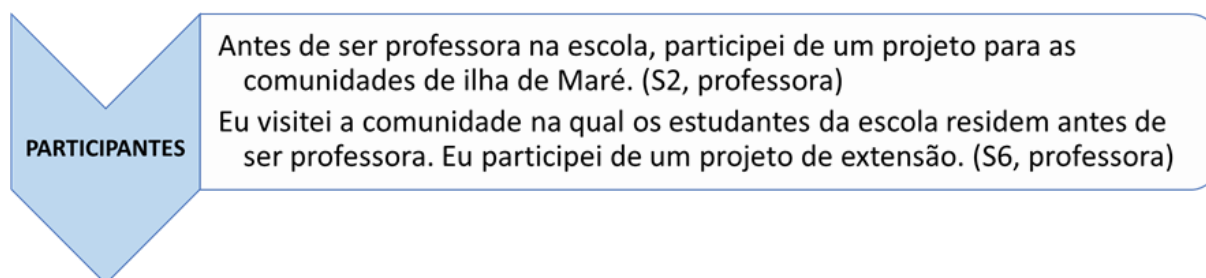


Fonte: Brasil⁽¹⁸⁾, Governo do Estado da Bahia⁽¹⁹⁾ e pesquisa da autora

Nesta categoria, pode-se perceber que, embora a DCNEEQ enfatize a importância de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e paralelamente o PPP mencione que o desconhecimento da cultura local por parte da equipe escolar pode dificultar na resolução dos problemas sociais existentes, observou-se nas falas dos participantes pouca aproximação destes com o local onde residem os estudantes.

Esta realidade vem sofrendo discreta transformação, pois alguns dos docentes mencionam sua participação em atividades extensionistas que são executadas na Ilha de Maré, através das quais dois participantes mencionam ter conhecido a comunidade, como observa-se na Figura 11:

Figura 11 - Conhecimento das comunidades quilombolas. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.



Fonte: Pesquisa da autora

Cabe salientar que, embora tenham participado das ações de extensão universitária, estas aproximações ocorreram antes dos participantes serem docentes da escola. Sugere-se que, para que esta aproximação seja efetiva, é necessário que as visitas sejam mais frequentes, possibilitando o conhecimento mais aprofundado da realidade quilombola.

4 DISCUSSÃO

A referida escola, por atender principalmente escolares oriundos de comunidades quilombolas, deveria estar pautando seu trabalho pedagógico nas DCNEEQ. Compreende-se que o entrave identificado é que a escola, ainda que atenda os estudantes da Ilha de Maré, a qual possui 5 comunidades certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), como comunidades quilombolas, não é reconhecida como escola quilombola, pois o processo encontra-se em tramitação de acordo a SEC/BA, o que talvez justifique o desalinhamento existente entre as diretrizes e sua implementação.

Outro ponto relevante foi que ao desconhecerem (ou conhecerem pouco) a realidade das comunidades às quais atendem, os docentes perdem a oportunidade de inserir em suas atividades pedagógicas questões que são inerentes ao cotidiano quilombola, ao modo de vida em que estão inseridos os estudantes. Exemplificar as questões abordadas fazendo correlações com o cotidiano poderia ser salutar para a compreensão dos estudantes, facilitando o processo ensino-aprendizagem.

O projeto político pedagógico das escolas quilombolas integra o conjunto de ações e é considerado o documento responsável em descrever aspectos importantes sobre a cultura da instituição, bem como aponta rumos para o planejamento coletivo poder atingir determinados objetivos. Além disso, ele visa melhorar a capacidade pedagógica das escolas e torná-las uma

entidade de sociedade democrática e de interação política⁽⁸⁾. Desta forma, a sua efetivação exige ação colegiada para verificar se as atividades pedagógicas estão coerentes com os objetivos propostos.

Para tanto, cada docente precisa ter uma proposta, um plano de ensino articulado ao projeto da escola. Esta sintonia entre prática pedagógica e princípios institucionais requer um amadurecimento docente e uma postura reflexiva sobre a sua responsabilidade social na ação pedagógica. Associa-se a essas fragilidades apontadas no trato pedagógico da referida escola, a ausência de incentivo à formação continuada desses profissionais, a qual deve ser vista pelo poder público, como importante condição de mudança das práticas pedagógicas e sistematização do Projeto Político Pedagógico.

Logo, para o contexto da educação escolar quilombola, presente nos territórios das comunidades do quilombo, o PPP deve ser uma ferramenta visceral capaz de viabilizar uma projeção de trabalho alinhado com a identidade comunitária, em parceria com a comunidade escolar. Esta condição é reforçada pela premissa de que, quando as políticas públicas são focalizadas nos quilombolas, há expressa necessidade de fortalecimento e articulação pelo Estado, além da participação de todos os atores envolvidos, especialmente os quilombolas⁽⁴⁾.

Pressupõe-se que uma mediação externa sensibilizada para a realidade que se apresenta e os desafios para a realização de um PPP de fato participativo e representativo do local e de suas especificidades podem, de forma efetiva, colaborar com esta construção. É dentro desta perspectiva que se faz relevante um processo de mediação entre os sujeitos envolvidos (comunidade e escola), com um processo cuidadoso de planejamento e formação a partir dos preceitos da gestão participativa, educação para comunidades tradicionais e educação de comunidade tradicional.

De acordo com Durand e Heidemann⁽³⁾, as questões raciais, de saúde e religiosidade são potencializadores de empoderamento e solidificação de uma comunidade quilombola. Logo, abordar estas questões no ambiente escolar é salutar para adolescentes quilombolas por contribuir para o fortalecimento de suas origens e seu desenvolvimento social.

Corroborando tal afirmação, Miranda⁽²⁰⁾ aponta que a educação escolar quilombola diferenciada permanece pouco acessível, ao mesmo tempo em que há uma tendência ao confronto à educação quilombola, cria-se obstáculos e pouco contribui para a construção de uma identidade afrodescendente. Desta maneira, tal como foi observado neste estudo, não há uma

contextualização do ensino voltado para adolescentes quilombolas, o que pode contribuir para que os docentes continuem seguindo o formato da educação tradicional.

Os docentes têm um papel fundamental na formação social e intelectual do aluno. Na escola a educação acontece de forma coletiva, sempre tendo como sujeito principal o aluno, a comunidade e a família. Segundo Freire^(21:21-22), “Ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação que deve ser um ato coletivo, solidário, um ato de amor”.

Neste sentido, a educação é uma troca de conhecimento entre professor e aluno; um depende do outro para que haja o conhecimento e a aprendizagem, que não é algo isolado, é um conjunto de fatores, sempre com um mesmo objetivo: crescimento intelectual e profissional, a busca dos ideais e a mudança na convivência social

Utilizar os pressupostos freirianos no ensino a estudantes quilombolas pode fazer diferença para o futuro desses alunos, devido ao potencial estimulado por este método, através do qual os indivíduos desenvolvem sua visão crítica no processo formativo⁽²¹⁾, a ponto de estarem aptos a propor transformações na realidade e, por conseguinte, reduzir as disparidades de classe, raça/etnia e gênero.

Ao reduzir tais disparidades – de classe, raça/etnia, entre outras –, a educação voltada para remanescentes quilombolas comunga com a neutralização dos determinantes sociais e, conseqüentemente, com a promoção à saúde. Estudo com mulheres quilombolas de Santa Catarina revela que a promoção à saúde desta população estabelece interface com os determinantes sociais⁽³⁾. Portanto, infere-se que o ensino voltado para adolescentes quilombolas deve incorporar abordagens multifacetadas e que integrem o conhecimento particular desses povos, favorecendo o ensino-aprendizagem. Ensino este que possa ainda prevenir agravos à saúde e, conseqüentemente, a interferência nas condições sociais e econômicas dessa parcela da população.

O presente estudo limita-se a investigar o fenômeno das ações pedagógicas somente em uma instituição pública de ensino, que aponta fragilidades no ensino voltado para membros de comunidades quilombolas. Assim, sugere-se que o mesmo seja realizado em escolas reconhecidas como instituições voltadas para comunidade quilombola para fins de comparação. Também se recomenda a realização de projetos de extensão e qualificação, para viabilizar intervenções no intuito de favorecer o ensino construtivista freiriano e na perspectiva de favorecer o ensino-aprendizagem de adolescentes quilombolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa mostraram que, no contexto estudado, existe desconhecimento ou pouco conhecimento pela equipe escolar em estudo acerca da sistematização do PPP, que se encontra descontextualizado dos preceitos das DCNEEQ. Essa identificação pode ocorrer, devido aos fatores estruturais e a ausência de incentivo do poder público na formação continuada de docentes, o que se evidencia na invisibilidade de políticas públicas para ações afirmativas no espaço escolar. Assim, a escola deverá repensar o seu Projeto Político Pedagógico, buscando a participação e envolvimento de seus sujeitos sociais para conceber as Diretrizes de Educação Escolar Quilombola como um norteador para as práticas cotidianas. Percebemos que a construção e reconstrução do Projeto Político Pedagógico da escola é uma tarefa complexa com grandes enfrentamentos de ordem individual no que se refere a questões profissionais, como também aos interesses coletivos, por isso, seria necessária a atuação efetiva da equipe gestora capaz de articular bem todo o processo, envolvendo toda equipe da escola e a comunidade local. No entanto, é necessário implementar ações focadas em melhores estratégias de ensino da equipe escolar no desenvolvimento de boas práticas pedagógicas, para que se possa pensar em uma educação contextualizada e libertadora, contribuindo para a afirmação da identidade e para o fortalecimento dos saberes em territórios tradicionais, visto que ainda existem poucos estudos publicados sobre a temática no Brasil. A organização e a sistematização dessas intervenções pedagógicas poderão impactar positivamente na vida dos adolescentes oriundos de territórios quilombolas.

REFERÊNCIAS

1. Freitas IA, Rodrigues ILA, Silva IFS, Nogueira LMV. Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia Brasileira. *Rev Cuid* [Internet]. 2018 [citado 10 dez 2021];9(2):2187-2200. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/cuid/v9n2/2346-3414-cuid-9-2-2187.pdf>
2. Carmo ME, Guizardi FL. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2018 [citado 14 dez 2021];34(3):e00101417. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?format=pdf&lang=pt>
3. Durand MK, Heidemann ITSB. Social determinants of a Quilombola Community and its interface with Health Promotion. *Rev Esc Enferm USP* [Internet]. 2019 [citado 04 dez 2021];53:e03451. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/Gz9P835ZfNnxwWdndy9gPvm/?format=pdf&lang=en>
4. Miranda SVC, Oliveira JL, Sampaio CA, Rodrigues Neto JF. Cartografia das condições de trabalho de homens quilombolas e as intersecções para a informalidade e a saúde mental. *Interface (Botucatu)* [Internet]. 2021 [citado 14 dez 2021];25:e200478. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/nHhHdFqmp5KBHJZyqHCHJ9h/?format=pdf&lang=pt>
5. Andrade CY. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. *Revista Ensino Superior Unicamp* [Internet]. 2012 [citado 14 dez 2021];(6):18-27. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed06_julho2012/Cibele_Yahn.pdf
6. Souza LB, Panúncio-Pinto MP, Fiorati RC. Children and adolescents in social vulnerability: well-being, mental health and participation in education¹. *Cad Bras Ter Ocup* [Internet]. 2019 [citado 13 dez 2021];27(2):251-269. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/yLRT3x4JrDbH6T4djNw95DR/?format=pdf&lang=en>
7. Brasil. Ministério da Educação. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 (*). Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. *Diário Oficial da União*. 21 nov 2012;(Seção 1):26.
8. Veiga IPA, organizadora. Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus; 2002.
9. Ribeiro GKN, Faleiro W. Projeto político-pedagógico: instrumento de valorização identitária dos sujeitos. *Rev Ed Popular* [Internet]. 2021 [citado 18 dez 2021];20(1):96-120. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/55014/31718>
10. Nunes GHL. Educação escolar quilombola: processos de constituição e algumas experiências. *Revista da ABPN* [Internet]. 2016 [citado 14 dez 2021];8(18):107-131. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/45/42>
11. Pereira RN, Mussi RFF. Acesso e utilização dos serviços de saúde da população negra quilombola: uma análise bibliográfica. *ODEERE* [Internet]. 2020 [citado 18 dez 21];5(10):280-303. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6938/5450>
12. Silva K, Morais SS. Tendências e tensões de sociabilidade de estudantes dos Palop em duas universidades brasileiras. *Pro-Posições* [Internet]. 2012 [citado 03 dez 2021];23(1):163-182. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/PKNgGLKM4CJfVjwwFmLmN4F/?format=pdf&lang=pt>
13. Souza VR, Marziale MH, Silva GT, Nascimento PL. Translation and validation into Brazilian Portuguese and assessment of the COREQ checklist. *Acta Paul Enferm* [Internet]. 2021 [citado 11 dez 2021];34:eAPE02631. Disponível em: <https://acta-ape.org/wp->

- content/uploads/articles_xml/1982-0194-ape-34-eAPE02631/1982-0194-ape-34-eAPE02631-en.x56131.pdf
14. Lüdke M, André MEDA. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU; 2012.
 15. Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2011.
 16. Minayo MCS, Assis SG, Souza ER, organizadores. Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2010.
 17. Marcondes NAV, Brisola EMA. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. Revista Univap [Internet]. 2014 [citado 10 dez 2021];20(35):201-208. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228/210>
 18. Brasil. Ministério da Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Diário Oficial da União. 24 maio 2016;98(Seção 1):44.
 19. Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola [Internet]. Salvador: Governo do Estado da Bahia; 2013 [citado 20 dez 2021]. Disponível em: <http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Diretrizes-Curriculares-Estaduais-para-a-Educacao-Escolar-Quilombola.pdf>
 20. Miranda SA. Quilombos e Educação: identidades em disputa. Educar em Revista [Internet]. 2018 [citado 08 dez 2021];34(69):193-207. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/cQtxQ4L65n8K3wMYPZnnPWb/?format=pdf&lang=pt>
 21. Freire P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1999.

5.2 MANUSCRITO 2: PREVENÇÃO DA OBESIDADE EM ESCOLARES QUILOMBOLAS: AÇÕES DE INTERCULTURALIDADE NA PERCEPÇÃO DE MERENDEIRAS

RESUMO

Objetivo: Mapear a percepção de merendeiras a respeito da interculturalidade na oferta da merenda para escolares quilombolas antes e após uma intervenção educativa, que possa contribuir para a prevenção e controle da obesidade. **Método:** Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa utilizou-se a técnica de análise de conteúdo temática, resultando em duas categorias, o período do estudo ocorreu entre outubro e dezembro de 2021, em uma escola pública, que atende majoritariamente crianças e adolescentes das comunidades quilombolas de Ilha de Maré/Salvador/BA. **Resultados:** Realizaram-se entrevistas semiestruturada, vídeos com relato de experiências de merendeiras que atuam em escolas quilombolas e intervenções educativas, embasadas no Programa Nacional de Merenda Escolar, bem como na identidade e cultura alimentar dos estudantes. Participaram do estudo quatro merendeiras, do sexo feminino, na faixa etária de 40 a 60 anos, casadas, algumas com filhos em idade escolar, residem em localidades próximas à escola em estudo. As ações educativas realizadas puderam identificar fragilidades acerca da percepção das merendeiras na importância do conhecimento do Programa Nacional de Merenda Escolar, dos costumes e da cultura alimentar dos Quilombos onde moram os alunos. Consequentemente, as participantes não faziam correlação entre a preservação de hábitos saudáveis e a importância do seu papel no preparo de alimentos adequados à realidade quilombola. Assim, ressaltaram a importância da efetividade de intervenções pedagógicas que abordem estas temáticas, qualificando suas atividades e valorizando sua atuação profissional. **Considerações finais:** O envolvimento das participantes nas ações educativas possibilitou o despertar da construção de uma visão crítica quanto à valorização da identidade e o respeito à cultura alimentar tradicional da população quilombola, a relevante contribuição do Programa de Merenda Escolar para a prevenção e o controle da obesidade.

Palavras-chave: Alimentação escolar; Cultura alimentar; Adolescentes; Quilombolas; Obesidade

1 INTRODUÇÃO

Alimentar-se, mais do que uma necessidade fisiológica, é também a expressão das interações de hábitos, ritos e costumes de uma determinada cultura. Os hábitos alimentares de um grupo têm um forte referencial identitário, ícone de uma identidade reivindicada para si e assume um comportamento cultural⁽¹⁾. Assim como apontam Alvarenga et al.⁽²⁾, a fome biológica se distingue dos apetites, anseios humanos e contentamento proporcionado pelo ato de levar o alimento do prato à boca, pois se consolida em atitudes, hábitos, costumes, rituais e etiquetas.

Compreendemos, assim, que a alimentação abarca também emoção, memória e sentimentos, que podem interligar o alimento a lembranças pessoais. A comida pode circunscrever um território, lugares, marcadores identitários construídos historicamente, passados de geração em geração e são passíveis de influências externas e internas.

Nesse contexto, atitudes alimentares envolvem crenças, pensamentos, sentimentos e comportamento com os alimentos. O comportamento alimentar abrange um conjunto de cognições e afetos que conduzem as ações alimentares, como o modo de comer. Esse comportamento, quando frequente, torna-se um hábito alimentar, um costume e um modo de comer relacionado à pessoa⁽²⁾.

O comportamento alimentar está interligado com o ato de comer, cultura, sociedade e experiência com o alimento⁽²⁾, assim, o ato de comer em companhia, com familiares e pessoas de seu convívio, proporciona mais prazer e valorização da alimentação⁽³⁾, pode contribuir para o consumo adequado de alimentos e interação social. Além da comensalidade, torna-se importante a adoção de práticas que favoreçam o comer devagar, com regularidade, atenção e o desfrutar do que se come; comer em ambiente apropriado e compartilhar atividades domésticas relacionadas às refeições⁽⁴⁾.

A população tradicional quilombola descende de africanos trazidos como escravizados ao Brasil e emerge do processo de resistência dessa população. No país, a Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), tem como diretriz contribuir para a valorização das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais. A FCP certifica comunidades quilombolas, reconhecendo seus direitos e promovendo a preservação das manifestações culturais negras, inclusive a sua cultura alimentar⁽⁵⁾.

Estudos realizados em comunidades quilombolas⁽⁶⁻⁸⁾ evidenciam a deficiência na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como uma das maiores dificuldades nestas localidades.

Segundo o Art. 3º da Lei 11.346/2006, a SAN compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis⁽⁹⁾.

Tradicionalmente, a alimentação das comunidades quilombolas tinha como base a mandioca/aipim, o milho, o feijão, a carne seca, além de peixes e crustáceos, nas comunidades haliêuticas. Com o passar dos anos, os hábitos alimentares dessa população, principalmente dos adolescentes quilombolas, têm sido modificados, e a eles foi incorporado o consumo excessivo de produtos processados, em detrimento de produtos regionais com tradição cultural. Nesse novo cenário, o *fast food* ganha espaço como uma alternativa prazerosa de alimentação, distanciando os adolescentes dos antigos hábitos alimentares herdados dos seus ancestrais.

Para Sichieri e Souza⁽¹⁰⁾ e Bittar e Soares⁽¹¹⁾, a maior parte da publicidade televisiva no Brasil efetua uma influência negativa na cultura alimentar de crianças e adolescentes. Castro⁽¹²⁾ ressalta que a mídia maquia os malefícios de alimentos do tipo fast food, incentivando o seu uso descomedido e irrefletido.

O acesso à alimentação como um direito fundamental foi discutido no Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, promovido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em Brasília (2006), onde foi realizado um balanço das iniciativas governamentais, constatando que, apesar dos avanços obtidos, a segurança alimentar e nutricional da população brasileira ainda carece de ações prioritárias do Poder Público⁽¹²⁾.

Neste percurso, as Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN) põem em foco a acessibilidade aos alimentos básicos, em quantidade, qualidade e condições saudáveis, respeitando a diversidade cultural⁽¹³⁾. Assim sendo, emerge a implantação do Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE), cujo objetivo é contribuir para o crescimento e desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e pela oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais durante o período letivo⁽¹³⁾.

É fundamental ainda se atentar às doenças relacionadas à má qualidade de alimentação, como exemplos: a hipertensão arterial, diabetes mellitus, dislipidemias, doenças cardiovasculares e a obesidade. Vale salientar que tanto o sobrepeso quanto a obesidade em adolescentes vêm

ganhando destaque no cenário epidemiológico mundial, não só em função da sua prevalência crescente, mas principalmente por estarem associados a uma série de danos à saúde⁽¹⁴⁾.

Segundo a Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico⁽¹⁴⁾, uma em cada cinco pessoas no Brasil está acima do peso.

Entende-se que, no ambiente escolar, a alimentação deve ser uma extensão da proposta pedagógica. Para tanto, além de orientação, a formação dos hábitos alimentares saudáveis deve ser construída em paralelo ao diálogo com os valores culturais, sociais e afetivos, além dos emocionais e comportamentais. A discussão sobre a alimentação no espaço escolar deve envolver principalmente as merendeiras, pois são quem detêm os necessários saberes do preparo, conservação e preferência dos estudantes⁽¹⁵⁾.

Diante do exposto, apresentamos neste momento as ações desenvolvidas em uma escola do ensino fundamental e ensino médio, que atende majoritariamente crianças e adolescentes escolares, com o objetivo de mapear a percepção de merendeiras a respeito da interculturalidade na oferta da merenda para escolares quilombolas antes e após uma intervenção educativa, de modo que possa contribuir para a prevenção e controle da obesidade.

A relevância deste estudo se torna perceptível a partir das bases da interculturalidade, que possibilitam agregar à merenda escolar as condições alimentares similares às encontradas em uma comunidade quilombola. Também, atende ao Programa Nacional de Merenda Escolar, uma vez que seus resultados têm interface entre a alimentação saudável, a prevenção de agravos (sobretudo da obesidade), a qualidade de vida e, por conseguinte, a promoção da saúde de adolescentes quilombolas.

2 MÉTODO

2.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo descritivo qualitativo, realizado por meio de intervenções pedagógicas com o grupo de merendeiras de escolas públicas de ensino fundamental e médio que atendem estudantes quilombolas.

2.2 PERÍODO DE ESTUDO

Os dados foram coletados entre outubro e dezembro de 2021.

2.3 LOCAL DE ESTUDO

O estudo foi realizado em uma escola pública localizada na região suburbana do município de Salvador, Bahia, e que integra a Rede Pública Estadual de Ensino. Essa unidade escolar atende, em sua maioria, estudantes oriundos de comunidades remanescentes de quilombos, localizadas na Ilha de Maré. As merendeiras da escola em estudo atendem uma média de 430 estudantes do turno diurno, sendo um total de quatro merendeiras: duas atuam no turno matutino e duas no turno vespertino. Ressalta-se que as do vespertino são quem preparam a merenda para os estudantes do noturno, já que a escola atende os três turnos. Segundo relato das merendeiras, as suas atividades cotidianas consistem em cozinhar, armazenar os alimentos, manter o local higienizado e servir as merendas para os estudantes.

2.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram da pesquisa quatro merendeiras atuantes na escola em estudo, em regime de contratação de empresas terceirizadas juntamente com a Secretaria de Educação (SEC). Assim, realizam suas atividades cotidianamente, uma vez que já internalizaram as suas funções no ambiente escolar.

2.5 COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Foram realizadas entrevistas norteadas por questionário semiestruturado e oficinas educativas embasadas no Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE), bem como na identidade e cultura alimentar dos estudantes de comunidades quilombolas: você conhece as comunidades quilombolas que os estudantes da escola residem? Quais as dificuldades enfrentadas no seu dia a dia para a produção da merenda escolar? Você conhece o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)? Você considera que a merenda ofertada na escola pode contribuir para a saúde e desenvolvimentos dos estudantes? A merenda escolar utiliza produtos extraídos da comunidade quilombola?

As ações pedagógicas educativas ocorreram em três momentos com duração de 50 minutos com as merendeiras da escola estudada, em que foram abordados o objetivo do PNAE, os impactos da alimentação para a saúde do estudante (a exemplo da prevalência da obesidade) e a importância da valorização da cultura e identidade quilombola.

A coleta de dados também teve como base observações anotadas no diário de campo da pesquisadora deste trabalho, onde foram registradas reflexões sobre a atuação e as respostas obtidas pelas entrevistadas, além do comportamento das participantes durante as oficinas educativas.

O desenrolar das intervenções pedagógicas foi mediado pela autora deste estudo, através de estratégias didáticas, delineadas de maneira dialógica com as participantes do estudo.

Ao estruturar a sequência didática, elegeu-se inicialmente um diálogo com a comunidade quilombola de Ilha de Maré, como estratégia de aproximação e meio para discutir com o grupo de remanescentes quilombolas (mães, estudantes, merendeiras e uma líder comunitária quilombola), de forma que podemos considerá-lo como relato de experiência no chão do quilombo. O desenvolvimento das intervenções pedagógicas ocorreu de forma interdisciplinar e, como suporte das ações, participaram docentes, estudantes de graduação e Pós-graduação da Escola de Enfermagem, todos previamente treinados e membros do Grupo de Estudo de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente (CRESCER), vinculados à Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O desenvolvimento das ações de culinária quilombola ocorreu com a mediação de duas merendeiras que atuam em uma escola localizada dentro do quilombo. As ações foram realizadas na fábrica SOMMAR, espaço existente em uma das comunidades quilombolas, idealizado pela coordenadora do grupo de estudo e pesquisa da saúde da criança e do adolescente (CRESCER – UFBA). O objetivo das ações de culinária quilombola foi o de aprender com as experiências advindas das merendeiras do quilombo e utilizar esse conhecimento como ferramenta didática na oficina com as merendeiras da escola pesquisada. Outros recursos didáticos utilizados nas ações foram: banner, cards, aplicativo de *WhatsApp* via aparelho móvel (celular) e o vídeo das oficinas que ensinavam o preparo de cardápios tradicionais da comunidade quilombola. Também foram realizadas rodas de conversas acerca de comportamentos saudáveis na prevenção e controle da obesidade, bem como de doenças associadas. Essas atividades foram mediadas por uma nutricionista e pela pesquisadora, que é docente de educação física.

2.6 CRITÉRIO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram utilizados como critérios de inclusão: ser merendeira e que atuavam na unidade escolar em questão, e como critérios de exclusão: estar afastado(a) por motivo de saúde ou não ter comparecido nos dias das ações educativas. Os participantes foram identificados nos discursos

com a palavra “(PM) participante merendeiras”, seguida de um número cardinal, de acordo com a ordem de entrevista. Durante as atividades práticas da oficina, o diálogo e as diferentes opiniões foram respeitados, a fim de garantir a espontaneidade e segurança para compartilhar as experiências vividas.

2.7 ANÁLISE DOS DADOS

Após a escuta ativa das experiências com as merendeiras do quilombo e das entrevistas gravadas em aparelho celular modelo *Android*, estas foram transcritas, ouvidas na íntegra de forma superficial, depois de forma recorrente e aprofundada. Para a análise, foram seguidas as etapas propostas por Bardin⁽¹⁶⁾, que integram: a) pré-análise, b) exploração do material e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação do que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador.

2.8 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O projeto foi submetido para apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, que aprovou sua execução sob parecer nº 70809417.5.0000.5531. Para resguardar o sigilo das informações, as participantes eram entrevistadas em uma sala, onde estavam somente a entrevistada e a autora do projeto. Após aceitar o convite para integrar a pesquisa, as participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como a coleta de dados foi realizada no período de retorno às aulas, seguindo as normas sanitárias vigentes, a pesquisadora manteve distanciamento físico das entrevistadas, com a disponibilização de máscara e álcool em gel a 70%, antes, durante e após as entrevistas. Assim, respeitou-se os princípios da não-maleficência, beneficência, justiça e autonomia previstos em pesquisas com seres humanos, em atenção às resoluções 466/2012, 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Para preservar a identidade das participantes nesse estudo, seus respectivos nomes estão substituídos pela letra P (referente a “participante”), seguida de um número cardinal de acordo com a ordem de entrevista.

3 RESULTADOS

No primeiro momento, foram convidadas a integrar as ações da pesquisa duas merendeiras da escola localizada no Quilombo. Nesse ponto, foi explicitado pela pesquisadora o

objetivo de aprender com elas a forma de preparo das merendas para estudantes quilombolas e qual a importância de passar esse saber tradicional para a geração atual, visando a uma melhor qualidade na oferta da merenda escolar em uma unidade de ensino que atende estudantes de comunidade quilombola.

Assim, com a permissão das duas merendeiras do quilombo, foi gravado um vídeo com os dois momentos das ações que chamamos de “oficina de cozinha quilombola”. No primeiro momento, as merendeiras do quilombo relataram suas experiências na profissão, como e porque conhecem os gostos dos estudantes, com quem aprenderam e qual a relevância de manter viva a tradição quilombola no espaço escolar.

As atividades relativas às intervenções pedagógicas foram realizadas como demonstra o Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 – Ações desenvolvidas com e pelas merendeiras quilombolas na primeira e segunda fases. Salvador, Bahia, Brasil. 2022.

Ações com as merendeiras do Quilombo	Local	Objetivo	Metodologia	Participantes
Apresentação da proposta para as merendeiras do quilombo; Relato das merendeiras do seu cotidiano na escola	Comunidade quilombola de Ilha de Maré	Aprender o modo de preparo de alimentos em uma escola de comunidade quilombola	Entrevistas e registro em vídeo como ferramenta didática de aprendizagem sobre o preparo de alimentos para escolares de uma comunidade Quilombola	Duas merendeiras; integrantes do Grupo CRESCER e pesquisadora
Relato da tradição, conhecimento e hábitos alimentares em comunidades remanescentes quilombolas: a importância das merendeiras	Comunidade quilombola de Ilha de Maré	Conhecer o cotidiano e experiência das merendeiras do quilombo, para apropriação da cultura local	Escuta sensível ao relato de experiência; anotar/registrar no diário de bordo (metodologia ativa)	Duas merendeiras; integrantes do Grupo CRESCER e pesquisadora

Materialização do preparo da merenda e de quem herdou o saber da culinária tradicional	Comunidade quilombola de Ilha de Maré	Observar e registrar a forma de preparo da merenda escolar	Observação e registro do modo de preparo da merenda escolar	Duas merendeiras; integrantes do Grupo CRESCER e pesquisadora
--	---------------------------------------	--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No segundo momento, o de “materialização da ação”, as merendeiras foram para a cozinha ensinar o manuseio, preparo e experimentação da merenda. Enquanto elas preparavam, simultaneamente iam contando a história da comunidade de onde vem esse saber e com quem aprenderam a fazer os quitutes, para que essas experiências fossem compartilhadas com as quatro merendeiras da escola pesquisada.

Assim, as duas merendeiras participaram relatando suas experiências com a profissão e durante essas ações, elas protagonizaram a demonstração de suas atividades cotidianas na escola em dois vídeos, ambos gravados em aparelho celular pela autora. Ou seja, os vídeos foram ferramentas usadas para apresentar o resgate de como as merendeiras da escola localizada no quilombo preparavam as refeições servidas aos estudantes. Essas experiências foram gravadas e utilizadas nas oficinas educativas desenvolvidas com as quatro merendeiras da escola pesquisada.

Quadro 6 – Ações pedagógicas desenvolvidas com as merendeiras da escola em estudo 1ª, 2ª e 3ª. Salvador, Bahia, Brasil. 2022.

	Ações com as merendeiras da escola	Local	Objetivo	Metodologia	Participantes
1ª	Apresentação do cardápio como pilar da cozinha quilombola: valorizando o que tem na comunidade e conhecendo as preferências dos estudantes	Escola em estudo	Compartilhar as ações desenvolvidas pelas merendeiras do quilombo com as merendeiras da escola pesquisada; orientar as merendeiras para realizar uma reflexão sobre a importância da valorização e preservação da cultura e identidade da comunidade quilombola atendida	Apresentação dos vídeos gravados no Quilombo de Ilha de Maré; apresentação e contextualização dos objetivos do PNAE; incentivo à utilização de produtos adquiridos da comunidade quilombola; relevância de adoção de hábitos saudáveis na prevenção e controle da obesidade	Quatro merendeiras; pesquisadora

2 ^a	Roda de conversas; dinâmica da oferta da merenda escolar; diálogo: como acontece e como pode ser	Escola em estudo	Promover a reflexão dos participantes para a importância da aproximação com a comunidade atendida	Contextualização dos conceitos básicos de comunidade quilombola e seu contexto histórico; utilização de ferramentas, como banner, vídeos e cards	Quatro merendeiras; pesquisadora
3 ^a	Vivenciar uma nova experiência: inclusão do café da manhã no início das aulas	Escola em estudo	Experienciar um novo modelo de oferta da merenda pautada na alimentação saudável e segura	Ressignificar o conhecimento da comunidade quilombola com as experiências vivenciadas pela pesquisadora; iniciar uma nova maneira de oferta de merenda escolar; consumir alimentos mais saudáveis a partir das sugestões dos estudantes	Quatro merendeiras; pesquisadora

Fonte: Elaborado pela autora.

Estes vídeos eram acompanhados de relatos no que tange às dosagens de ingredientes, propriedades nutricionais que fizeram com que eles fossem escolhidos, formas de manuseio e como e com quem aprenderam a preparar aqueles alimentos. Desses relatos emergiu a seguinte categoria:

3.1 TRADIÇÃO, CONHECIMENTO E HÁBITOS ALIMENTARES EM COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS: A IMPORTÂNCIA DAS MERENDEIRAS

Nesta categoria, as participantes apontam que conhecer os hábitos alimentares de comunidades quilombolas é uma ferramenta elementar para o manejo e aceitação do cardápio pelos estudantes. Assim, esta categoria se divide em duas subcategorias:

3.1.1 A importância do saber tradicional e da disseminação desses conhecimentos para perpetuação da história dos quilombolas

As merendeiras revelam que suas atividades são desenvolvidas mediante a aproximação de profissionais que as antecederam, a exemplo das mães, que aprenderam com suas avós e passaram para elas esse conhecimento. Relataram, assim, que suas primeiras experiências profissionais partiram desse saber tradicional da cozinha quilombola, justamente com suas avós e

mães. Iniciaram como merendeiras em uma antiga escola da comunidade, que hoje está desativada, e estão atuando na atual escola Municipal de Ilha de Maré, que atende a etapa de ensino infantil e fundamental I e II. Constaram o tempo de aproximadamente 35 anos exercendo essa função, em que são responsáveis por manuseio, armazenagem, preparo e distribuição da merenda escolar. Ressaltam ainda que este aprendizado tem importância e que pretendem passar o conhecimento para outras futuras gerações e profissionais, na intenção de preservar a tradição e o saber de alimentar os estudantes do quilombo.

Eu aprendi com minha mãe e com minha avó. Essa é uma forma de aprender com os mais velhos e passar para os mais novos (Participante 1)

É muito importante passar o conhecimento dos mais velhos para os mais novos para que eles possam dar continuidade a nossa história (Participante 2)

O aprendizado obtido através do ato de cozinhar com seus antepassados, ou seja, de figuras maternas, resultou no aproveitamento sustentável dos alimentos e nos cuidados necessários para conservá-los, a fim de que não fossem perdidos, além de conhecimentos acerca da higienização da cozinha para torná-la um ambiente salubre. Logo, além de distribuir a merenda aos estudantes, as merendeiras acumulam essas responsabilidades.

Revelam ainda que o bom convívio com os estudantes é muito importante, dessa forma, um respeita o outro no momento da merenda e elas já sabem do que a maioria gosta. Apontaram não ser muito difícil a convivência, devido ao conhecimento da maioria deles, já que pertencem à mesma comunidade e alguns até possuem laços familiares em comum.

As merendeiras revelaram terem outros conhecimentos herdados pelas suas mães e avós, que foi o de fazer doce de banana, já que suas avós sempre exerceram a tarefa de doceiras, disseram ainda, ter aprendido com elas o ato de mariscar. Sendo uma prática cotidiana da maioria das mulheres dessa comunidade.

3.1.2 Conhecendo a preferência alimentar de estudantes quilombolas

Nos relatos, fica explícito que as merendeiras que servem aos estudantes no Quilombo valorizam o fato de conhecer as preferências alimentares deles:

É muito importante eu preparar essa merenda porque eu já sei o que eles [os estudantes] gostam. Eles moram perto de mim, eu os conheço, são meus vizinhos, alguns são meus parentes, isso facilita porque eu conheço o gosto deles (Participante 2)

Quando eles enjoam, eu já percebo logo. Eles perguntam: Tia, o que vai ser hoje? Quando eu respondo, eles fazem: huuuuuum [expressão de rejeição], eu já vejo que ele não gostou do cardápio do dia pela cara dele e, daí, eu procuro conversar com a diretora e procuro preparar outro alimento (Participante 2)

Após a realização dos vídeos, os materiais gravados foram armazenados e apresentados às merendeiras da escola pesquisada. Abaixo, seguem a categoria e as duas subcategorias referentes às entrevistas realizadas com as quatro participantes.

3.2 MERENDEIRAS DA ESCOLA PESQUISADA E O ATENDIMENTO A ADOLESCENTES DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Esta categoria reflete o antes e depois do desenvolvimento das ações voltadas para formação de merendeiras no que tange ao atendimento de estudantes quilombolas. Portanto, essa se divide em duas subcategorias, a seguir:

3.2.1 Desconhecimento sobre o PNAE, sobre o Quilombo e suas implicações nos hábitos alimentares promovidos pela escola que atende adolescentes quilombolas

É perceptível o desconhecimento das merendeiras no que concerne às diretrizes do PNAE, sua interface com a alimentação saudável e adequada à realidade de comunidades tradicionais, como pode ser observado nos relatos abaixo com as merendeiras da escola estudada.

Eu nunca ouvi falar do PNAE [...], sei que o alimento é importante para a saúde. Eu não conheço a tradição, nem a forma deles [os quilombolas] se alimentarem, não sei se é importante utilizar os alimentos que são produzidos no Quilombo, acho que isso não influencia em nada [...], não conheço a comunidade. (Participante 3)

Eu não sei o que é PNAE [...] eu conheço o Quilombo, já fui na Ilha de Maré, mas fui como veranista, não lembro a praia que fui, sei que não conheço todas as praias [...]. (Participante 4)

Eu já ouvi falar do PNAE, mas nunca me aprofundei na leitura sobre isso. Acho importante respeitar as tradições do Quilombo, mas a gente aqui faz a merenda de acordo com os produtos que a escola recebe da Secretaria Estadual de Educação, mas eu sei que não é comprado nada na comunidade [...] eu não conheço a comunidade que eles moram não. Eu acho importante conhecer a comunidade. Mas eu já conheço esses meninos há tanto tempo que não influencia por eu não conhecer a comunidade. (Participante 1)

Eu acho que o PNAE tem alguma coisa a ver com alimentação, mas nunca ouvi nada a respeito [...], eu já fiz uma formação, acho que foi por esse PNAE. Penso que seria bom, que os alunos iam gostar se comprasse os produtos para

preparar a alimentação no Quilombo, porque iria vir da comunidade deles [...], eu acho que é importante uma boa alimentação que sei que é bom para a saúde e para perder peso. Eu nunca fui no Quilombo que eles [os estudantes] moram, não sei se isso é importante para eu fazer as atividades, fazer a merenda deles.
(Participante 2)

3.2.2 Percepções das merendeiras sobre a importância da intervenção pedagógica e do seu papel na relação entre saúde e alimentação para estudantes quilombolas

Durante as ações e reflexões, as quatro merendeiras do sexo feminino, na faixa etária de 40 a 60 anos, casadas, algumas com filhos em idade escolar, que residem em localidades próximas à escola em estudo, revelaram que existe um fluxo pré-estabelecido no que diz respeito à aquisição de insumos e alimentos que são ingredientes para a composição das refeições dos estudantes na escola.

A merenda é escolhida e enviada pela Secretaria de Educação do Estado, então, fazemos o que podemos. Mesmo que eu e minhas colegas queiramos fazer algo diferente, temos que ver com o diretor. Às vezes, não dá para fazer uma merenda que todos os estudantes gostem. É difícil fazer o que todos preferem. [...] Eu achei muito bom [participar da intervenção pedagógica]. A gente se sente valorizado, nem todos os professores e alunos valorizam o nosso trabalho.
(Participante 4)

A gente, a gestão, faz o que pode, o resto é com os governantes. Faço a merenda que fique boa e eles gostam. Alguns sempre reclamam, às vezes não merendam, adolescente é assim mesmo, todos os estudantes são assim. Minha colega, que é merendeira de outra escola, fala isso também. [...] Eu gostei muito de tudo [intervenção pedagógica]. É bom ter essas atividades. Agora para fazer outras receitas tem que vir os ingredientes para poder fazer o que as merendeiras da Ilha ensinaram. Foi bom, é bom quando as pessoas valorizam o nosso trabalho.
(Participante 5)

Entretanto, alguns participantes ponderaram que a intervenção pedagógica favoreceu que o seu entendimento sobre o papel da merendeira fosse ampliado e valorizado. Também revelam a satisfação dos estudantes à frente da mudança de rotinas alimentares, da introdução de alimentos tradicionais da cultura quilombola e, conseqüentemente, da maior aceitação deles.

Na minha opinião, o nosso papel é o da escola, era o de preparar e dar a merenda aos estudantes. Agora [depois da intervenção], vejo que são muitas coisas que devemos aprender [...] achei uma experiência diferente ter participado das ações, porque discutiu muitas coisas importantes que não sabíamos a respeito da obesidade e comunidade quilombola e a merenda para a saúde. É bom porque as pessoas não dão muito valor à nossa profissão.
(Participante 3)

Podemos até melhorar a merenda mesmo para agradar os estudantes e não desperdiçar. Eu até via que antes os alunos pediam a merenda e passavam para outro colega. Esse ano [depois da intervenção], somente poucos fazem isso. Estão gostando e pedem mais. Isso é bom. [...] Tive um pouco de receio de participar da ação. Mas, no final, foi bom toda a conversa e o que aprendemos. Aprender a cozinha já sei porque faço isso há muito tempo, mas aprender outras receitas de outro lugar é bom. (Participante 3)

4 DISCUSSÃO

De acordo com o relato das merendeiras, não há preocupação pelos governantes e parte do corpo escolar com a preservação da tradição, do conhecimento e dos hábitos alimentares dos estudantes de comunidades tradicionais quilombolas, bem como com a importância destes conhecimentos serem repassados de geração em geração. Esses fatores podem justificar a pouca importância dada à preservação da história e cultura alimentar da comunidade atendida, uma vez que a escola está localizada em um quilombo urbano.

Freire⁽¹⁷⁾ alerta que o indivíduo consegue apreender informações e desenvolver a cognição com mais facilidade quando suas experiências são aproveitadas. Isto significa que manter os adolescentes inseridos nos seus respectivos contextos culturais seria uma estratégia colaborativa ao enfrentamento de agravos comuns a membros da comunidade quilombola como a obesidade, sobretudo uma vez que o estudo registra um baixo consumo de frutas, hortaliças e leite entre 390 adolescentes quilombolas da zona rural do sudoeste baiano⁽¹⁸⁾.

É possível que essa descaracterização da cultura quilombola tenha relação com o abandono ao qual a sociedade vem atribuindo à identidade destes povos. Estudos apontam que a preservação da organização social, política e territorial (o que inclui os hábitos alimentares genuínos de um grupo social) consistem em legados transmitidos de forma intra e intergeracional entre os quilombolas⁽¹⁹⁾. A preservação desta identidade favorece a resistência cultural e territorial deste povo e, por conseguinte, é responsável pelo seu protagonismo enquanto grupo social com características peculiares, sobretudo na garantia da preservação dos seus direitos enquanto povos tradicionais⁽¹⁹⁻²⁰⁾.

Observou-se que as participantes não se apropriam dos costumes da comunidade rural, inclusive, da tradição de plantar o próprio alimento, da forma de preparo da comida herdada dos antepassados da população atendida. Desta forma, a merenda da escola é pensada com foco urbano. Concordando com estudo realizado com estudantes quilombolas, observa-se o incremento de café adoçado, feijão, arroz e farinha⁽²¹⁾. Pode-se inferir que, nestas comunidades,

há forte influência de costumes urbanos, ou mesmo pouco incentivo em conhecer e preservar os hábitos quilombolas. Uma das formas de desenvolver esta ação é implementando estratégias de troca de informações, tal como foi realizado neste estudo.

Desta maneira, há expressa necessidade de que a cultura da comunidade seja abordada de forma efetiva nas salas de aulas e entorno da escola por todos que compõem o corpo escolar da referida escolar, para que os saberes não sejam silenciados e para que não se percam com os mais velhos do quilombo, fazendo com que a nova geração deixe de valorizar a própria cultura.

É fundamental compreender que os costumes alimentares incorporados durante a infância e adolescência desta população são determinantes para a formação dos padrões alimentares adotados na vida adulta. O ambiente escolar, dessa forma, é um importante espaço que possibilita o contato e a criação de hábitos alimentares saudáveis.

Ademais, a escola tem como dever difundir práticas adequadas que propiciem o controle de deficiências nutricionais e a redução das doenças e agravos não transmissíveis, a exemplo da obesidade. Da mesma forma, o estudo salienta que a interação com quilombolas possibilita aprender e entender a importância de suas práticas cotidianas nos movimentos de resistências e lutas⁽²¹⁾. O mesmo foi observado por Freire⁽¹⁷⁾, que revela potenciais de descoberta e alcance de resultados positivos quando a cultura e costumes de uma comunidade são encorajados como elementos que viabilizam o desenvolvimento e aprendizado.

Podemos destacar que a existência da intervenção pedagógica, quando elaborada em consenso com a comunidade escolar, pode contribuir para a qualidade do trabalho pedagógico, a fim de promover um maior conhecimento sobre o cuidado à saúde, aos hábitos alimentares e respeito à diversidade étnico-racial. Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico de escola que atende estudantes remanescentes de quilombo configura-se como documento norteador para efetivas atitudes democráticas, de autonomia e participação de todos os envolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se pouco conhecimento das merendeiras da escola lócus do estudo acerca dos hábitos alimentares, da saúde e da cultura da comunidade, sendo necessário promover ações que atendam às reais necessidades dos participantes quanto ao conhecimento da população em questão. Assim, o desenvolvimento da alimentação escolar deve considerar os hábitos alimentares dos estudantes de cada localidade. Os encontros com as merendeiras do quilombo nos deram base forte para entender a importância da luta e resistência por parte da comunidade

para manter vivas as suas memórias ao preparar a comida. Não se trata apenas de conteúdo para o presente estudo, mas também de afetos, de envolvimento, de emoções, de memórias e de ancestralidades que nos ajudaram, inclusive, a pensar sobre nós mesmos, sobre nossa própria existência e identidade. Compreendemos, ainda, que uma preparação no contexto alimentar que possui boa aceitação em uma comunidade pode não ter a mesma receptividade em outra.

Os resultados demonstram a necessidade da construção de uma visão crítica de todos os envolvidos no espaço escolar, em prol de ações que estimulem o consumo de alimentos mais nutritivos e principalmente de ações que respeitem a cultura alimentar tradicional da população quilombola. Observa-se que os moradores do quilombo rural, quando comparados com os moradores da zona urbana, apresentam maiores frequências de consumo de alimentos básicos, com melhor qualidade no cardápio, havendo predomínio de consumo de alimentos como arroz, feijão, batata-doce, mandioca, farinha de mandioca, frutas e peixes. No entanto, existem alimentos calóricos na cozinha quilombola, necessitando de orientações de um profissional de nutrição e de ações educativas na escola quanto o uso exagerado na quantidade de sal e outros condimentos no preparo dos alimentos, prevenindo dos riscos para a saúde da comunidade.

Além disso, evidencia-se que a alimentação escolar assume um papel muito importante na vida dos estudantes, afinal, para realizar qualquer atividade e garantir o crescimento saudável, crianças e adolescentes precisam consumir nutrientes que contribuem para o desenvolvimento integral do indivíduo e para a prevenção do sobrepeso e obesidade.

No atual momento em que a população enfrenta graves problemas em decorrência da pandemia da Covid-19, diante da contaminação com o vírus, acrescenta-se o aumento expressivo de estudantes com sobrepeso e obesidade, comportamento alimentar não saudável, redução das práticas corporais, entre outros. Assim, implementar intervenções que atenuem as implicações na saúde do estudante é fundamental.

REFERÊNCIAS

1. Carneiro H. *Comida e Sociedade: uma História da Alimentação*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil; 2017.
2. Alvarenga M, Figueiredo M, Timerman F, Antonaccio C. *Nutrição Comportamental*. Santana de Parnaíba: Manole; 2019.
3. Santos PHR, Sousa PHM. Memórias alimentares dos moradores do Município de Beberibe – Ceará: um relato sobre o manifesto cultural alimentar. *RSD [Internet]*. 2020 [citado 16 jan 2022];9(8):e748986527. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6527>
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Alimentos regionais brasileiros [Internet]*. Brasília: Ministério da Saúde; 2015 [citado 05 jan 2022]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimentos_regionais_brasileiros_2ed.pdf
5. Brasil. Fundação Cultural Palmares. *Certificação Quilombola [Internet]*. Brasília: Fundação Cultural Palmares; 2022 [citado 20 jan 2022]. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551
6. Panigassi G, Segall-Corrêa AM, Marin-León L, Pérez-Escamilla R, Sampaio MFA, Maranhã LK. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. *Cad Saúde Pública [Internet]*. 2008 [citado 10 jan 2022];24(10):2376-2384. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/4Rr7b9LWftZM93rzm3RcZMF/?format=pdf&lang=pt>
7. Silva DO, Guerrero AFH, Guerrero CH, Toledo LM. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil¹. *Rev Nutr [Internet]*. 2008 [citado 28 jan 2022];21(Suplemento):83s-97s. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/hTScyMrzn9Fp359QFfKt6rN/?format=pdf&lang=pt>
8. Monego ET, Peixoto MRG, Cordeiro MM, Costa RM. (In) segurança alimentar de comunidades quilombolas do Tocantins. *Segur Aliment Nutr [Internet]*. 2015 [citado 18 jan 2022];17(1):37-47. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634798>
9. Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 2006 set 18;179(Seção 1).
10. Sichieri R, Souza RA. Estratégias para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes. *Cad Saúde Pública [Internet]*. 2008 [citado 26 jan 2022];24 Sup 2:S209-S234. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/wwwLxnVtjhrsZGk9GxVh3yx/?format=pdf&lang=pt>
11. Bittar C, Soares A. Mídia e comportamento alimentar na adolescência/ Media and eating behavior in adolescence. *Cad Bras Ter Ocup [Internet]*. 2020 [citado 09 jan 2022];28(1):291-308. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2511>
12. Castro JO. A propaganda de “alimentação saudável” do McDonald’s [Trabalho de Conclusão de Curso na Internet]. Brasília: Instituto de Letras, Universidade de Brasília; 2013 [citado 26 jan 2022]. 28 p. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5260/1/2013_JulianadeOliveiraCastro.pdf
13. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição [Internet]*. Brasília: Ministério da Saúde; 2013 [citado 10 jan 2022]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf

14. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigitel Brasil 2021 - vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2021 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2021 [citado 20 jan 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigitel/vigitel-brasil-2021-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas/#:~:text=Vigitel%20Brasil%202021%20%3A%20vigil%C3%A2ncia%20de,em%202021%20%2F%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%2C>
15. Candau VMF. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educ Soc* [Internet]. 2012 [citado 20 jan 2022];33(118):235-250. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QL9nWpmbhP8B4QdN8yt5xg/?format=pdf&lang=pt>
16. Bardin L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70; 2011.
17. Freire P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1999.
18. Sousa BC, Medeiros DS, Curvelo MHS, Silva EKP, Teixeira CSS, Bezerra VM, et al. Hábitos alimentares de adolescentes quilombolas e não quilombolas da zona rural do semiárido baiano, Brasil. *Ciênc Saúde Colet* [Internet]. 2019 [citado 18 jan 2022];24(2):419-430. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CV3PmqZvpyfLrWMXrDrSzpQ/?format=pdf&lang=pt>
19. Alvarenga RMF, Silva AMCS. A preservação da cultura quilombola intra e intergeracional. *Perspec Dial* [Internet]. 2021 [citado 16 jan 2022];8(17):131-154. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/12782>
20. Soares MRP. Territórios insurgentes: a tecitura1 das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. *R Katál* [Internet]. 2021 [citado 25 jan 2022];24(3):522-531. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/mSwQsWpRDBDsg5BdKcNg6f/?format=pdf&lang=pt>
21. Corrêa NA, Silva HP. From the Amazon to the guidelines: the dilemmas between quilombola foods and the recommendations of the dietary guidelines for the Brazilian population. *Saúde Soc* [Internet]. 2021 [citado 18 jan 2022];30(1):e190276. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WtGxvT8jzVFRXp5XffWFMSg/?format=pdf&lang=en>

5.3 MANUSCRITO 3: UM OLHAR SOBRE O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE EM ADOLESCENTES QUILOMBOLAS

RESUMO

Objetivo: Propor ações para a reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola pública que atende comunidade quilombola localizada em Salvador/BA, tendo como foco ações que contemplem o respeito às especificidades étnico-culturais quilombolas, conforme preconizam as DCNEEQ, especialmente ações para prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade em adolescentes escolares quilombolas. **Método:** Realizou-se uma pesquisa-ação, de abordagem qualitativa, a partir da análise documental, entrevistas e ações com o corpo escolar em diálogo com as DCNEEQ. **Resultados:** Foi apontada a necessidade de implementação de ações para reelaboração no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pesquisada visto que as ações materializadas não estão em consonância com as especificidades da comunidade quilombola. **Considerações finais:** O estudo apontou necessidade de reelaboração do planejamento do PPP da escola com base nas DCNEEQ, visto que isso compromete o desenvolvimento integral dos adolescentes escolares, por não abordar em sala de aula as especificidades da comunidade atendida, a distanciando de seus valores e costumes tradicionais herdados dos seus ancestrais. São necessárias, então, ações pedagógicas junto à equipe escolar, tendo como eixo a reflexão sobre a própria prática pedagógica e a reelaboração do Projeto PPP, na efetivação de uma educação específica para os estudantes quilombolas que abarquem hábitos alimentares saudáveis para prevenção e controle da obesidade.

Palavras-chave: Educação quilombola; Reelaboração; Projeto Político-Pedagógico; Obesidade.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um processo humanizante, político, ético, estético, histórico, social e cultural. Por esse viés, esses saberes denunciam a necessidade de o professor se assumir um ser pensante e curioso, que faz da sua fala um aprendizado de escuta⁽¹⁾.

A escola é, ainda, um espaço que abriga desencontros de expectativas, mas também acordos solidários, norteados por princípios e valores educativos pactuados por meio do projeto político pedagógico concebido segundo as demandas sociais e aprovado pela comunidade educativa.

Ao se tratar de escolas que estão sob a égide das Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, deve ser assegurada a garantia de direitos dos povos remanescentes de quilombos, que são historicamente excluídos, contemplando, assim, as políticas criadas para esta população. A Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do estudo da História da África e da Cultura Afro-brasileira e Africana e do ensino das relações étnico-raciais, institui o estudo das comunidades remanescentes de quilombos e das experiências negras constituintes da cultura brasileira, pelo Parecer CNE/CP nº 03/2004, em que todo o sistema de ensino precisará providenciar “registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como os remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais”⁽²⁾. A portaria 992 de 2009 instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, cujos princípios são para o enfrentamento ao racismo estrutural e institucional; atenção aos agravos prevalentes, promoção de saúde, proteção; recuperação e reabilitação da saúde; visibilidade e valorização das contribuições da cultura afro-brasileira⁽³⁾.

No contexto de Educação Escolar Quilombola, os desafios são significativos, sendo necessário modificar a cultura escolar, que atualmente exclui a diversidade, a história e a ancestralidade dentro das experiências que levam à organização social. Ou seja, é necessária a realização de ações de uma população ao redor de interesses comuns, objetivos reais, percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a esses interesses coletivos⁽⁴⁾.

Neste sentido, compreende-se que as relações étnico-raciais constituem uma prática imprescindível dos professores das escolas brasileiras e são reconhecidamente onipresentes em sua expressão nas escolas regidas sob a Educação Escolar Quilombola (EEQ), modalidade de

educação que compreende as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas⁽⁵⁾.

Logo, faz-se necessário realizar, em âmbito escolar, estudos que possam verificar o conhecimento da importância e obrigatoriedade da cultura, identidade quilombola de escolas sob a égide das DCNEEQ por parte da comunidade escolar. Também deve ser identificado se as normativas que compõem políticas públicas para a Educação Quilombola e planejamentos didáticos específicos para esta população estão sendo materializados e ações de cuidado a saúde.

Assim, este trabalho tem como objetivo propor ações para a reelaboração o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola pública que atende comunidade quilombola localizada em Salvador/BA, tendo como foco o respeito às especificidades étnico-culturais, conforme preconizam as DCNEEQ, especialmente ações para prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade em adolescentes escolares quilombolas. Essa especificidade justifica-se pelo fato de anteriormente ter sido identificada, na unidade escolar em estudo, uma prevalência de sobrepeso e obesidade em adolescentes escolares⁽⁶⁾.

2 MÉTODO

2.1 TIPO DE ESTUDO

A abordagem da pesquisa foi de natureza qualitativa, utilizando-se da metodologia da pesquisa ação (PA), participativa, social e de base empírica, a qual se propõe, de maneira colaborativa e interativa, à busca de determinadas situações-problemas em uma população definida⁽⁷⁾. O processo de PA, no presente estudo, foi dividido em duas fases: descritiva exploratória e fase de ação. A fase descritiva exploratória foi realizada através de pesquisa documental, tendo como pilar a análise de conteúdo temática dos documentos que expressam o PPP da escola lócus da pesquisa localizada na cidade de Salvador/BA, pertencente à Rede Pública Estadual de Ensino.

Ao mapear no PPP as ações que contemplassem as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas e que contribuíssem para a prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade de estudantes quilombolas, observou-se fragilidades no trabalho pedagógico, que não estão de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ).

A fase ação foi realizada a partir dos resultados da fase exploratória, em que foram

elaboradas as ações pedagógicas a partir da análise das entrevistas com docentes, gestores, coordenação pedagógica, merendeiras e líderes da comunidade e análise crítica documental do PPP.

A matriz analítica (Quadro 1, p. 42) com questões norteadoras para análise documental do PPP foi base para a proposta de reelaboração de um currículo escolar interdisciplinar, articulando o conhecimento escolar e conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas.

2.1.1 Período de estudo

Os dados foram coletados entre outubro e dezembro de 2021.

2.1.2 Local do estudo

O presente estudo foi desenvolvido em uma escola que atende alunos oriundos de comunidade quilombola localizada em Salvador, Bahia, Brasil

2.1.3 Participantes do estudo

Participaram do planejamento para a proposta de reelaboração do Projeto Político Pedagógico a equipe escolar (docentes, gestores, coordenação pedagógica, merendeiras) e líderes comunitários.

2.1.4 Coleta de dados e organização dos dados

A coleta de dados teve como base as observações anotadas no diário de bordo da pesquisadora do estudo, o registro das entrevistas e as ações educativas desenvolvidas com a equipe escolar – alicerçada na tríade Educação, Alimentação e Cultura Corporal⁵ africana e afro-brasileiras – para reelaborar de fato o PPP da escola em estudo, conforme aponta o Quadro 7 abaixo:

⁵ composta pelo conjunto de atividades as quais são produções da humanidade e se materializam nas diferentes formas de jogos, de esporte, de lutas, de ginástica, de dança, de formas de exercitar e conhecer o corpo, enfim, diferentes formas de objetivação da corporalidade determinadas em última instância pela necessidade de existência dos homens⁽⁸⁾.

Quadro 7 - Materialização das DCNEEQ em escolas quilombola

Documento	Objetivo	Como descrito no PPP da escola	Como acontece na escola	Propostas de ações
DCNEEQ – especificidades culturais no geral	<p>Orientar os processos educativos na construção de instrumentos que garantem a Educação Escolar Quilombola;</p> <p>Aproximar os saberes da comunidade e os componentes curriculares.</p>	<p>Estabelece o documento com a finalidade de alcance da ação social e dimensões para validação dos seus paradigmas e conceitos educacionais previstos na DCEEEQ;</p> <p>Desenvolvimento de projetos para “conservar” e “resgatar” práticas culturais quilombolas, costumes e tradições;</p> <p>Menciona a importância de atualizar o documento periodicamente, com a participação de todos os envolvidos inclusive da comunidade.</p>	<p>Os conteúdos são tratados de forma descontextualizada do que preconizam as DNCEEQ, na maioria das disciplinas;</p> <p>Observa-se o desconhecimento por parte do corpo escolar acerca da DNCEEQ;</p> <p>Sua última atualização foi em realizada em 2013;</p> <p>Faltam referenciais bibliográficos específicos na construção do PPP.</p>	<p>Reelaborar o PPP a partir de uma pedagogia que contemple a especificidade étnico cultural da comunidade;</p> <p>Revisão periódica e redimensionamento no desenvolvimento de ações no cotidiano da Educação Escolar Quilombola;</p> <p>Realizar ações voltadas para apresentação das DNCEEQ a todos os atores sociais da comunidade escolar desde o início do ano letivo a fim de apropriação dos conhecimentos tradicionais, da oralidade, da ancestralidade, da estética, as formas de trabalho, das tecnologias e da história de cada comunidade quilombola do entorno da escola;</p> <p>Formação específica e com continuidade para os docentes e gestores da escola pela Secretaria do Estado;</p> <p>Definição de periodização da execução da atualização do PPP com cronograma definido em conjunto com a comunidade escolar.</p>

DCNEEQ	Colaborar com a instituição escolar para pensar a sua identidade e a projetar suas ações pedagógicas de forma participativa.	Propõe em documento (PPP) implementar uma gestão democrática participativa e com uma pedagogia diferenciada.	<p>Aborda de forma incipiente os valores específicos e interesses das comunidades quilombolas;</p> <p>Apenas alguns componentes fazem menção, de forma pontual, aos conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade e a história da comunidade quilombola;</p> <p>Existe fragilidade na elaboração do PPP em relação à participação coletiva, envolvendo todo corpo escolar e a comunidade.</p>	<p>Organizar o PPP pautado em metodologias didático-pedagógicas produzidas e construídas pelas comunidades quilombolas ao longo da história;</p> <p>Realizar oficinas pedagógicas lúdicas e interativas para construção de forma coletiva de inserção da realidade quilombola nos materiais didáticos de todas as componentes curriculares;</p> <p>Realização de visitas às comunidades quilombolas do corpo docente e de funcionários, principalmente dos sujeitos que nunca tenham participado de vivências das especificidades culturais de cada comunidade tradicional quilombola do entorno da comunidade escolar;</p> <p>A gestão escolar convidar para fazer parte do conselho, escolar lideranças quilombola que, há muito tempo, reivindicam a participação na elaboração, análise e monitoramento das políticas públicas voltadas para essas comunidades.</p>
--------	--	--	---	---

<p>DCNEEQ – Cultura alimentar e saúde dos quilombolas</p> <p>PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar</p>	<p>O Programa de alimentação escolar (merenda escolar) voltado para as comunidades tradicionais deverá ser desenvolvido em diálogo com essas comunidades;</p> <p>A Educação Escolar Quilombola deve implementar um programa institucional de alimentação escolar voltado para as especificidades das comunidades quilombolas e seus hábitos alimentares. organizado em regime de cooperação entre União, Estados, DF e Municípios e por meio de convênios entre sociedade civil e poder público;</p> <p>Abordagem da vulnerabilidade social e presença de agravos à saúde de saúde dos quilombolas;</p> <p>Aquisição direta de alimentos da agricultura familiar. E, no caso de escolas quilombolas, a agricultura familiar pode ter uma relação ainda mais especial com os cardápios.</p>	<p>Menciona tratar do conhecimento dos processos e hábitos alimentares das comunidades quilombolas, por meio de troca e aprendizagem com os próprios moradores e lideranças locais.</p>	<p>Os cardápios não contemplam o uso de alimentos característicos da população quilombola;</p> <p>Não há compra de alimentos produzidos pela comunidade quilombola do entorno da escola;</p> <p>As ações em saúde ocorrem de forma pontual com foco apenas bucal, realizadas pela UBS;</p> <p>A abordagem em cuidados de saúde e comportamentos saudáveis com foco na alimentação e cultura corporal são desenvolvidos somente pelo componente de Educação Física (EF);</p> <p>Existência de ações pedagógicas voltadas para o cuidado da saúde dos estudantes quilombolas e de combate a prevenção e controle da obesidade apenas pela componente EF;</p> <p>Atividades de apropriação (estudantes) de atividades da cultura inerente ao que eles já fazem, danças circulares (samba de roda e capoeira, entre outros), tratando da sua gênese (origem), realizada pela componente EF.</p>	<p>Devem ser potencializadas ações do PNAE, em uma perspectiva da DCNEEQ.;</p> <p>Desenvolvimento de cardápio elaborado Com no mínimo 30,0% das necessidades nutricionais diárias dos alunos, o que significa um percentual superior em 10,0% ao estipulado para o cardápio destinado aos demais alunos da rede pública de educação matriculados em período parcial (PNAE);</p> <p>Oficinas pedagógicas com merendeiras para formação voltada à cultura alimentar da comunidade quilombola para conhecimento das tradições culturais alimentares das comunidades do entorno;</p> <p>Estimular visitas técnicas pelo Conselho de Alimentação Escolar para observação dos problemas na alimentação. Reuniões com merendeiras, gestores, docentes e Nutricionista responsável técnico pela escola;</p> <p>Conhecer a produção alimentar das comunidades e adotar</p>
--	--	---	---	---

				<p>o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar de grupos oriundos dessas comunidades que são prioritários no fornecimento de alimentos para o PNAE;</p> <p>Implementação de um projeto pedagógico integrativo para controle de sobrepeso e obesidade voltado para a população quilombola, alicerçados na tríade educação, alimentação e cultura corporal que tragam em seu bojo as tradições culturais desta comunidade.</p>
--	--	--	--	---

Fonte: elaborado pela autora.

O quadro 7 apresenta os objetivos das DCNEEQ, o que menciona o PPP da escola e de que forma os conteúdos são realmente materializados. Por último, o quadro traz uma proposta de reelaboração do referido PPP, contextualizado para escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

2.2 CRITÉRIO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram utilizados como critérios de inclusão: fazer parte da equipe escolar na unidade em questão e líderes comunitários. Como critérios de exclusão: estar afastado(a) por motivo de saúde ou não ter comparecido nos dias das ações educativas. Durante as atividades da apresentação da proposta de reelaboração, foram respeitadas todas as opiniões, a fim de garantir a espontaneidade e a execução de forma coletiva.

2.3 ANÁLISE DA PROPOSTA DE AÇÃO

Para análise dos dados, foi realizada uma análise de conteúdo temática proposta por Bardin⁽⁹⁾.

2.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O projeto foi submetido para apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, que aprovou sua execução sob parecer nº 70809417.5.0000.5531. Respeitou-se os princípios da não-maleficência, beneficência, justiça e autonomia previstos em pesquisas com seres humanos, em atenção às resoluções 466/2012, 510/2016 e 580/2018 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

3 RESULTADOS

Os resultados obtidos por meio da aplicação das entrevistas, questionários e ações pedagógicas desenvolvidas com a equipe escolar, permitiram identificar as fragilidades existentes e foram balizares para o planejamento da reelaboração do PPP, conforme apresentado no quadro 7. As ações pedagógicas, proporcionaram aos participantes além das discussões sobre a temática, conhecimentos teóricos, permitindo uma visão crítica acerca da importância das práticas culturais quilombolas, costumes e tradições. Todavia, o atual documento não apresenta e nem caracteriza os elementos que compõem essa cultura. Assim, observa-se que não contemplam a diversidade e a pluralidade de uma educação quilombola.

Um dado muito relevante é o desconhecimento por parte do corpo escolar acerca da DNCEEQ, documento curricular central na elaboração do PPP, o que se atribui à ausência da equipe da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), em promover a formação continuada a equipe escolar.

O PPP propõe implementar uma gestão democrática participativa e com uma pedagogia diferenciada. Na sua materialização, todavia, encontramos uma abordagem incipiente dos valores específicos e interesses das comunidades quilombolas. Apenas alguns componentes fazem menção, de forma pontual, aos conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade e a história da comunidade quilombola, demonstrando assim a existência de uma fragilidade na elaboração e materialização do PPP em relação à participação coletiva, envolvendo toda equipe escolar e a comunidade. Na prática, os referenciais quilombolas são tratados de forma descontextualizada do que preconizam as DNCEEQ.

Em relação à cultura alimentar e saúde dos quilombolas e sua relação com a DCNEEQ, o PPP apenas menciona tratar do conhecimento dos processos e hábitos alimentares das comunidades quilombolas por meio de troca e aprendizagem com os próprios moradores e

lideranças locais, mas isso não é realizado.

Na sua materialização, foi mapeado que os cardápios não contemplam o uso de alimentos característicos da população quilombola. Não há compra de alimentos produzidos pela comunidade quilombola do entorno da escola, como preconizam as DCNEEQ e o PNAE.

As ações em saúde por parte da UBS ocorrem de forma pontual, com foco apenas bucal, sem levar em conta as especificidades culturais e agravos de saúde e iniciativas de traçar um perfil epidemiológico das condições de vida e saúde das comunidades tradicionais quilombolas do entorno da unidade escolar. A abordagem em cuidados de saúde e comportamentos saudáveis com foco na alimentação e cultura corporal são desenvolvidos somente pelo componente de Educação Física (EF).

Faz-se necessário apontar que as ações pedagógicas realizadas neste estudo foram fundamentais para reflexão, discussão e análise crítica da realidade, proporcionando melhorias. Ainda que de forma precoce, podemos apontar que vêm ocorrendo algumas mudanças na dinâmica da escola, a saber:

- a) Oferta de café da manhã antes do início das aulas;
- b) Utilização de alimentos mais saudáveis na merenda escolar, a exemplo das raízes, saladas, proteínas, sucos de frutas;
- c) Diminuição da utilização de produtos industrializados;
- d) Padronização do uniforme das merendeiras;
- e) Visita de uma nutricionista para orientação das merendeiras, a convite da pesquisadora deste estudo;
- f) Criação do espaço de clube de leitura e também a aquisição de literaturas que retratam a historiografia negra e da comunidade local;
- g) Visita de campo com os estudantes em espaços culturais;
- h) Criação de uma cartilha com orientações educativas para a prevenção e controle da obesidade para adolescentes quilombolas⁽¹⁰⁾.

4 DISCUSSÃO

Ainda que as diferentes concepções tenham gerado contradições em torno da importância de se tratar os conteúdos em sala a partir do marco histórico e do modo de vida da comunidade escolar, as ações educativas com a equipe da escola foram fundamentais para a proposta de reelaboração do PPP, de modo abarcar as necessidades e a cultura da comunidade atendida.

Conforme justificado pelo corpo escolar, a escola dispõe de poucos materiais (referencial bibliográfico), sobretudo quando se trata da comunidade atendida. Esse fato é observável quando lemos o PPP e identificamos as poucas referências utilizadas. Nitidamente, há fragilidade quando considerada a falta de apoio pedagógico da SEC/BA para a escola, ou seja, percebemos que esses fatores inviabilizam um trabalho de maior referencial e com maior participação da comunidade, de professores e de estudantes. Nesse sentido, os professores concordam que precisam de formação continuada em áreas específicas, sendo necessário que o órgão responsável promova esses cursos. Essa informação sugere que a formação dos professores é um fator limitante no que tange à efetivação de uma educação diferenciada.

Ao repensar a implementação das ações para o PPP, foram levantadas discussões que empreenderam aspectos tanto relacionados ao modo de vida dos estudantes, como ao processo de ensino-aprendizagem no contexto escolar quilombola, evidenciando ser um desafio para a implementação das ações pedagógicas, devido à falta de formação continuada e de diálogo com a SEC/BA. Compreende-se que a escuta de diferentes opiniões e ideias possibilita caminhos e estratégias direcionadas para implementar ações pedagógicas que possam ser inseridas no PPP e desenvolvidas de modo a contemplar as DCNEEQ. Também foi mencionada a importância da participação das merendeiras para incorporação dos saberes tradicionais às intervenções. É relevante que tenham acesso, com transparência, às informações sobre a qualidade dos alimentos industrializados adquiridos e suas consequências para a saúde, de modo a contribuir para a adoção de hábitos saudáveis dos estudantes.

O cenário epidemiológico aponta fortemente a problemática do excesso de peso como a condição predominante no período da adolescência e apresenta a alimentação inadequada como um de seus principais fatores de risco, a exemplo das carências nutricionais mais prevalentes na fase da adolescência, ocorrendo de forma concomitante ao aumento do predomínio de excesso de peso, conforme apresentado nos estudantes da escola *lócus* deste estudo.

Considerando que a escola é um espaço privilegiado para a convivência social, que possibilita a construção de relações favoráveis à promoção da saúde, buscou-se promover ações com a equipe escolar que permitiu colocar em prática a alimentação adequada, com base em discussões ampliadas de saúde que promoveram a crítica e a reflexão, considerando todas as dimensões da alimentação.

A promoção da alimentação saudável na escola pode ter função pedagógica como prática

benéfica para a saúde. Deve-se promover em EEQ uma alimentação com o uso de alimentos variados, seguros, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar, com base no respeito às tradições culturais e hábitos alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para a saúde e melhoria do rendimento escolar dos estudantes, inclusive dos que necessitam de atenção específica, priorizando as comunidades tradicionais, conforme determinam a base legal para a alimentação escolar. A equipe da gestão escolar precisa conhecer a produção alimentar das comunidades quilombolas e adotar o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar de grupos oriundos dessas comunidades que são prioritários no fornecimento de alimentos para o PNAE.

Para efetivação das ações do PNAE em comunidades tradicionais quilombolas, especialmente em relação às condições de saúde dos alunos, com atenção àqueles que necessitam de cuidados específicos em relação à vulnerabilidade social e agravo de doenças crônicas como a obesidade, é necessário um efetivo acompanhamento de apoio técnico, tal como de um nutricionista técnico responsável pela área de abrangência da escola, auxiliando tanto às merendeiras quanto ao quadro da gestão e dos docentes, a desenvolver estratégias para melhorar a qualidade da alimentação escolar.

Tradicionalmente, as práticas corporais nas escolas são desenvolvidas pelo componente curricular de Educação Física que trata, pedagogicamente, do conhecimento da cultura corporal. Porém, a educação física escolar assim como os demais componentes, deve contemplar a história e memória dos estudantes quilombolas, pois, segundo a Lei 10.639/03, o conteúdo deve ser ministrado em todo o currículo, perpassando por todas as disciplinas. Desta forma, as atividades no pilar da Cultura Corporal em EQ podem envolver todos os docentes, independentemente da área de saber, e devem ser alicerçadas nos elementos das heranças africanas, a exemplo da capoeira, que se destaca na expressão cultural que combina luta, danças de roda, cultura popular e música do povo africano e dos seus descendentes, assim como as danças circulares, jogos e brincadeiras de matrizes africanas.

É importante ressaltar, ainda, que apesar de o PPP da escola não abarcar as demandas e anseios dos estudantes, observamos, através de ações realizadas pela responsável do Componente Curricular de Educação Física, mudanças importantes que evidenciam o despertar do colégio para as especificidades étnico culturais dos estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que ações pedagógicas integradoras, alicerçadas em um sistema triádico (Educação, Alimentação e Cultura Corporal), podem servir de base para a construção de ferramentas teóricas e metodológicas que podem ser desenvolvidas no âmbito do planejamento de uma escola, visando à construção de programas de intervenção no ambiente escolar para o controle e a prevenção do sobrepeso e da obesidade em adolescentes quilombolas, a partir de ações educacionais. Como prioridade, a ação pedagógica teórico-prática deve envolver o corpo escolar, para alterar o trato com o conhecimento, devendo estar articulado com projeto político pedagógico.

Espera-se que as ações realizadas e propostas neste estudo possam fornecer mais um subsídio para a ampliação de estratégias pedagógicas, levando em contas as especificidades étnicas-culturais das escolas, que estão sob a égide das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Quilombola. Isso tendo em vista o respeito à cultura, tradições e hábitos alimentares, de forma saudável e adequada, o que contribuirá para o crescimento e o desenvolvimento dos estudantes, em conformidade com a sua faixa etária e necessidades específicas.

REFERÊNCIAS

1. Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra; 2011.
2. Brasil. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 10 jan 2003;8(Seção 1):1.
3. Brasil. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. *Diário Oficial da União*. 14 maio 2009.
4. Carril LFB. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. *Rev Bras Educ [Internet]*. 2017 [citado 13 fev 2022];22(69):539-564. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/L9vvgCcgBY6sF4KwMpdYcfK/?format=pdf&lang=pt>
5. Mota HS, Santos ML. Representações literárias afro-brasileiras em comunidades quilombolas. *Revista Fórum Identidades [Internet]*. 2017 [citado 10 fev 2022];24(24):113. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/7120/5738>
6. Santos ML. *Imagem corporal de adolescentes escolares quilombolas com sobrepeso e obesidade [Dissertação na Internet]*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2018 [citado 10 fev 2022]. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29712/1/Dissert%20ENF%20M%c3%a1rcia%20L%c3%bacia%20dos%20Santos.pdf>
7. Thiollent M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez; 2011.
8. Taffarel CNZ, Santos JCL. Formação humana e formação de professores de Educação Física: para além da falsa dicotomia licenciatura x bacharelado. In: Terra DA, Souza Júnior M, organizadores. *Formação em Educação Física & Ciências do Esporte: políticas e cotidiano*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; 2010. p. 13-47.
9. Bardin L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70; 2011.
10. Camargo CL, Mota HS, Santos ML. *Cartilha educativa na prevenção e controle da obesidade de adolescentes escolares quilombolas [Cartilha na Internet]*. Salvador: 2022 [citado 19 fev 2022]. Disponível em: https://www.canva.com/design/DAFJITJRRN0/VE3Q9TMrmC6Tf5DAzoSvjw/view?utm_content=DAFJITJRRN0&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retornar os objetivos desta pesquisa, percebe-se que eles foram alcançados, uma vez que foram analisados, mapeados, além de elaboradas, implementadas e avaliadas ações pedagógicas para o Projeto Político Pedagógico de uma escola que atende adolescentes quilombolas, a fim de encontrar consonância com as Diretrizes Nacionais Curriculares de Educação Escolar Quilombola, assim como com a importância das ações pedagógicas no contexto do cuidado de saúde na prevenção e controle do sobrepeso e obesidade na escola lócus deste estudo. As informações contidas nos capítulos que compõem esta pesquisa permearam pontos importantes que subsidiaram a análise deste estudo, evidenciando seus desdobramentos e fragilidades na materialização de ações na comunidade escolar. Para compreender este processo, foi necessário abordarmos o contexto histórico dos quilombos, as peculiaridades e a relevância da aproximação do corpo da escola com a comunidade quilombola, a fim de que assim pudéssemos delinear e realizar as ações.

Apresentamos, no decorrer do estudo, as iniquidades e lutas do povo negro – lutas que têm como pano de fundo as articulações do Movimento Negro Brasileiro nos debates políticos por efetivação de direitos as especificidades históricas dos povos quilombolas –, o delineamento do documento oficial da escola Projeto Político Pedagógico (PPP) e o elevado índice de obesidade encontrado nos estudantes. Isso demonstrou a necessidade de ações para a prevenção e controle da obesidade em consonância com as Diretrizes Nacionais e Estadual de Educação Escolar Quilombola, como uma estratégia de resistência da população atendida, objetivando a efetivação de uma educação mais plural e democrática

Acreditamos que a principal contribuição deste trabalho foi mapear e realizar ações educativas para implementação do PPP, específicas para estudantes de comunidade quilombola. Esses resultados sugerem que, futuramente, podemos ter uma educação mais flexível, mais consciente às interpretações das DCNEEQ e do documental oficial da escola PPP e mais sensíveis às questões apontadas.

Em conformidade com o que foi exposto, é de nosso interesse ampliar esta pesquisa para investigar de que modo as DCNEEQ e os PPPs das escolas se relacionam com o trabalho pedagógico, em especial de escolas que atendam estudantes quilombolas. Desse modo, espera-se que este trabalho, ao investigar existência de ações educativas no contexto de educação quilombola em âmbito nacional e estadual, possa fornecer mais um subsídio para a ampliação de

estratégias pedagógicas a serem utilizadas nas formações iniciais e continuadas de professores que atuam nesses espaços escolares, de modo a dar voz aos estudantes, por meio da criação de espaços, nos quais possam ser reveladas as distintas visões de mundo que estes trazem para sala de aula, assim como as dos docentes em suas distintas disciplinas.

REFERÊNCIAS

- ABESO. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. *Diretriz Brasileira de Obesidade*. 4 ed. São Paulo, SP. 2016.
- _____. Mapa da obesidade, 2022. Disponível em: <https://abeso.org.br/obesidade-e-sindrome-metabolica/mapa-da-obesidade/>
- ALMEIDA, S. L. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVARENGA, M. S.; FIGUEIREDO, M.; TIMERMAN, F.; ANTONACCIO, C. M. A. (2019). *Nutrição Comportamental: Manole*.
- ALVARENGA, Rúbia Mara Ferreira de; SILVA, Angela Maria Caulyt Santos da. A Preservação da Cultura Quilombola Intra e Intergeracional. *Perspectivas em Diálogo*, Naviraí, v. 08, n. 17, p. 131-154, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/12782> Acesso: jan. 2022
- ARRUTI, José Maurício. *Notas Sobre as Iniciativas Federais em Educação no Contexto das Políticas Públicas para Quilombos* IN: Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. – Curitiba: SEED – 2010.
- BARDIN L. *Análise de Conteúdo*. 5ª edição. Lisboa/Portugal: Edições 70; 2011.
- BATISTA, L. E. Discriminação ainda uma realidade. In: Saúde da população negra: Os males da desigualdade. Radis, n.142, p.15, jul. 2014.
- BEZERRA, M. K. A., et al. Estilo de vida de adolescentes estudantes de escolas públicas e privadas em Recife: ERICA. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 221-232, 2021.
- BITTAR, C., & SOARES, A. (2020). *Mídia e comportamento alimentar na adolescência: cadernos brasileiros de terapia ocupacional*. 28(1), 291-308. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoar1920>
- BLOCH KV, KLEIN CH, SZKLO M, KUSCHNIR MCC, ABREU GA... BARUFALDI LA. (2016). ERICA: prevalências de hipertensão arterial e obesidade em adolescentes brasileiros. *Rev. Saúde Pública*.50(supl 1).
- BRASIL. (2006). Diário Oficial da União. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o *Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN* com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica 2020: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias– ADCT. Brasília: Senado, 1988.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Resolução Nº 8, de 20 de Novembro de 2012. Brasília: Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica (CNE/CEB)

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de janeiro de 2003.

_____. Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

_____. (2018). Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. *Comunidades Quilombolas*. Disponível em www.palmares.gov.br/?page_id=88

_____. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. *Indicadores de Vigilância em Saúde, analisados segundo a variável raça/ cor*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

_____. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. *Saúde Brasil: uma análise de situação de saúde e das doenças e agravos crônicos: desafios e perspectivas / Ministério da Saúde, 2019.*

_____. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica — PNAB*. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2012. Acesso out de 2020.

_____. *Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Brasília: *Ministério da Saúde* 2016. Acesso out. de 2020.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250

CAMARGO, Climene Laura de; MOTA, Helenadja Santos; SANTOS, Márcia Lúcia dos. *Cartilha educativa na prevenção e controle da obesidade de adolescentes escolares quilombolas*. Salvador, 2022. Cartilha. Disponível em: https://www.canva.com/design/DAFJITJRRN0/VE3Q9TMrmC6Tf5DAzoSvjw/view?utm_content=DAFJITJRRN0&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton. Acesso em: 15 set. 2022.

CARAVITA, S. C.S.; COLOMBO, B. Comportamento de bullying, doenças na juventude e intervenção: quais são as sugestões das pesquisas sobre bullying no contexto brasileiro? *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 1, 2016.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p.1-14, mar. 2018.

CARNEIRO, H. (2017). *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. Elsevier Brasil.

CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARRIL, L. F. B. (2017). *Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto*. *Revista Brasileira de Educação*, 22 (69). p. 539 564. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226927>

CASTRO, J. O. (2013). *A propaganda de “alimentação saudável” do Mcdonald’s*. Brasília. Trabalho de Conclusão de Curso, 2013, Universidade de Brasília.

CHORIN, E.; HASSIDIM, A.; HARTAL, M.; HAVAKUK, O.; FLINT, N.; ZIV-BARAN, T.; ARBEL, Y. Trends in adolescents obesity and the association between BMI and blood pressure: a cross-sectional study in 714,922 healthy teenagers. *American journal of hypertension*, v. 28, n. 9, p. 1157-1163, 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). Documento final. Brasília: MEC, SEA, 2010.

CORDEIRO M M, MONEGO E T, MARTINS K A. Overweight in Goiás’ quilombola students and food insecurity in their families. *Rev. Nutr.*, Campinas, 27(4):405-412, jul./ago., 2014

CORRÊA, Nádia Alinne; SILVA, Hilton P. Silva Da Amazônia ao guia: os dilemas entre a alimentação quilombola e as recomendações do guia alimentar para a população brasileira. *Saúde soc.* v. 30, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021190276>

COSTA, C. S. da. (2019). *Educação das relações étnico-raciais, educação escolar quilombola e educação escolar indígena na Educação Básica: especificidades e aproximações*. *Educação e Fronteiras*, 9(26), 128–140. <https://doi.org/10.30612/eduf.v9i26.12773>

DURAND, M, K.; HEIDEMANN, I.T.S.B. Social determinants of a Quilombola Community and its interface with Health Promotion. *Rev Esc Enferm USP*. v. 53, e03451.2019. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2018007703451>. Acesso: dez 2021.

ESCUADERO S.V. Urbanização (In)sustentável em Ilha de Maré: Estudo de Caso da vila de Santana. 2011.

FERRARI, T. K. CESAR, C. L. G.; ALVES, M. C. G. P. BARROS, M. B. D. A.; GOLDBAUM, M.; FISBERG, R. M. Estilo de vida saudável em São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 1, 2017.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. In: *Revista Educação e Pesquisa*,

v.31, n. 3, p. 483-502. São Paulo, set/dez 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3.pdf>

FREITAS, Igor Almeida de et al. Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia Brasileira. *Rev Cuid*, Bucaramanga, v. 9, n. 2, p. 2187-2200, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732018000202187&lng=en&nrm=iso. Acesso: dez 2021.

FREIRE P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra; 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança, um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1992.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Editora. Atlas, 2008.

GOMES KO, REIS EA, GUIMARÃES MDC, CHERCHIGLIA ML. Utilização de serviços de saúde por população quilombola do Sudoeste da Bahia, Brasil. *Cad Saude Publica*. 2013;29(9):1829-42. PMID:24068228. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2013001300022> » <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2013001300022>

GUERRERO, A. F. H. Mortalidade infantil em remanescentes de quilombos do Município de Santarém - Pará, Brasil. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 103-110, 2007. Acessado em maio de 2021.

HANKIN, B. L; YOUNG, J; GALLOP R, GARBER, J. Cognitive and interpersonal vulnerabilities to adolescent depression: classification of risk profiles for a personalized prevention approach. *J Abnorm Child Psychol*. 2018; 46(7):1521-33.

KEMPPAINEN KM, ARDISSONE AN, DAVIS-RICHARDSON AG, FAGEN JR, GANO KA, LEÓN-NOVELO LG. Early childhood gut microbiomes show strong geographic differences among subjects at high risk for type 1 diabetes. *Diabetes Care*. 2015;38(2):329-32.

JACKSON, C. L. et al. Black-white disparities in overweight and obesity trends by educational attainment in the United States, 1997- 2008. *Journal of Obesity*, Nova York, v. 2013, art. 140743, 2013.

JYOTI D F, FRONGILLO E A, JONES S J. A insegurança alimentar afeta o desempenho acadêmico das crianças nas escolas, o ganho de peso e as habilidades sociais. 135 (12): 2831-9. *J Nutr*. 2005.

LIRA, A. R. F. Esteatose hepática em uma população escolar de adolescentes com sobrepeso e obesidade. *J. Pediatr. (Rio J.)* [online]. 2010, vol.86, n.1, p.45-52.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. *Pesquisa em educação: Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*: Editora Liber Livros: Brasília, 68 p. v. 13. 2008.

_____. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E. P. U. 2012.

MACHADO, M.S.M.; ALMEIDA, R.O.de. Fontes e poços de água da Ilha de Maré, Salvador-BA: aspectos históricos, geográficos, socioculturais e físico-químicos. *Revista Candombá – Revista Virtual*, v. 4, n. 2, p. 111-145, jul – dez 2008. Disponível em: <<http://revistas.unijorge.edu.br/candomba/2008-v4n2/pdfs/Michele2008v4n2.pdf>>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

MALTA, D. C. Doenças crônicas não transmissíveis e a utilização de serviços de saúde: análise da Pesquisa Nacional de Saúde no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 51, p. 1s-10s, 2017.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. *Revista Univap* [online]. São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014. ISSN 2237-1753. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/viewFile/293/208>. Acesso: dez 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; SOUZA, Edinilsa Ramos (Org.). *Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 19-51.

MIRANDA, E. Áreas Cultivadas no Brasil e no Mundo. *Revista Agroanalysis*, fev. 2018. Acessado em março de 2020.

MIRANDA, S.V.C.; OLIVEIRA, J.L.; SAMPAIO, C.A.; RODRIGUES NETO, J. F. Cartografia das condições de trabalho de homens quilombolas e as intersecções para a informalidade e a saúde mental. *Interface* (Botucatu). 2021; 25: e200478 <https://doi.org/10.1590/interface.200478>. Acesso: dez 2021.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Quilombos e Educação: identidades em disputa. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 193-207, maio-jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/cQtxQ4L65n8K3wMYPZnnPWb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: dez 2021.

MONEGO ET, PEIXOTO MRG, CORDEIRO MM & COSTA RM. (2010). (In)segurança alimentar em comunidades quilombolas do Tocantins. *Segurança Alimentar e Nutricional*. 17(1):37-47.

MOTA, H. S; SANTOS, M. L; CAMARGO, C. L; BAPTISTA, G. C. S. Educação em saúde: influência da mídia na cultura alimentar de adolescentes escolares quilombolas em uma escola de Salvador, Bahia (Brasil). In M. L. Martins; I. Macedo (Eds.), Livro de atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia 2019. (pp. 565-573). Braga: CECS.

MOTA, H.S. & AMP; SANTOS, M.L. (2017). Representações literárias afro-brasileiras em comunidades quilombolas. *Revista Fórum identidades*, 24 (24). <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/7120>

NUNES, D. Racismo e falta de formação dificultam educação de temas étnicos raciais nas escolas. Uneafrobrasil, 01 mar. 2016. Disponível em: <http://uneafrobrasil.org/racismo-e-falta-de-formacao-dificultam-educacao-de-temasetnicos-raciais-nas-escolas/>. Acesso em: 25 out. 2021.

OLIVEIRA, Suely Noronha de. Diretrizes curriculares para educação escolar quilombola: o caso da Bahia e o contexto nacional. Rio de Janeiro, 2013. 232f. Dissertação de mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

World Health Organization *Guidelines on physical activity, sedentary behaviour and sleep for children under 5 years of age*. Geneva: World Health Organization, 2019.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE / ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Plano de ação para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes. Relatório final. Washington, D.C.: OPAS/OMS; 2020. <https://www.paho.org/pt/documentos/cd58inf5-plano-acao-para-prevencao-da-obesidade-em-criancas-e-adolescentes-relatorio>

PANIGASSI G, SEGALL-CORRÊA AM, MARINLEÓN L, PÉREZ-ESCAMILLA R, SAMPAIO MEA & MARANHA LK. (2008). Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. *Caderno de Saúde Pública*. 24 (10): 2376 – 2384.

PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Ilha de Maré Salvador BA RM Salvador. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/25711 Acesso em 27 de nov. de 2014.

REIS, Aurélio Virgílio. Quilombos e Igualdade Étnico-Racial. In: SOUZA, Douglas Martins; PIOVESAN, Flávia (cords). Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 196.

RICHARDSON, A. S.; DIETZ, W. H.; GORDON-LARSEN, P. The association between childhood sexual and physical abuse with incident adult severe obesity across 13 years of the National Longitudinal Study of Adolescent. *Health Pediatric Obesity*. v.9, p.351 –361,2014. Acesso fevereiro 2020.

RODRIGUES M. Breves considerações sobre o candomblé na ilha de maré – salvador: entre fios de memória. Cadernos de aulas do LEA. N° 1, Vol. 1, Novembro de 2012.

SANTOS, A. L. GARCIA, J. R. J. Atividade física e dieta como meios preventivos da obesidade infantil. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, São Paulo v.6, n.31, p.23-30, 2012.

SANTOS, M. L. *Imagem corporal de adolescentes escolares quilombolas com sobrepeso e obesidade*. 2018. 92f. Dissertação. (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, P. H. R., & SOUSA, P. H. M. (2021). Food memories of the residents of the Municipality of Beberibe - Ceará: a report on the food cultural manifest. *Research, Society and Development*, 9(8), e748986527.

SICHERI, R.; SOUZA, R. A. (2008) Estratégias para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 24, p. 209-234.

SILVA DO, GUERRERO AFH, GUERREO CH & TOLEDO LM. (2008). A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. *Revista de Nutrição*. 21: 83-97.

SILVA, R. P. BAPTISTA, S. R. A comida em comunidades quilombolas: reflexões sobre saberes e mercados solidários. *Agora*, v. 18, n. 1, p. 68-77, 2016.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Territórios insurgentes: a tecitura1 das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. *R. Katál.*, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 522-531, set./dez. 2021 ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/mSwQsWpRDBDsrg5BdKcNg6f/?format=pdf&lang=pt> Acesso: fev. 2022

SOUSA, Bárbara Cabral de et al. Hábitos alimentares de adolescentes quilombolas e não quilombolas da zona rural do semiárido baiano, Brasil. *Ciênc. saúde colet*. 24, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.34572016> Acesso: fev. 2022

SOUZA, Larissa Barros de; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; FIORATI, Regina Célia. *Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação*. Cad. Bras. Ter. Ocup. 27 (2). Apr-Jun 2019. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1812>.

SOUZA, V. R., et al. Translation and validation into Brazilian Portuguese and assessment of the COREQ checklist. *Acta Paul Enferm*. 2021 [cited 2021 dez. 17]; 34:e APE02631. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO02631> Acesso: dez 2021.

SOUZA, Shirley Pimentel de. Educação escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular – 2015. 111 f. : il.

SWINBURN B, KRAAK V, RUTTER H, VANDEVIJVERE S, LOBSTEIN T, SACKS G, ET AL. Strengthening of accountability systems to create healthy food environments and reduce global obesity. *Lan - cet* 2015; 385:2534-45.

SZABÓ MK. Representations of the family system in childhood and adolescent. **Europ Psychiatry**, 2015.

TAFFAREL, C. N. Z; SANTOS, J.C. L. *Formação humana e formação de professores de Educação Física: para além da falsa dicotomia licenciatura x bacharelado*. In: TERRA, Dinah Vasconcellos; SOUZA JÚNIOR, Márcilio (Orgs.). *Formação em Educação Física & Ciências do Esporte: políticas e cotidiano*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, Goiânia: CBCE, 2010. p.13-47

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TOLEDO, R.F.; GIATTI, L.L. JACOBI, P.R. A pesquisa-ação em estudos interdisciplinares: análise de critérios que só a prática pode revelar. *Interface (Botucatu)*, v. 18, n. 51, dez. 2014. (10/13839-0)

TURKE K.C; SARAIVA D.J.B; LANTIERI, C.J.B; FERREIRA J.F.M; CHAGAS A.C.P. Fatores de risco cardiovascular: o diagnóstico e prevenção devem iniciar nas crianças e adolescentes. *Rev Soc Cardio*. Estado de São Paulo 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) *Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível*. 14ª edição Papirus, 2002.

VIGITEL BRASIL *Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis, 2019.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

WILLIAMSON, E.J., WALKER, A.J., BHASKARAN, K. et al. Factors associated with COVID-19-related death using Open SAFELY. *Nature* 584, 430–436 (2020).

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Global status report on non communicable diseases*, Geneva, 2014.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 ESCOLA DE ENFERMAGEM
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
 DOUTORADO ACADÊMICO EM ENFERMAGEM
prof.marcia62@gmail.com Tel: (71) 99998 6061



APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar voluntariamente da pesquisa “**Educação Escolar Quilombola: um estudo sobre a existência de ações pedagógicas na prevenção e controle da obesidade em adolescentes**”, que será realizada com a responsabilidade da professora de Educação Física e pesquisadora Márcia Lúcia dos Santos, sob orientação da Enfermeira Professora Doutora Climene Laura de Camargo, do Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a.

Sua colaboração nesta pesquisa será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Fique ciente que não receberá remuneração, sendo sua participação voluntária e que poderá ter que aceitar a política de privacidade da ferramenta que será usada para a coleta das respostas. Caso, concorde em participar desse estudo, será considerado anuência para responder a entrevista da pesquisa.

Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que não consiga entender, converse comigo ou com minha orientadora para esclarecê-los. A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar sobre o estudo e solicitar sua permissão para participar do mesmo. Esta pesquisa tem por **objetivo geral**: Analisar, no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, ações que contribuam para prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade em adolescentes escolares quilombolas e os **objetivos específicos** se traduzem em 1) Identificar se o projeto político pedagógico da escola

em estudo, bem como as ações do PSE implantadas atendem as necessidades de saúde dos adolescentes escolares quilombolas; 2) Mapear em documentos curriculares a existência de ações desenvolvidas na escola para a prevenção do sobrepeso e obesidade em escolares quilombolas; 3) Propor ações no planejamento pedagógico alicerçado na tríade Educação – Alimentação – Cultura Corporal para prevenção do sobrepeso e da obesidade em adolescentes escolares quilombolas. Justifica-se estudos desta natureza por possibilitar subsidiar programas de intervenção para a promoção da saúde em ambiente escolar alicerçada na tríade Educação – Alimentação – Cultura Corporal, e que contemplem as especificidades culturais da comunidade tradicional e a importância de ações educacionais, de modo a contribuir para a prevenção e controle da obesidade em adolescentes escolares, em especial os de comunidades quilombolas.

Como resultados este estudo auxiliará na elaboração de ações pedagógicas que contribuam na prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade com base no sistema de complexo Educação – Alimentação – Cultura Corporal, dialogando com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) na comunidade.

Você foi escolhido (a) a participar do estudo porque faz parte do corpo escolar da escola lócus desta pesquisa e terá a liberdade de recusar-se a participar, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma ou prejuízo. Você precisará autorizar que eu colete informações sobre o fenômeno em estudo.

Considerando o momento por qual estamos passando com a pandemia da COVID-19, a coleta de dados não poderá ocorrer de forma presencial em função da medida sanitária de distanciamento social. A coleta de dados será realizada individualmente através de entrevistas *online* realizadas de forma síncrona, com interação simultânea através de videoconferência entre o entrevistador e o participante da pesquisa. A entrevista foi realizada pela plataforma *Google Meet*. A previsão do tempo de duração será de 30 minutos. Logo após a análise dos dados das entrevistas, como forma de precaução, essas serão apagadas, preservando o sigilo dos dados fornecidos pelo entrevistado. A entrevista será em momento oportuno, escolhido por você, para que tal atividade interfira o mínimo possível na sua rotina. Como possíveis **riscos**, essa pesquisa poderá causar desconforto pois, trata de uma pesquisa que você compartilhará informações da dinâmica do trabalho pedagógico da unidade escolar que você atua, bem como pode ocorrer quebra da confidencialidade dos dados inerentes ao ambiente virtual e limitações das tecnologias utilizadas para coleta das informações, se configurando como limitações das pesquisadoras para

assegurar total confidencialidade e a não violação dos dados. Para tanto será assegurado o compromisso em transportar as respostas para um banco de dados em programa Word e Excel em dispositivos eletrônicos de uso privativo das pesquisadoras, como forma de resguardar o anonimato e a confidencialidade. É importante ressaltar que a entrevista será gravada somente para a **transcrição** das informações e que não serão utilizadas as imagens das videoconferências. Suas informações serão extremamente valiosas no sentido de planejamentos de minimização possível problema de saúde pública dos estudantes.

Você tem a garantia do sigilo e do caráter confidencial das informações que prestará à pesquisadora, sabendo de antemão que elas serão usadas com a finalidade única de divulgação e publicação científica, sempre garantindo sua privacidade e anonimato. Você receberá uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e a outra via ficará com as pesquisadoras. Desta forma o termo de consentimento e livre esclarecido será assinado pela pesquisadora e enviado previamente para o e-mail dos participantes.

Você não receberá nenhuma compensação financeira para participar desta pesquisa e também não terá nenhuma despesa adicional. No entanto, em caso de dano ou caso de prejuízo seu ressarcimento é de responsabilidade do pesquisador. As informações obtidas não serão analisadas por outras pessoas além de mim e da minha orientadora e não será divulgada a sua identificação. Os dados da pesquisa ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora-orientadora por um período de 5 anos após o término da pesquisa. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em reuniões ou publicações, contudo, sua identidade não será revelada nessas apresentações. Em qualquer etapa do estudo você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Nossos contatos para qualquer tipo de dúvida ou informações referentes à pesquisa:

Márcia Lúcia dos Santos – E-mail: luciamarcia716@gmail.com

Climene Laura de Camargo – E-mail: climenecarmargo@hotmail.com

Este estudo foi analisado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos e a segurança dos participantes de pesquisa. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o

Comitê de Ética em Pesquisa da EEUFBA.

Endereço: R. Dr. Augusto Viana S/N, 3º andar da Escola de Enfermagem da UFBA,
Canela-Salvador-Bahia- Telefone- (71) 3283-7615 -CEP-41.110-060

Email-cepe.ufba@ufba.br

Ao assinalar a opção “Concordo”, a seguir, você declara que entendeu como é a pesquisa, que tirou as dúvidas com a pesquisadora e aceita participar, sabendo que pode desistir em qualquer momento, durante e depois de participar. Você autoriza a divulgação dos dados obtidos neste estudo mantendo em sigilo sua identidade. Pedimos que salve em meus arquivos este documento, e informamos que enviaremos uma via deste Registro de Consentimento para o meu e-mail.

Concordo

Não concordo

Salvador, 04 de fevereiro de 2021

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 ESCOLA DE ENFERMAGEM
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
 DOUTORADO ACADÊMICO EM ENFERMAGEM
prof.marcia62@gmail.com Tel: (71) 99998 6061



APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Merendeiras: diálogo transcultural

- 1- Quanto tempo você trabalha nessa unidade escolar?
- 2- Você já visitou alguma vez a comunidade que os estudantes da escola residem?
- 3- Você tem conhecimento acerca da existência das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Escolar Quilombola?
- 4- O Programa Saúde na Escola tem sido aplicado neste espaço escolar? Se sim, de que forma?
- 5- Você sabe qual a função do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?
- 6- Durante o tempo que exerce a função de merendeira, você já passou por alguma formação?
- 7- Você considera importante conhecer a preferência de merenda dos estudantes?
- 8- Você considera que, na sua função, ao preparar a merenda escolar, essa ação pode contribuir para prevenção e controle da obesidade dos estudantes?

Docentes: tecendo saberes com os professores

- 1- Quanto tempo você trabalha nessa unidade escolar?
- 2- Você já visitou alguma vez a comunidade que os estudantes da escola residem?
- 3- Você tem conhecimento da existência das Diretrizes Nacionais Curriculares de Educação Escolar Quilombola?
- 4- Você sabe que a escola que você trabalha está sob a égide das Diretrizes Nacionais Curricular de Educação Escolar Quilombola?
- 5- Você considera que o Planejamento Político Pedagógico (PPP) da escola contempla as especificidades da comunidade atendida?

- 6- Dentro dos projetos pedagógicos desenvolvidos na escola, algum deles trata do cuidado à saúde do estudante?
- 7- O Programa Saúde na Escola tem sido aplicado neste espaço escolar? Se sim, de que forma?
- 8- Você sabe qual a função do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?
- 9- De que forma os conteúdos tratados em sua disciplina podem contribuir para a saúde e preservação da cultura dos estudantes?
- 10- Você acha pertinente que escolas que atendem alunos de comunidades quilombolas devam ter um currículo voltado para trabalhar de maneira mais incisiva a História e Cultura Afro-Brasileira? Justifique a sua resposta.

Gestão/Coordenação: tecendo saberes com a Gestão Escolar

- 1- Você já visitou alguma vez a comunidade que os estudantes da escola residem?
- 2- Você considera que o Planejamento Político Pedagógico (PPP) da escola contempla as especificidades da comunidade atendida?
- 3- Você acha pertinente que escolas que atendem alunos de comunidades quilombolas devam ter um currículo voltado para trabalhar de maneira mais incisiva a História e Cultura Afro-Brasileira?
- 4- A escola já foi convidada para alguma ação ou recebeu orientações do Conselho Estadual de Educação da Bahia para regularização e credenciamento da escola como Educação Escolar Quilombola? Se sim, poderia citar quais as ações?
- 5- A Secretaria da Educação do Estado da Bahia oferta subsídios para o desenvolvimento do trabalho pedagógico fundamentado na memória coletiva, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas, já que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas? Se sim, poderia por favor citá-los?
- 6- O Programa Saúde na Escola tem sido aplicado neste espaço escolar? Se sim, de que forma?
- 7- O tema alimentação saudável está incluído no projeto político pedagógico (PPP) da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares?

- 8- A escola segue um cardápio de merenda escolar deliberado por algum profissional de nutrição da Secretaria de Educação?
- 9- A escola utiliza alimentos produzidos da comunidade quilombola conforme previstos pelas Diretrizes Nacionais Curriculares de Educação Escolar Quilombola?

Lideranças comunitárias

- 1- Você reside em que comunidade?
- 2- Quanto tempo você faz parte de liderança comunitária?
- 3- Você é convidada a participar das reuniões para planejamentos e ações na unidade escolar?
- 4- Você considera que a escola trata dos processos socioculturais das comunidades quilombolas?
- 5- De que forma a participação da(o) líder comunitário pode contribuir para as ações desenvolvidas na unidade escolar?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
DOUTORADO ACADÊMICO EM ENFERMAGEM
prof.marcia62@gmail.com Tel: (71) 99998 6061



APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS

- 1) Em termos de aprendizagem sobre a Educação Escolar Quilombola, você acha que a oficina:
() não contribuiu () pouco contribuiu () contribuiu razoavelmente () contribuiu () contribuiu bastante
- 2) Em termos de aprendizagem sobre a cultura alimentar quilombola na merenda escolar, você acha que a oficina:
() não contribuiu () pouco contribuiu () contribuiu razoavelmente () contribuiu () contribuiu bastante
- 3) Em termos de aprendizagem sobre prevenção do sobrepeso e a obesidade de adolescentes no pilar da Educação Quilombola
() não contribuiu () pouco contribuiu () contribuiu razoavelmente () contribuiu () contribuiu bastante
- 4) Em termos de mudanças da alimentação na merenda escolar com a inserção de raízes, munguzá, mingaus, sucos da fruta e saladas e proteína no almoço
() não contribuiu () pouco contribuiu () contribuiu razoavelmente () contribuiu () contribuiu bastante
- 5) Em termo da inserção do café da manhã ofertado aos estudantes antes do início das aulas você acha que
() não contribuiu () pouco contribuiu () contribuiu razoavelmente () contribuiu () contribuiu bastante.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ESCOLA DE ENFERMAGEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

DOUTORADO ACADÊMICO EM ENFERMAGEM

prof.marcia62@gmail.com Tel: (71) 99998 6061



APÊNDICE D - CARTILHA EDUCATIVA NA PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE DE ADOLESCENTES ESCOLARES QUILOMBOLAS

**CARTILHA EDUCATIVA NA PREVENÇÃO
E CONTROLE DA OBESIDADE DE
ADOLESCENTES ESCOLARES
QUILOMBOLAS**





Ficha técnica

Esta cartilha foi produzida na Universidade Federal da Bahia com o apoio financeiro da CAPES. É destinada à comunidade quilombola de Ilha de Maré-BA, de modo a contribuir para a difusão dos conhecimentos necessários para o combate à obesidade em adolescentes quilombolas.

Coordenação/Autoria

Prof.^a Dr.^a Climene Laura de Camargo

Prof.^a Dr.^a Helenadja Santos Mota

Prof. Msc. Márcia Lúcia dos Santos

Colaboradores

Prof.Dr.^a Claudia Nery Teixeira Palombo

Prof.Dr.^a Maria Carolina Ortiz Whitaker

Msc. Itala Suzana Oliveira Silva

Msc. Marimeire Moraes

Grad. Camila Martins

Grad. Fernanda Louise Vidal Sampaio



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 4

A OBESIDADE

- O que é a obesidade, 5
- O que leva à obesidade, 6
- O sobrepeso e obesidade em adolescentes escolares quilombolas, 8
- Consequências da obesidade, 9
- A insatisfação da imagem corporal, 10

A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

- O que é a alimentação saudável no pilar do quilombo, 15
- O que são nutrientes, 19
- Você sabia?, 23

AÇÕES EDUCATIVAS DE PREVENÇÃO À OBESIDADE

- Na escola, 25
- Na comunidade Quilombola, 28

A FAMÍLIA

- Qual é o papel da família, 29
- A prática em família, 32

MAIS INFORMAÇÕES, 34

REFERÊNCIAS, 35

REALIZAÇÃO, 36

APRESENTAÇÃO

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), a obesidade é considerada um dos mais graves problemas de saúde que temos para enfrentar. Em 2025, a estimativa é de que 2,3 bilhões de adultos ao redor do mundo estejam acima do peso, sendo 700 milhões de indivíduos com obesidade e, entre estes, estarão as crianças e adolescentes (de 5 a 17 anos). Assim, a presente cartilha objetivou descrever ações educativas para estudantes quilombolas por perceber a ausência desse material, a cerca do tema.

**A OBESIDADE É UMA DAS
PREOCUPAÇÕES QUE RONDAM A ESCOLA
NA ATUALIDADE.
MAS, AFINAL, O QUE É OBESIDADE?**



A pessoa é considerada obesa quando
apresenta **excesso** de
gordura corporal.

O QUE LEVA UM INDIVÍDUO A SE TORNAR OBESO?

Um conjunto de fatores, como:



Alimentos industrializados;
Sedentarismo;
Genética;
Falta de acesso e estímulo às
atividades físicas.

**PARA EVITAR O AUMENTO DA OBESIDADE
NESSA ETAPA DA VIDA, É PRECISO FICAR
ATENTO(A) A ALGUMAS ATITUDES QUE
LEVAM AO GANHO DE PESO:**



Práticas alimentares desfavoráveis;

**Ficar parados por um longo período
(assistir à televisão e interagir em jogos
virtuais).**

**QUAL O MOTIVO DOS ADOLESCENTES
ESCOLARES QUILOMBOLAS
APRESENTAREM SOBREPESO E
OBESIDADE ?**

**Estilo de vida Sedentária
+
Hábitos alimentares Inadequados
+
Falta de exercícios físicos
Pouco acesso as atividades físicas e
de lazer**



Obesidade

QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS PROMOVIDAS PELA OBESIDADE À SAÚDE DOS ADOLESCENTES?



Dificuldades para dormir;
Lesões em articulações;
Problemas cardíacos;
Problemas respiratórios;
Diminuição da autoestima;
Descontentamento com o seu corpo.

DECONTENTAMENTO COM O SEU CORPO E INSATISFAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL



Estudo apontam que a insatisfação da imagem corporal é uma das maiores causas de desmotivação e tristeza entre os adolescentes quilombolas que apresentam obesidade (SANTOS, 2018).

A INSATISFAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL



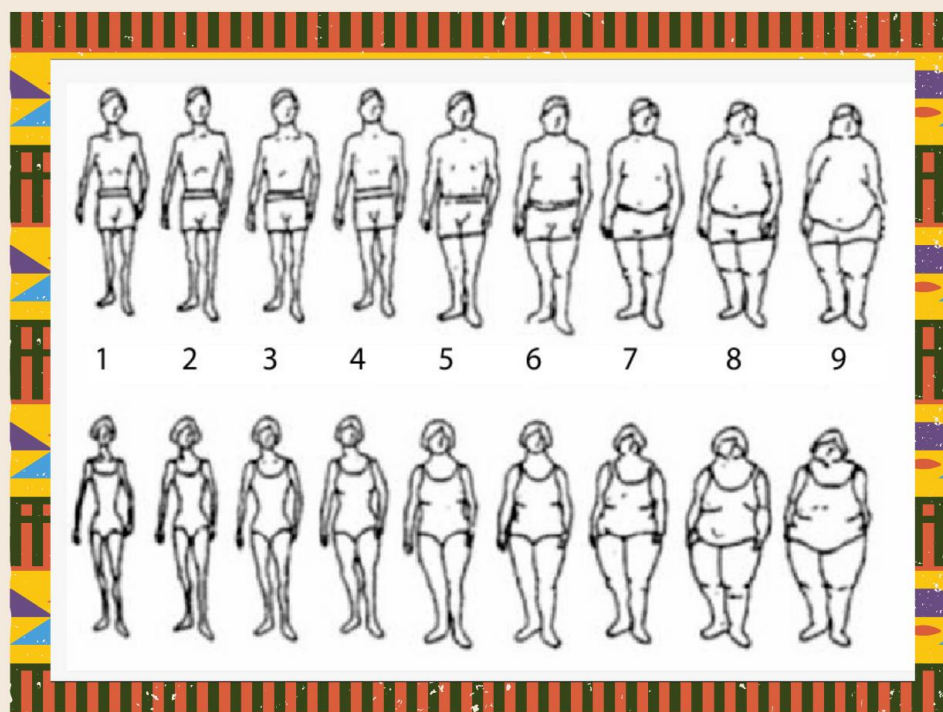
A obesidade gera no adolescente uma expectativa negativa sobre o seu corpo, por não se enquadrar nos padrões de beleza da moda, que cultua o corpo magro e discrimina o corpo gordo, podendo o levar a desenvolver distúrbios de imagem corporal.

A INSATISFAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL



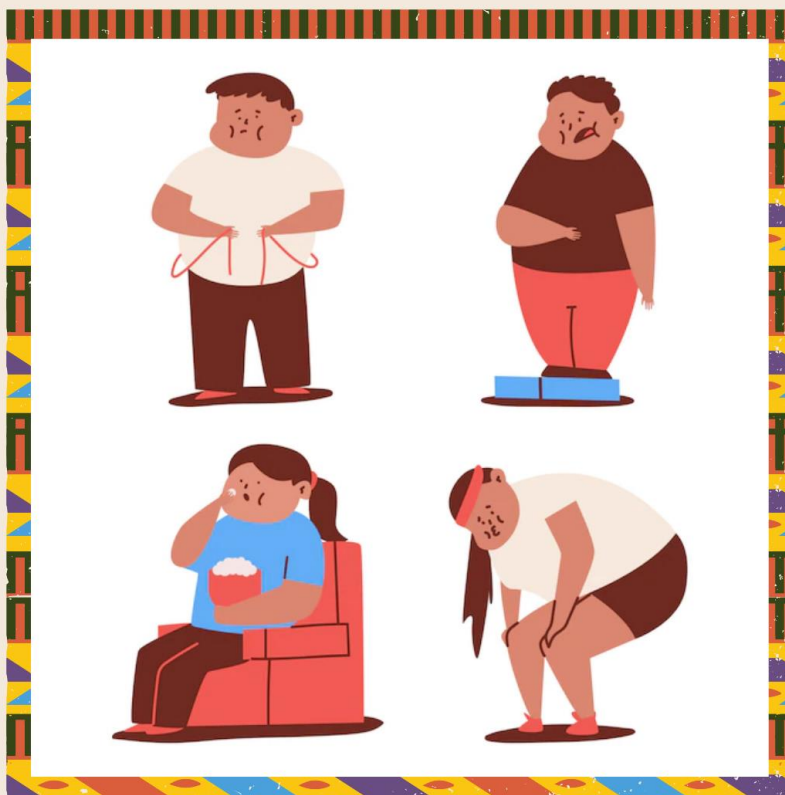
Os distúrbios de imagem corporal podem ser expressos por meio de humor depressivo, ansiedade, culpa, desânimo, privação, exclusão e problemas de comportamento alimentar (SERRA; TINOCO, 2022).

COMO É FEITA A AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL?



Fonte: Escala de Silhuetas de Stunkard et al., 1983; Kakeshita, 2009.

COMO EVITAR A OBESIDADE?



A **alimentação saudável** é uma das formas de prevenir a obesidade entre as crianças e adolescentes quilombolas.

ANTES DE TUDO, VOCÊ SABE O QUE É TER UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL?



PREFERIR:

Alimentos como raízes, frutas,
verduras, pescados, e carnes com baixo
teor de gorduras.

ANTES DE TUDO, VOCE SABE O QUE É TER UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL?



UTILIZAR EM PEQUENAS QUANTIDADES:
Óleos, gorduras, sal e açúcar usar com moderação, para temperar ou cozinhar os alimentos e para preparações culinárias.

ANTES DE TUDO, VOCE SABE O QUE É TER UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL?



LIMITAR O USO:

Alimentos industrializados (como conservas de legumes, compotas de frutas, queijos e pães, danones).

Deve-se usar pequenas quantidades como ingredientes de preparações culinárias ou como parte das refeições.

ANTES DE TUDO, VOCE SABE O QUE É TER UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL?



EVITAR:

Alimentos industrializados, porque são ricos em açúcares e pobres em fibras e nutrientes.

O QUE SÃO NUTRIENTES?



São as proteínas, carboidratos, gorduras, vitaminas e sais minerais, que estão presentes nos alimentos.

Cada um desses nutrientes possui funções específicas e são fundamentais para o bom funcionamento e equilíbrio do organismo.

ATENÇÃO



Não existe um alimento que, sozinho, contenha todos os nutrientes essenciais para a manutenção da saúde.

Por esse motivo, a alimentação deve ser variada e composta por todos eles.

ATENÇÃO



FIBRAS

Estão presentes em frutas, hortaliças,
leguminosas e grãos integrais;

São essenciais para o bom funcionamento
do intestino.

ATENÇÃO



ÁGUA

É essencial para o funcionamento adequado do corpo;

É importante ingerir água potável (livre de contaminação);

É necessário ingerir, pelo menos, 8 copos de 200 mL por dia.

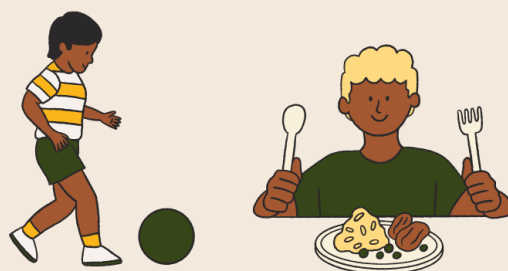
VOCÊ SABIA?



Em sua comunidade, você pode encontrar todos esses bons nutrientes, além de achar receitas preparadas pelas mulheres do quilombo com todos os seus conhecimentos ancestrais.

CONHEÇA ALGUMAS DAS AÇÕES EDUCATIVAS QUE CONTRIBUEM PARA PREVENIR A OBESIDADE NO PILAR DA TRIÁDE EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO E CULTURA CORPORAL

Na escola:



Incentivo da equipe escolar à prática de hábitos saudáveis, considerando as especificidades dos adolescentes quilombolas em consonância com as DCNEEQ.

DCNEEQ = Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Na escola:



Fonte: acervo da autora

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Na escola:



Fonte: acervo da autora

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Na comunidade Quilombola:



Fonte: acervo da autora

QUAL O PAPEL DA FAMÍLIA?



Contribuir com a adoção de hábitos saudáveis na hora das compras;

Dar preferência aos alimentos mais nutritivos e menos calóricos, lendo os rótulos;

Valorizar a alimentação tradicional quilombola.



QUAL O PAPEL DA FAMÍLIA?



Comer com regularidade e com atenção, estabelecendo horários para as refeições;

Comer em ambientes apropriados, limpos e tranquilos;

Comer em companhia agradável, de familiares e amigos, sempre que possível.



QUAL O PAPEL DA FAMÍLIA?

Deixar sempre disponíveis na geladeira alimentos saudáveis como frutas, legumes e verduras;

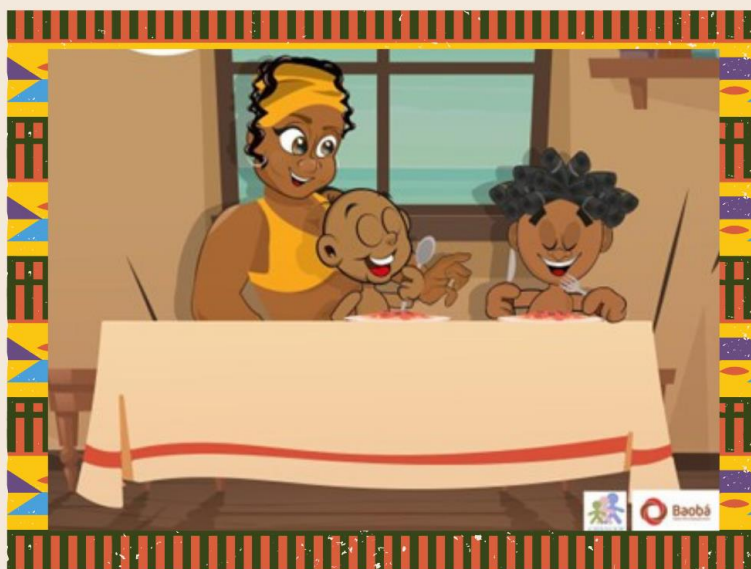
Estabelecer um dia da semana para as guloseimas;

Evitar ter em casa alimentos como balas, biscoitos recheados, sorvetes;

Participar de programas, junto com os filhos, que estimulem o gasto de energia, como passeios ao ar livre, andar de bicicleta, práticas corporais como, as danças praticadas no quilombo, a capoeira, o futebol, entre outros.



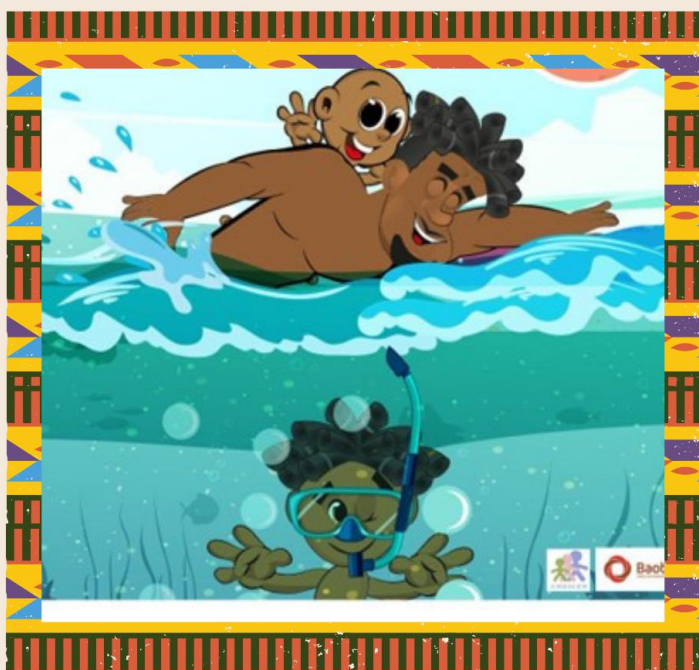
COMER NA COMPANHIA DE FAMILIARES PODE TRAZER MUITOS BENEFÍCIOS À SAÚDE



Fonte: Grupo Eres

Realizar as refeições em família pode melhorar a saúde física e mental. Assim, crianças e adolescentes podem ser incentivados a consumirem frutas e vegetais, e menos fast food e bebidas açucaradas.

PRATICAR EXERCÍCIOS NA COMPANHIA DE FAMILIARES PODE TRAZER MUITOS BENEFÍCIOS À SAÚDE



Fonte: Grupo Eres

Em conjunto, atividade física e alimentação saudável promovem a redução do excesso de gordura e o aumento da massa magra, além de diminuir os riscos de doenças como a obesidade.

**PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, ACESSE:**



**Aliança pela Alimentação
Adequada e Saudável**

ALIMENTACAOSAUDAVEL.ORG.BR



DEZ PASSOS PARA UMA
ALIMENTAÇÃO ADEQUADA
E SAUDÁVEL

**HBVSMS.SAUDE.GOV.BR/BVS/FOLDER/DEZ_
PASSOS_ALIMENTACAO_ADEQUADA_SAUDA
VEL_DOBRADO.PDF**

REFERÊNCIAS

ABESO (2022). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA, MAPA DA OBESIDADE. [HTTPS://ABESO.ORG.BR/OBESIDADE-E-SINDROMEMETABOLICA/MAPA-DA-OBESIDADE/](https://abeso.org.br/obesidade-e-sindromemetabolica/mapa-da-obesidade/)

ANJOS, R. S. A.; CIPRIANO, A. AS COMUNIDADES NO TERRITÓRIO NACIONAL. IN: ANJOS, R. S. A.; CIPRIANO, A. (ORG.). QUILOMBOLAS: TRADIÇÕES E CULTURA DA RESISTÊNCIA. SÃO PAULO: AORICOMUNICAÇÃO, 2006. P. 176-206.

BRASIL. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA. RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012. BRASÍLIA: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CNE/CEB).

JYOTI D F, FRONGILLO E A, JONES S J. A INSEGURANÇA ALIMENTAR AFETA O DESEMPENHO ACADÊMICO DAS CRIANÇAS NAS ESCOLAS, O GANHO DE PESO E AS HABILIDADES SOCIAIS. 135 (12): 2831-9. J NUTR. 2005.

MOTA, H.S. & SANTOS, M.L. (2017). REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS AFRO-BRASILEIRAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS. REVISTA FÓRUM IDENTIDADES, 24 (24). [HTTPS://SEER.UFS.BR/INDEX.PHP/FORUMIDENTIDADES/ARTICLE/VIEW/7120](https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/7120).

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE / ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO DA OBESIDADE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES. RELATÓRIO FINAL. WASHINGTON, D.C.: OPAS/OMS; 2020. [HTTPS://WWW.PAHO.ORG/PT/DOCUMENTOS/CD58INF5-PLANO-ACAO-PARA-PREVENCAO-DA-OBESIDADE-EM-CRIANCAS-E-ADOLESCENTES-RELATORIO](https://www.paho.org/pt/documentos/cd58inf5-plano-acao-para-prevencao-da-obesidade-em-criancas-e-adolescentes-relatorio)

SANTOS, MÁRCIA LÚCIA DOS. IMAGEM CORPORAL DE ADOLESCENTES ESCOLARES QUILOMBOLAS COM SOBREPESO E OBESIDADE. ORIENTADOR: CLIMENE LAURA DE CAMARGO. 2018. 95 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ENFERMAGEM) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR, 2018.

TINOCO LAURINDO, M. R., ET. AL (2022). INSATISFAÇÃO CORPORAL E DISTÚRBIOS DE IMAGEM CORPORAL REPERCUTIDAS A PARTIR DE MÍDIAS E REDES SOCIAIS. RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR - ISSN 2675-6218, 3(6), E361623. [HTTPS://DOI.ORG/10.47820/RECIMA21.V3I6.16](https://doi.org/10.47820/recima21.v3i6.16)



REALIZAÇÃO



APOIO



**Colégio Estadual Marcílio Dias
Comunidade Quilombola de
Ilha de Maré**



ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - UFBA



Continuação do Parecer: 4.948.279

projeto, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa, conforme a Resolução CNS 466/2012, itens X.1.- 3.b. e XI.2.d.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Protocolo de pesquisa atende aos preceitos éticos emanados das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Assim, sugere-se parecer de aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovação ad referendum, tendo em vista considerações prévias em reunião de Colegiado. Ressalta-se que, após realizar modificações atendendo às recomendações descritas no parecer consubstanciado 4.916.098, esta segunda versão do projeto atende a princípios éticos e bioéticos emanados das Resoluções n.466/2012 e n.510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1762272.pdf	25/08/2021 10:08:30		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura.pdf	24/08/2021 20:03:10	Márcia Lúcia	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	24/08/2021 19:50:36	Márcia Lúcia	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	24/08/2021 19:16:47	Márcia Lúcia	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	24/08/2021 19:04:24	Márcia Lúcia	Aceito
Outros	termodeautorizacaoinstituicaocooparticipante.pdf	11/06/2021 08:23:54	Márcia Lúcia	Aceito
Declaração de concordância	TERMODECONCESSAO.pdf	27/05/2021 19:13:22	Márcia Lúcia	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termodecompromissodapesquisadoraeequipeexecutora.pdf	27/05/2021 18:43:06	Márcia Lúcia	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	27/05/2021 12:40:50	Márcia Lúcia	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela **CEP:** 41.110-060
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 **Fax:** (71)3283-7615 **E-mail:** cepee.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - UFBA



Continuação do Parecer: 4.948.279

pesquisadoras, como forma de resguardar o anonimato e a confidencialidade. É importante ressaltar que a entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e que não serão utilizadas as imagens das videoconferências. Suas informações serão extremamente valiosas no sentido de planejamentos de minimização possível problema de saúde pública dos estudantes."

Benefícios:

"Não há benefício direto para o participante desse estudo. Suas informações serão extremamente valiosas no sentido de planejamentos de minimização de possível problema de saúde pública dos estudantes."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de projeto de pesquisa de doutorado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da UFBA. As análises de dados das entrevistas serão norteadas na perspectiva metodológica da análise de conteúdo de Bardin (2016) buscando verificar a existência de alinhamento entre ações pedagógicas da unidade escolar e as diretrizes curriculares para a Educação Quilombola, assim como as diretivas do PSE e a relação entre as práticas de hábitos saudáveis, o controle e prevenção da obesidade em adolescentes escolares quilombolas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram anexados nove documentos ao protocolo de pesquisa na Plataforma Brasil. Há inadequações em alguns documentos, sendo necessário alterações.

Cronograma: ok;

Folha de rosto: ok;

Orçamento: ok;

Projeto brochura: ok;

Projeto Plataforma Brasil - PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1762272%20(1).pdf: ok;

Termo de concessão: ok;

Termo de autorização da instituição coparticipante: ok;

Termo de compromisso: ok.

TCLE: ok.

Recomendações:

Apresentar, como notificação, via Plataforma Brasil, os relatórios parciais semestrais e final do

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela **CEP:** 41.110-060
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 **Fax:** (71)3283-7615 **E-mail:** cepee.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - UFBA



Continuação do Parecer: 4.948.279

pesquisa é caracterizada como descritiva, exploratória de abordagem qualitativa, uma vez que possibilita maior aproximação com o cotidiano e as experiências vividas pelos próprios participantes. Propõe-se, nesta pesquisa, a utilização da técnica de análise documental e observação, detalhando as etapas de trabalho, organização dos dados, interpretação e apresentação dos resultados de uma pesquisa de caráter qualitativo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Mapear se o Projeto Político Pedagógico de uma escola que atende adolescentes quilombolas dialoga com as Diretrizes Nacionais Curriculares de Educação Escolar Quilombola e Normas do Programa Saúde na Escola (PSE) em ações pedagógicas na prevenção e controle do sobrepeso e obesidade.

Objetivos Secundários:

- 1) Identificar se o projeto político pedagógico da escola em estudo, bem como as ações do PSE implantadas atendem as necessidades de saúde dos adolescentes escolares quilombolas;
- 2) Mapear em documentos curriculares a existência de ações desenvolvidas na escola para a prevenção do sobrepeso e obesidade em escolares quilombolas;
- 3) Identificar fatores determinantes na implementação de um Programa de Saúde na Escola-PSE considerando as especificidades da população remanescente quilombola;
- 4) Propor ações no planejamento pedagógico alicerçado na tríade Educação – Alimentação – Cultura Corporal para prevenção do sobrepeso e da obesidade em adolescentes escolares quilombolas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme descrito no Formulário de Informações Básicas da Plataforma Brasil:

Riscos: "Como possíveis riscos, essa pesquisa poderá causar desconforto pois, trata de uma pesquisa que você compartilhará informações da dinâmica do trabalho pedagógico da unidade escolar que você atua, bem como pode ocorrer quebra da confidencialidade dos dados inerentes ao ambiente virtual e limitações das tecnologias utilizadas para coleta das informações, se configurando como limitações das pesquisadoras para assegurar total confidencialidade e a não violação dos dados. Para tanto será assegurado o compromisso em transportar as respostas para um banco de dados em programa Word e Excel em dispositivos eletrônicos de uso privativo das

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela **CEP:** 41.110-060
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 **Fax:** (71)3283-7615 **E-mail:** cepee.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - UFBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: UM ESTUDO SOBRE A EXISTÊNCIA DE AÇÕES PEDAGÓGICAS NA PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE EM ADOLESCENTES

Pesquisador: Márcia Lúcia

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 47921621.7.0000.5531

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.948.279

Apresentação do Projeto:

Trata-se da apreciação de segunda versão de protocolo de pesquisa que abordará o mapeamento do Projeto Político Pedagógico de uma escola e se o mesmo que atende adolescentes quilombolas dialoga com as Diretrizes Nacionais Curriculares de Educação Escolar Quilombola e Normas do Programa Saúde na Escola (PSE) em ações pedagógicas na prevenção e controle do sobrepeso e obesidade. Os programas de saúde na escola são de grande relevância social e educacional para o cuidado da saúde do estudante em detrimento da prevalência das doenças crônicas não transmissíveis na adolescência. Assim, torna-se inegável o papel da instituição em temas ligados à saúde. O objetivo deste estudo é mapear em documentos curriculares, ações de políticas educacionais sobre controle e prevenção de sobrepeso e obesidade em estudantes quilombolas. A escola lócus do estudo é uma instituição pública do Estado da Bahia localizada no subúrbio de Salvador que atende estudantes quilombolas, onde foi identificado o índice de 11,88% de estudantes com sobrepeso e obesidade. O Projeto Político Pedagógico dialoga com as Diretrizes Nacionais Curriculares de Educação Escolar Quilombola e o Programa de Saúde na Escola em ações pedagógicas na prevenção e controle da obesidade em adolescentes escolares quilombolas? Nesse contexto, evidenciamos o sistema de complexo "Educação-Alimentação Cultura Corporal" como um caminho a ser trilhado em escolas através do trabalho pedagógico dos professores/as, baseados na abordagem crítica superadora da Educação Física. A

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar

Bairro: Canela

CEP: 41.110-060

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-7615

Fax: (71)3283-7615

E-mail: cepee.ufba@ufba.br

